

Angola  
**Relatório e Contas**  
**2014**



## Índice

<b>Introdução</b>	
Mensagem da Comissão Executiva	3
Principais indicadores da actividade	6
Expectativas para 2015	8
<b>O Standard Bank</b>	
Os nossos valores	11
Como criamos valor	13
A nossa estrutura de negócio	14
Marcos históricos do Banco	15
Governança Corporativa	17
<b>Enquadramento Económico</b>	
Conjuntura económica internacional	30
Economia Angolana	31
Principais alterações legislativas e regulamentares	36
<b>Síntese da Actividade</b>	
Segmentos de negócio	38
Canais de Distribuição	47
Qualidade de atendimento ao cliente	49
Marketing e Comunicação	50
<b>Garantir a Sustentabilidade</b>	
Capital Humano	59
Gestão de Riscos	64
<i>Compliance</i>	79
<b>Análise Financeira</b>	
Análise de Balanço	84
Análise de Resultados	90
Proposta de aplicação de Resultados	92
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
Demonstrações financeiras e notas	93
Relatório de auditoria	139
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	142



## Introdução

---



## Mensagem da Comissão Executiva

O ano de 2014 voltou a ser um ano de crescimento acelerado para o Standard Bank de Angola, S.A. (adiante igualmente designado por “SBA” ou “Banco”), que, partindo de uma base bastante superior, voltou a ser um dos Bancos com maior crescimento em Angola, reforçando o seu posicionamento como Banco de referência no Sistema Financeiro Angolano.

Em 2014, o balanço do Banco apresenta um total de AKZ 203.368 milhões de activos líquidos, evidenciando um crescimento de 37% face ao ano anterior (+140% em 2013). Este crescimento foi sustentado pelo crescimento dos depósitos de clientes que atingiram os AKZ 187.807 milhões (crescimento de 39%), demonstrando a confiança crescente dos Clientes no SBA.

O crescimento dos depósitos verificou-se, essencialmente, em moeda nacional, em consequência das alterações legislativas verificadas no mercado cambial Angolano, que resultaram em 2014 num ligeiro decréscimo dos depósitos de moeda estrangeira.

Focado na estratégia de contribuir para o crescimento da economia Angolana, o SBA procura apoiar o Governo Angolano na estruturação de operações de grande dimensão ou na concessão de crédito ao Estado, a pequenas, médias e grandes empresas Angolanas ou multinacionais com actividade económica local. O sector do petróleo e gás natural cresceu bastante durante 2014 e continua a ser aquele que tem maior peso, mas começamos a sentir o retalho e o sector de bens de grande consumo a ganhar relevância. O resultado desta estratégia aparece reflectido no crescimento na carteira de crédito concedido, que atingiu em 2014 os AKZ 44.276 milhões (+25% que em 2013), e no crescente investimento em títulos de dívida pública Angolana que ascendia em 31 de Dezembro de 2014 a AKZ 64.071 milhões, reflectindo um aumento de 104%.

É de realçar ainda o reduzido nível de incumprimento da carteira de crédito do Banco, que apesar do aumento significativo verificado em 2014 continua abaixo do nível de incumprimento médio verificado no sector, resultado das políticas de análise e estruturação de crédito alinhadas com as melhores práticas internacionais. Na sequência da evolução do sistema financeiro Angolano e da constante pro-actividade do Banco Nacional de Angola (“BNA”), o regulador lançou, em Agosto de 2014, um processo de Avaliação da Qualidade dos Activos (‘AQA’) que visa obter uma melhor percepção da robustez e resiliência das instituições, tendo deixado o Banco bastante confortável com o resultado deste exercício.

Ao fim de 4 anos completos de actividade, o SBA viu o retorno do elevado investimento realizado, tendo apresentado pela primeira vez resultados líquidos positivos no montante de AKZ 2.242 milhões. Este marco reflecte a solidez e concretização da nossa estratégia.



## Introdução

Nos resultados do Banco destacamos o excelente desempenho da margem financeira que evidenciou um crescimento de 148% face a 2013, ascendendo a um total de AKZ 7.016 milhões, e da prestação de serviços financeiros que apresentou um aumento de 21%, reflectindo a inovação dos serviços disponibilizados, nomeadamente ao nível dos meios de pagamento automáticos, e a confiança crescente dos nossos clientes.

Os resultados em operações cambiais evidenciam um crescimento de 44% face ao ano anterior, ascendendo no final do ano a AKZ 4.177 milhões. Durante o ano de 2014, a Direcção de Mercado de Capitais do Banco movimentou mais de USD 4,7 mil milhões em transacções no mercado cambial, tendo participado também na dinamização do mercado monetário interbancário e nos leilões de títulos tanto do Banco Nacional de Angola como do Ministério das Finanças.

Apesar do forte crescimento e da excelente performance em termos de resultados, o ano de 2014 foi sobretudo um ano de muito trabalho interno, focado na consolidação da estrutura e governação corporativa; na estabilização de equipas e processos; e no investimento na gestão de riscos e controlo interno.

Destacamos o processo de revisão da estrutura de Governação do Banco que teve início em 2014, incluindo a alteração da composição do Conselho de Administração prevista para 2015, a constituição de vários comités para monitorização dos riscos inerentes à actividade do Banco e a revisão de mandatos em conformidade com os requisitos regulamentares, as melhores práticas e os princípios de uma gestão prudente.

O Banco continuou ainda o investimento nas áreas de controlo, bem como na revisão dos nossos processos e resolução das deficiências identificadas nos nossos procedimentos, com vista ao posicionamento do Banco como instituição financeira de referência no mercado financeiro Angolano.

O SBA encara o capital humano com um dos principais factores de sucesso do Banco. O investimento na identificação, selecção, contratação e no crescimento profissional dos jovens talentos Angolanos, continua a ser um factor crítico no nosso crescimento e na qualidade do serviço prestado aos nossos clientes. Através de um processo de selecção rigoroso e uma forte aposta na formação interna e externa dos seus colaboradores, o Banco tem dotado a sua rede comercial e os seus serviços centrais com jovens profissionais Angolanos com qualificações adequadas às exigências dos seus clientes.



## Introdução

O Banco pretende manter indicadores de solidez fortes, tendo para isso previsto para 2015 um novo aumento do seu Capital Social até ao montante de USD 100 milhões. Este aumento de capital confirma a estratégia de investimento no mercado Angolano e permitirá elevar os limites regulamentares do Banco possibilitando continuar a apoiar a economia Angolana e os nossos Clientes.

Antecipamos grandes desafios para 2015. Por um lado, devido ao contexto económico em Angola, com desaceleramento do crescimento da economia em resultado da descida do preço do petróleo que teve início já em 2014, acompanhado por uma diminuição das receitas provenientes do sector petrolífero e consequente diminuição das reservas internacionais líquidas do país. Conjuntura adversa que irá obrigar à revisão do plano nacional de investimento e do Orçamento Geral do Estado no sentido de reduzir a despesa e investimento público, com impacto relevante na actividade dos Bancos, em particular ao nível do crescimento da carteira de crédito.

Por outro lado, a introdução de alterações regulamentares no sector, já antecipadas pelo Banco Nacional de Angola, nomeadamente a introdução das IFRS em 2016, dos conceitos de Basileia e de outras alterações relacionadas com o crédito e respectivo provisionamento, para as quais o Banco tem vindo já a preparar-se.

Em 2015 o Banco terá ainda como desafio alargar a oferta de soluções inovadoras para os nossos clientes, com a diversificação dos produtos e serviços, aproveitando nomeadamente a recente plataforma do Mercado de Capitais em que o Banco pretende posicionar-se como Banco líder.

O crescimento do SBA no mercado Angolano não teria sido possível sem o apoio dos nossos accionistas, o esforço e dedicação incansável dos nossos colaboradores bem como a confiança dos nossos Clientes, instituições do Governo da República de Angola e do Banco Nacional de Angola, aos quais endereçamos o nosso agradecimento.

Luis Miguel Fialho Teles

(Em representação da Comissão Executiva)

## Principais Indicadores da Actividade do Standard Bank de Angola

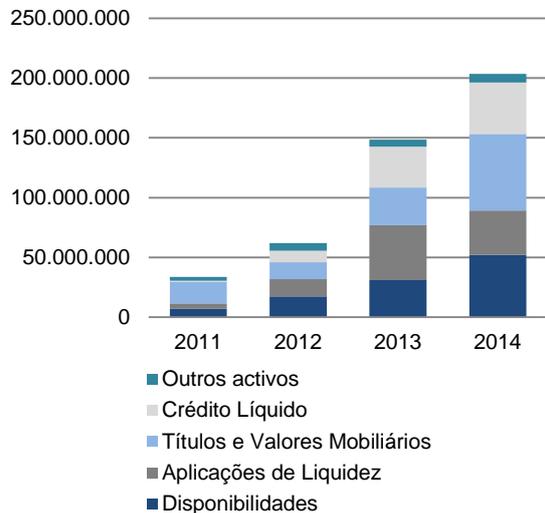
Principais Indicadores da Actividade						
	AKZ			USD (Valores não auditados)		
	2014	2013	Variação	2014	2013	Variação
Margem Financeira	7.016.312	2.836.342	147%	71.325	29.393	143%
Resultados de operações cambiais	4.176.585	2.907.818	44%	42.458	30.133	41%
Resultados de prestação de serviços financeiros	2.082.351	1.717.738	21%	21.169	17.800	19%
Produto Bancário	13.337.739	7.500.821	78%	135.587	77.729	74%
Resultado Líquido	2.242.054	(1.039.330)	-316%	22.793	(10.770)	-312%
Activo Total	203.368.457	148.492.063	37%	1.977.139	1.521.144	30%
Crédito Líquido	42.796.247	34.101.852	25%	416.063	349.338	19%
Depósitos	187.806.996	134.737.361	39%	1.825.848	1.380.244	32%
Fundos Próprios	8.109.725	6.424.126	26%	78.845	65.807	20%
Crédito vencido / Total de crédito concedido	6,68%	0,72%	830%			
Provisões de crédito / Crédito vencido	50,03%	231,04%	-78%			
Cobertura de crédito por provisões de crédito	3,34%	1,66%	101%			
Rendibilidade dos Fundos Próprios (ROE)	27,65%	-16,18%	-271%			
Cost-to-Income	74,11%	102,94%	-28%			
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	18,14%	14,89%	22%			
Rácio de transformação	23,58%	25,31%	-7%			
Nº de Balcões	25	26	-4%			
Nº de ATMs activos	30	32	-6%			
Nº de TPA activos	370	99	274%			
Nº de Cartões de Débito <sup>(a)</sup>	50.325	39.911	26%			
Nº de Cartões de Crédito	1.330	460	100%			
Nº de Clientes activos	23.512	16.316	44%			
Nº de Funcionários	508	498	2%			

(a) Número total de cartões de débito válidos. EM 31 de Dezembro de 2014, o Banco tinha 16.123 cartões activos.

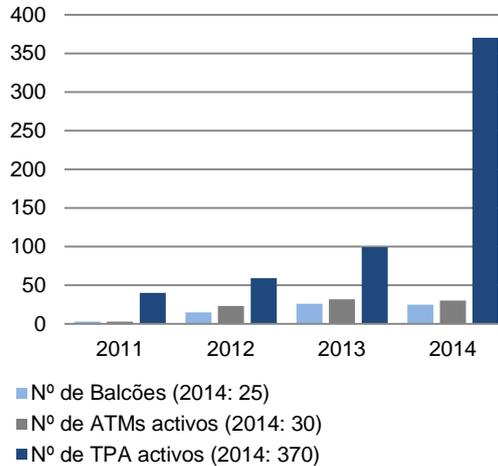
(Valores expressos em milhares, excepto informação estatística)

A evolução do negócio, nos primeiros 4 anos de actividade completos, evidência um crescimento acelerado:

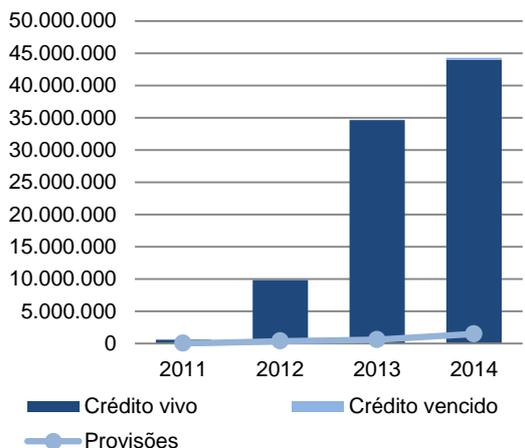
### Activo líquido total (mAKZ)



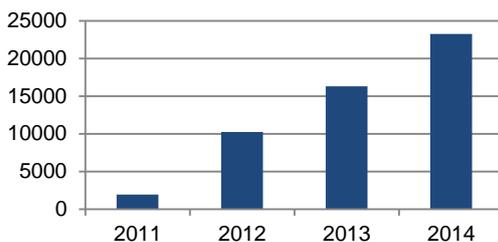
### Canais de distribuição



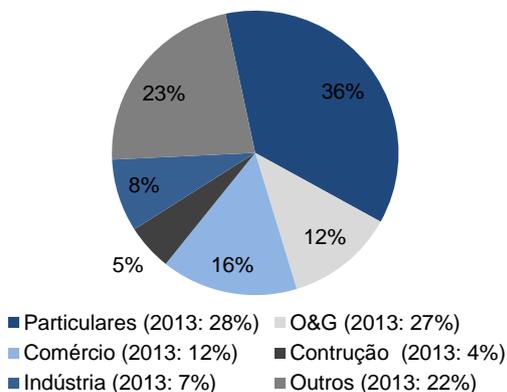
### Crédito concedido a clientes (mAKZ)



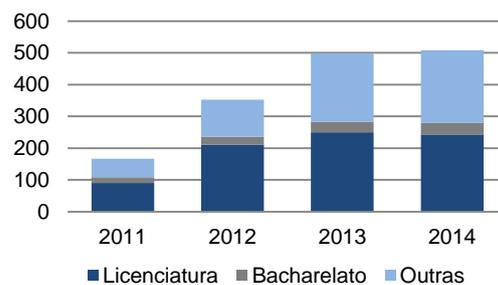
### Número de clientes activos



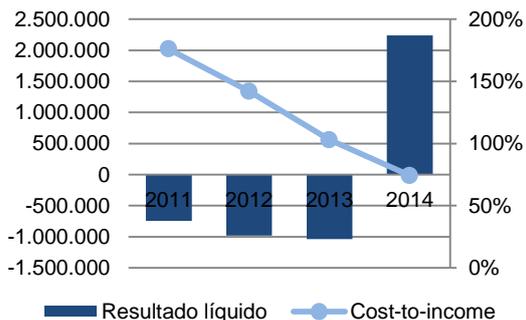
### Crédito por sectores de actividade (%)



### Colaboradores por nível de escolaridade



### Resultado líquido (mAKZ)



## Expectativas para 2015

Antecipa-se para 2015 um contexto macro económico complexo, consequência da descida do preço do petróleo que teve início nos últimos meses de 2014.

A redução da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do país, acompanhada por uma diminuição das receitas provenientes do sector petrolífero e consequente diminuição das reservas internacionais líquidas do país, irá obrigar à revisão plano nacional de investimento e do Orçamento Geral do Estado no sentido de reduzir a despesa e investimento público, com impacto relevante na actividade dos Bancos, em particular ao nível do crescimento do crédito concedido.

Neste contexto, a intervenção do Banco Nacional de Angola para controlar a desvalorização da moeda, com alterações regulamentares e gerindo o acesso a divisas estrangeiras, também coloca alguma pressão à actividade dos Bancos, nomeadamente no que respeita às transacções do mercado cambial, e aos resultados de prestação de serviços financeiros que, na escassez de divisas, irão reflectir o impacto da redução do volume de transferências e pagamentos.

Por outro lado, esta conjuntura adversa no sector petrolífero poderá voltar a atenção do Executivo para os restantes sectores da economia, procurando de alguma forma promover a diversificação. Ao longo dos últimos anos têm sido desenvolvidas diversas iniciativas que visam ultrapassar alguns dos obstáculos existentes, de modo a que possa ser, a médio prazo, garantida a efectiva diversificação económica e a menor dependência do sector petrolífero. A consolidação do sector financeiro Angolano representa também um papel revelante neste processo de diversificação, nomeadamente através da expansão do acesso ao financiamento bancário por parte das pequenas e médias empresas e *start-ups*, que é um dos factores chave para a promoção de um crescimento e diversificação económica sustentável a médio longo prazo.

O apoio do sector financeiro à diversificação não passa apenas pela disponibilização de fundos, mas também pela criação de mecanismos que permitam um apoio efectivo a estas empresas na estruturação dos seus projectos, de forma a reforçar a qualidade dos projectos apresentados e garantir a sua viabilidade económica, através da banca de investimento.

Para além da envolvente macro económica, existirão em 2015 outros desafios decorrentes da introdução de alterações regulamentares no sector previstas para os próximos anos, algumas delas já antecipadas pelo Banco Nacional de Angola, nomeadamente a introdução das IFRS, dos conceitos de Basileia e de outras alterações relacionadas com o crédito e respectivo provisionamento, para as quais o Banco tem vindo já a preparar-se.

As principais metas e objectivos para 2015 passam por uma maior penetração nos clientes existentes, bem como, pela angariação de novos clientes, através da oferta de produtos e serviços eficazes e inovadores que nos distingam da concorrência e nos tornem mais competitivos.

O SBA irá continuar a desenvolver os canais remotos, bem como os vários canais automáticos de pagamento, como importante porta de entrada para o Banco, apresentando, de uma forma simples mas eficaz, os seus produtos e serviços, promovendo a migração de clientes para estas plataformas e colocando o Banco na linha da frente em termos de inovação.

Outro desafio será a manutenção dos níveis de serviço adequados para entrega ao cliente de um serviço de excelência, o que requer uma capacidade adicional de reinventar a todo o momento a nossa estrutura e melhorar os nossos processos e sistemas internos, mantendo uma estrutura ágil, flexível e fiável.

Por outro lado, o SBA está muito atento aos desenvolvimentos do mercado de capitais em Angola para aproveitar esta importante oportunidade na oferta de novas soluções de financiamento ou investimento para os nossos clientes, procurando posicionar-se como Banco líder neste segmento de negócio.

Desta forma, pretendemos em 2015 continuar a crescer, de forma sustentada, em termos da captação de depósitos e do crédito concedido, para rentabilizar o capital investido. Temos igualmente planeado um aumento de capital que irá colocar o banco, como um dos bancos em Angola com o maior capital social, o que demonstra a aposta dos nossos accionistas no mercado angolano.

Continuaremos o nosso investimento na formação do nosso capital humano e em tecnologia, que são factores críticos para o crescimento futuro do Banco.

O ano de 2015 é, portanto, um ano de grandes desafios e metas muito ambiciosas e contam com a contínua conquista de quota de mercado através de uma oferta especializada de produtos e serviços inovadores, o alcance da excelência na qualidade de serviço ao cliente e o aumento do nível de sofisticação na gestão do risco e no controlo dos custos, mantendo níveis adequados de rentabilidade para os accionistas, são os nossos principais objectivos.



## Os nossos valores

Os nossos valores são a base do nosso crescimento de longo prazo e o que determina o nosso sucesso.



**1**

**Servir os  
nossos clientes**



**2**

**Desenvolver os  
nossos  
colaboradores**



**3**

**Criar valor para  
os nossos  
accionistas**



**4**

**Ser proactivo**



**5**

**Trabalhar em  
equipa**



**6**

**Elevar  
constantemente  
a fasquia**



**7**

**Respeitar-nos  
mutuamente**



**8**

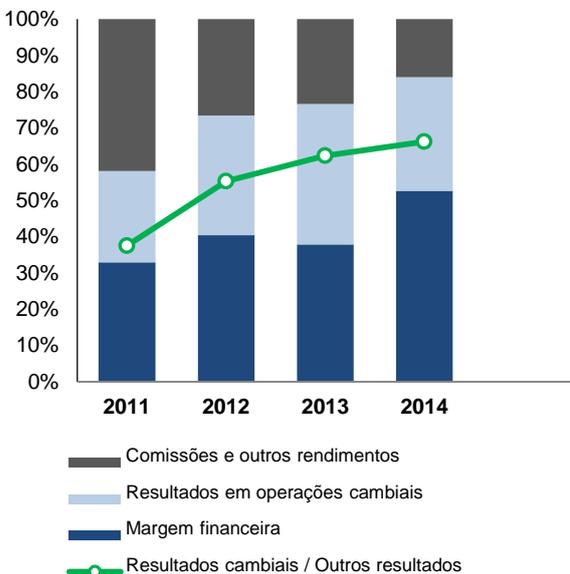
**Defender os  
mais altos níveis  
de integridade**

Resultado do exercício

**AKZ 2.242 milhões**

2013: AKZ (1.039) milhões

Contribuição para o produto bancário



Total de Activos

**AKZ 203.368 milhões**

2013: AKZ 148.492 milhões

Colaboradores

**508**

2013: 498

Rácio *Cost-to-income*

**74%**

2013: 103%

Depósitos de clientes

**AKZ 187.807 milhões**

2013: AKZ 134.737 milhões



PRÉMIOS



**Global Banking & Finance Review**

Banco mais Inovador em Angola 2014

**EMEA Finance Africa Awards 2014**

Melhor Banco de Investimento em Angola 2014



Best Investment Bank in Angola 2014.



**Global Finance Magazine**



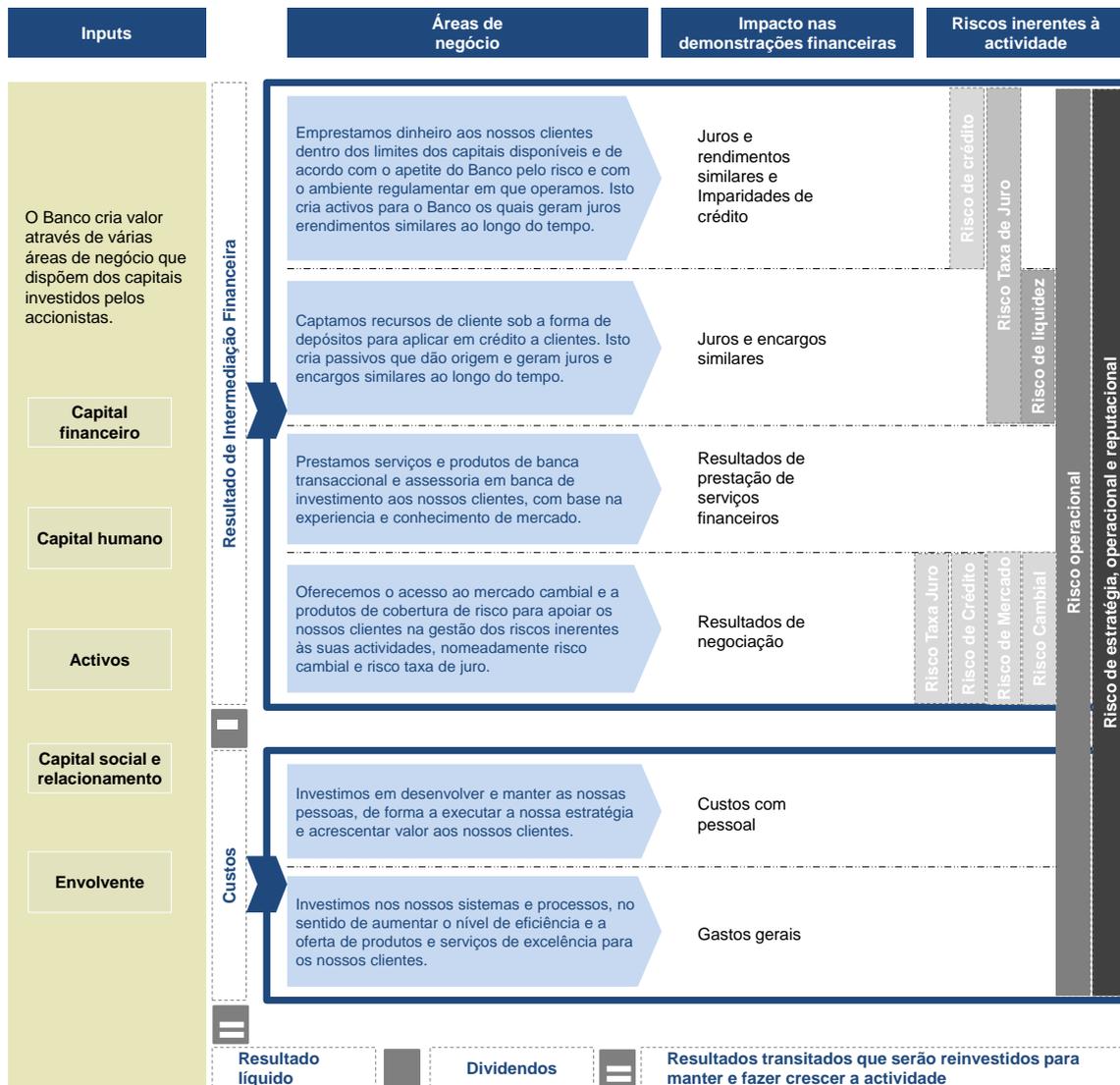
Melhor Banco em Angola 2014



**International Finance Magazine**

O Banco Mais Inovador de Angola 2014

## Como criamos valor



## A nossa estrutura de negócio

### Standard Bank de Angola

#### Personal & Business Banking

Presta serviços bancários e outros serviços financeiros a clientes particulares e a pequenas e médias empresas.



##### O que oferecemos

Crédito hipotecário

Outros empréstimos

Leasing financeiro

Cartões

Serviços transaccionais

Bancassurance

#### Produto Bancário

**AKZ 3.857 milhões**

2013: AKZ 1.993 milhões

	2014	2013
Crescimento crédito	89%	172%
Crescimento depósitos	60%	42%
Rácio <i>cost-to-income</i>	139%	136%

#### Corporate Investment Banking

Presta serviços bancários transaccionais, assessoria financeira e soluções cambiais e de gestão de risco ao Estado, grandes empresas e instituições financeiras.



##### O que oferecemos

Mercado de Capitais

Serviços transaccionais

Banca de Investimento

#### Produto Bancário

**AKZ 9.481 milhões**

2013: AKZ 5.507 milhões

	2014	2013
Crescimento crédito	2%	299%
Crescimento depósitos	38%	58%
Rácio <i>cost-to-income</i>	45%	76%

#### Other

Presta serviços bancários transaccionais, assessoria financeira e soluções cambiais e de gestão de risco ao Estado, grandes empresas e instituições financeiras.

## Marcos históricos do Banco

Com apenas 4 anos de actividade completos, o Standard Bank de Angola apresentou pela primeira vez este ano resultados líquidos positivos. Apesar de uma base de partida bastante maior que no ano anterior, 2014 continuou a evidenciar taxas de crescimento muito acima da média do mercado. O SBA continua a demarcar-se como uma referência no sistema financeiro Angolano, tendo sido distinguido novamente, com vários prémios internacionais que reconheceram o SBA como o melhor banco de investimento e banco mais inovador de Angola. Durante este ano, o Banco ultrapassou os AKZ 180 mil milhões em depósitos de clientes, os quais procurou canalizar para o financiamento da economia Angolana, com AKZ 44 mil milhões de crédito a clientes, com um rácio de transformação de 24%, e com a aquisição de AKZ 64 mil milhões de títulos de dívida pública Angolana.

- 2014**
- Em 31 de Dezembro, o Banco termina o ano com 25 agências abertas, 3 centros de empresas, 2 Suites *Private* e 2 postos de atendimento; 508 colaboradores e mais de 23.000 clientes activos.
  - Em Janeiro, o Banco fecha o mês com resultado líquido positivo, que se manteve todos os meses até ao final do ano, tendo fechado com um resultado líquido de AKZ 2.237 milhões.
  - Durante 2014, o Standard Bank de Angola recebeu, novamente, vários prémios e distinções, dos quais se destacam:
    - Banco mais Inovador em Angola pela Revista Global Banking & Finance Review;
    - Melhor Banco de Investimento em Angola pela EMEA Finance Africa Awards;
    - Melhor Banco em Angola pela Global Finance;
    - Banco Mais Inovador de Angola pela International Finance Magazine.

- 2013** - Em Dezembro, o Banco termina o ano com 26 agências, 1 centro de empresas e 5 postos de atendimento; 498 colaboradores e mais de 16.000 clientes.
- Em Maio, os Fundos Próprios Qualificados do SBA cresceram em USD 30 milhões, por via da colocação de dívida subordinada junto do Standard Bank Group Limited. Este reforço de Fundos Próprios foi um marco significativo uma vez que permite o alargamento de limites regulamentares importantes ao crescimento da sua actividade, possibilitando nomeadamente manter a estratégia de crescimento através do financiamento da economia Angolana com operações de montante mais elevado.
- 2012** - Em 31 de Dezembro, o Banco termina o ano com 15 agências abertas, 352 colaboradores e 10.264 clientes.
- Em Outubro, o Capital Social do SBA foi aumentado para AKZ 9,530 milhões (USD 100 milhões). Este aumento de capital foi subscrito por meio de novas entradas em dinheiro, realizadas pelo Standard Bank Group Limited e pela AAA Activos, Lda., tendo esta última passado a deter 49% do Capital Social do Banco. Este aumento de capital foi um marco importante, não só em termos do reforço dos Fundos Próprios do Banco, mas sobretudo pela entrada de um accionista angolano no capital do SBA, o que permitirá o desenvolvimento de uma parceria estratégica.
- 2011** - Em 31 de Dezembro, o Banco termina o ano com 3 agências abertas, 166 colaboradores e 1.955 clientes.
- Abertura das três primeiras agências do Banco em Luanda.
  - Em 11 de Agosto, foi efectuado um aumento do Capital Social do Banco para AKZ 4.599 milhões (USD 50 milhões), totalmente subscrito e realizado pelo Standard Bank Group Limited, que manteve a sua participação de 99,99%.
- 2010** - Em 31 de Dezembro, o Banco termina o ano com 45 colaboradores e 82 clientes.
- Em 27 de Setembro, o SBA deu início à sua actividade.
  - Em 30 de Março, o Banco foi constituído por escritura pública, com um Capital Social de AKZ 2.301 milhões (USD 25,5 milhões).
  - Em 9 de Março, o Banco obteve a autorização do Banco Nacional de Angola para operar no mercado nacional.

## Governança Corporativa

O SBA concentrou-se em definir um modelo de governança corporativa com uma estrutura e princípios bem definidos, de modo a reflectir o compromisso claro com a regulamentação Angolana, as melhores práticas internacionais, e as linhas orientadoras do Grupo Standard Bank (“Grupo”). O objectivo é o de estabelecer uma linha clara de distribuição de responsabilidades no interior da hierarquia e na existência de processos de monitorização, fiscalização e de *compliance*, tanto interna como externa, que contribuam para o enriquecimento da transparência da sua gestão, aumentando, assim, o seu valor como Instituição Financeira.

Em 2013, o Banco Nacional de Angola publicou o Aviso nº 1/2013, de 19 de Abril, que regula o modelo e obrigações das Instituições Financeiras no âmbito da governança corporativa no que se refere à estrutura de capital, estratégia, modelo de organização societária, transparência das estruturas orgânicas e de capital, políticas e processos de gestão de risco, de remuneração e de conflito de interesses.

A publicação deste diploma legal despoletou um processo interno de actualização do modelo de governança corporativa do SBA, com impacto na gestão a partir de 2014. De acordo com o estipulado no nº 2 do Artigo 26º do Aviso nº 1/2013 e no nº 2 do Artigo 22º do Aviso nº 2/2013, ambos de 19 de Abril, o Banco definiu um plano de acção, no qual foram estabelecidos os prazos para a implementação das acções necessárias ao integral cumprimento da nova regulamentação.

Conforme estabelecido pelo Instrutivo nº 1/2013, de 22 de Março, emitido pelo BNA, que regulamenta o envio da informação ao BNA, por parte das instituições financeiras, no âmbito do previsto nos referidos Avisos nº 1/2013 e nº 2/2013, o Conselho de Administração submeteu, em Dezembro de 2013 e 2014, os respectivos Relatórios anuais sobre a Governança Corporativa e o Sistema de Controlo Interno.

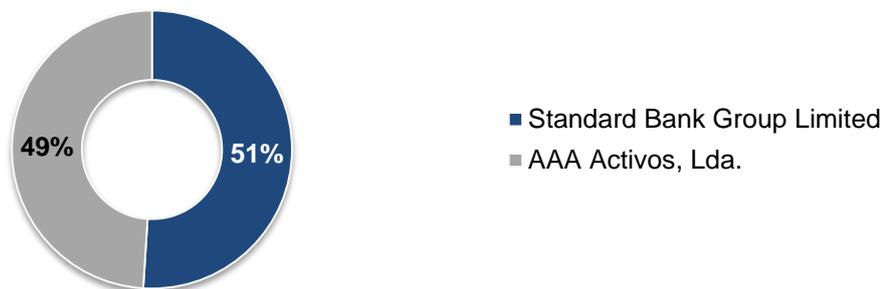
### Princípios orientadores da Governança Corporativa

Os princípios orientadores da política de governança corporativa do SBA correspondem aos requisitos exigidos pela regulamentação do BNA, estando também alinhados com os do Grupo a que pertence. Por integrar o Grupo Standard Bank, o SBA está também sujeito às regras de supervisão consolidada. Estes princípios, dos quais se destacam a transparência e a responsabilização, visam garantir a manutenção das melhores práticas que asseguram o equilíbrio de direitos entre accionistas, prestação de contas, ética e a sustentabilidade do negócio.

### Estrutura accionista

O Standard Bank de Angola, S.A. foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola em 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional em 27 de Setembro de 2010. O Banco é detido maioritariamente pelo Grupo Standard Bank (“Grupo”).

O Capital Social do SBA, composto por 1.000.000 acções com o valor nominal de USD 100 cada, encontra-se repartido por quatro accionistas minoritários (pessoas individuais fiduciários do Grupo Standard Bank) e dois accionistas maioritários:



### Modelo de Governação

O SBA opera dentro de um quadro de governação claramente definido. De acordo com esse modelo, a administração é exercida pelo Conselho de Administração, que procura equilibrar o seu papel de supervisão de risco e orientação estratégica com a necessidade de garantir o cumprimento de requisitos regulamentares e aceitação de risco.

O modelo de Governação do SBA prevê a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comités (Internos) do Conselho de Administração, mantendo sempre um controlo efectivo e a responsabilidade final de todas as decisões.



### Estrutura da Governança Corporativa

São órgãos sociais do Banco, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Os membros dos órgãos sociais do SBA são vinculados a rigorosos deveres de confidencialidade e sujeitos a um conjunto de regras que visam prevenir a existência de conflitos de interesses ou situações de abuso de informação privilegiada, em conformidade com as melhores práticas e princípios de uma boa e prudente gestão.

Os órgãos sociais do SBA são compostos por profissionais com a competência técnica, experiência profissional e idoneidade moral para o exercício das respectivas funções.

## Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão social constituído pelas pessoas singulares ou colectivas que, segundo a lei e os Estatutos do Banco, tiverem direito a, pelo menos, um voto, de acordo com o número de acções registadas no Livro de Registo de Acções, quarenta dias antes da data da Assembleia Geral. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Secretário. Os membros da Mesa, que podem ser accionistas ou não, são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

<b>Assembleia Geral</b>	<b>Presidente</b> Natacha Sofia da Silva Barradas <sup>(a)</sup>
	<b>Secretária</b> Djamila Pinto de Andrade <sup>(a)</sup>

(a) Por deliberação unânime escrita dos Accionistas, datada de 30 de Outubro de 2014, foi aprovada a nomeação dos novos membros da Mesa da Assembleia Geral, que se encontram em processo de registo junto ao Banco Nacional de Angola.

As principais competências da Assembleia Geral, são as seguintes:

- Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Presidente, do Vice-Presidente e dos Secretários da Mesa da Assembleia Geral;
- Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, incluindo a análise e aprovação das demonstrações financeiras, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração e adopção da aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração, bem como a afectação de reservas da Sociedade;
- Aprovação das remunerações dos membros dos órgãos sociais, que nos termos da regulamentação sobre Governança Corporativa, pode esta responsabilidade ser atribuída a um accionista;
- Deliberação sobre alterações aos Estatutos;
- Aumento ou redução (incluindo, sem limitação, qualquer reembolso total ou parcial do capital social e pagamento aos accionistas do valor nominal das acções respectivas ou de parte destas, desde que o pagamento seja efectuado através de fundos distribuíveis) do capital da Sociedade, mas sob reserva do estipulado nos Estatutos;
- Dissolução e liquidação da Sociedade;
- Qualquer fusão ou aquisição que envolva o pagamento de um montante igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital da Sociedade;
- Qualquer alteração material da actividade principal da Sociedade em cada momento.

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração do SBA é a entidade com a responsabilidade última pelo controlo e a gestão corrente da actividade do Banco, dentro dos limites impostos por Lei e pelos Estatutos da Sociedade. O Conselho é actualmente composto por cinco membros, incluindo um Presidente do Conselho de Administração, em que dos cinco, 3 três são Administradores Executivos e dois são Administradores Não Executivos.

<b>Conselho de Administração</b>	<b>Presidente</b> Dominic Bruynseels
	<b>Administradores</b> Luis Miguel Fialho Teles António Caroto Coutinho Ivo Emanuel Neto de São Vicente Carlos Manuel de São Vicente

Os membros do Conselho de Administração são nomeados em Assembleia Geral por períodos de quatro anos. Este é o órgão decisório máximo do Banco e pertencem-lhe as responsabilidades últimas em matéria de governação. Os administradores têm acesso irrestrito à equipa de gestão e às informações sobre o Banco, bem como aos recursos necessários para desempenharem as suas responsabilidades.

Por deliberação unânime escrita dos Accionistas, datada de 30 de Outubro de 2014, foram aprovadas as seguintes deliberações, que estão sujeitas a registo, junto ao Banco Nacional de Angola, seguida de outros actos notariais/registrais estabelecidas por Lei:

- Alteração do Pacto Social, com vista a aumentar o número de Administradores para sete, dos quais três serão Executivos, dois serão Não Executivos e dois Independentes Não Executivos.
- Nomeação do Senhor Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo como Administrador Não Executivo, Independente, cujas funções iniciar-se-ão com o registo deste junto ao BNA, após aprovação, pelo BNA, do aumento de número de Administradores, seguido do necessário procedimento de alteração estatutária junto a um Notário (Escritura Pública), Conservatória do Registo Comercial e Publicação em Diário da República.

### Comissão Executiva

Para um melhor acompanhamento e exercício da actividade bancária, o Conselho de Administração delegou os necessários poderes de gestão, dentro dos limites estipulados por Lei e pelos Estatutos do Banco, a uma Comissão Executiva. A Comissão Executiva é composta por três Administradores Executivos, incluindo o Presidente da Comissão Executiva.

<b>Comissão Executiva</b>	<b>Presidente</b> Luis Miguel Fialho Teles
	<b>Membros</b> António Caroto Coutinho Ivo Emanuel Neto de São Vicente

Em 31 de Dezembro de 2014, o Senhor Luis Miguel Fialho Teles era o Presidente da Comissão Executiva do Standard Bank de Angola. Por deliberação do Conselho de Administração, datada de 19 de Janeiro de 2015, foi nomeado o Administrador Executivo, Senhor António Caroto Coutinho, como Presidente da Comissão Executiva, cujo registo junto ao Banco Nacional de Angola está pendente da formalização interna da respectiva Acta.

De acordo com o Mandato da Comissão Executiva, são membros desta, os Administradores Executivos da Sociedade, cujo mandato vigora nos termos da sua nomeação como Administradores Executivos.

A Comissão Executiva compreende todos os poderes de gestão necessários ou convenientes para o exercício da actividade bancária nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada no mandato deste órgão e na lei.

Para além dos seus membros efectivos (Administradores Executivos), são também convidados para estas reuniões os Directores das áreas relevantes, com vista a um acompanhamento eficaz da gestão corrente.

No que respeita aos Pelouros que devem ser distribuídos a cada um dos Administradores Executivos, tendo em consideração o crescimento e a consolidação que o Banco pretende alcançar. Por deliberação unânime escrita dos Accionistas do Standard Bank de Angola, S.A., datada de 30 de Outubro de 2014, foi recomendado que, com a maior brevidade possível, a Comissão Executiva atribua Pelouros, entre os seus membros, com responsabilidades pelas áreas de Negócio, Suporte e de Controlo da Sociedade.

### Conselho Fiscal



O Standard Bank

O funcionamento e composição do Conselho Fiscal rege-se pelo disposto em legislação aplicável e nos Estatutos do Banco. O Conselho Fiscal é, actualmente, composto por três membros nomeados para um mandato de 4 anos.

<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Presidente</b> (em nomeação) <sup>(b)</sup>  <b>Vogais</b> Alberto Manuel Freitas da Silva Miguel da Silva Alves
------------------------	--

- (b) Por deliberação unânime escrita dos Accionistas, datada de 30 de Outubro de 2014, foi também aprovada a renúncia apresentada pelo Presidente do Conselho Fiscal em funções, o Senhor Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo, que foi nomeado Administrador Não Executivo nessa mesma deliberação. Esta alteração já foi comunicada ao Banco Nacional de Angola, encontrando-se pendente a nomeação do novo Presidente do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal é o órgão social com a função de fiscalizar a administração da Sociedade, zelar pela observância da lei e dos Estatutos e verificar os registos contabilísticos e financeiros do Banco.

#### **Auditor Externo**

A fiscalização externa do Banco é, actualmente, assegurada pela empresa de Auditoria KPMG, bem como pelas autoridades de supervisão a que está sujeito no exercício da sua actividade em Angola.

O contracto de prestação de serviços em vigor entre o Banco e o Auditor Externo rege-se pelos requisitos definidos no Aviso nº 4/2013 de 22 de Abril, emitido pelo Banco Nacional de Angola.

Internamente, o SBA acautela a independência e objectividade dos seus auditores externos, na acepção dos requisitos regulamentares e profissionais aplicáveis, nomeadamente através da selecção de empresas de auditoria de reconhecimento internacional, elas próprias com requisitos internos de independência, e da rotatividade dos auditores externos, em conformidade com as orientações do Grupo e da legislação aplicável, incluindo o próprio Aviso nº 4/2014.



### **Comité de Gestão de Capital Humano**

Por deliberação do Conselho de Administração de 24 de Outubro de 2014 e de 19 de Janeiro de 2015, foi aprovada a criação e o mandato do Comité de Gestão de Capital Humano, respectivamente. Este Comité tem responsabilidade por (a) aprovar a política de remuneração do Banco e zelar pela nomeação, avaliação e remuneração dos colaboradores; (b) gerir a componente de recursos humanos, tais como a definição de políticas e procedimentos; nomeação de directores; acompanhar a componente de avaliação; definir as políticas de recrutamento e contratação.

Na mesma deliberação do Conselho de Administração, de 24 de Outubro de 2014, foi também nomeado o Administrador Executivo, Dr. António Coutinho, para presidir a este Comité de Gestão de Capital Humano.

Adicionalmente, por deliberação unânime escrita dos Accionistas do Standard Bank de Angola, S.A., datada de 30 de Outubro de 2014, foi aprovado que, nos termos do Artigo nº 17 do Aviso nº 1/2013, de 19 de Abril, caberá ao Accionista Standard Bank Group Limited, definir, implementar e rever a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, nomeadamente, Mesa de Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

É de realçar, no entanto, que o Conselho de Administração já aprovou, a 3 de Dezembro de 2013, a Política de Remuneração de trabalhadores do Banco, que se encontra em vigor.

### **Comité de Auditoria**

O Comité de Auditoria, cujo Mandato foi aprovado a 22 de Abril de 2013 por deliberação do Conselho de Administração, tem por objectivo analisar a situação financeira do Banco e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre assuntos de natureza financeira, risco, controlo interno, fraudes e riscos informáticos relevantes, assegurando ainda uma comunicação eficaz entre o Conselho de Administração, a equipa de gestão, os auditores internos, os auditores externos e as autoridades reguladoras.

O Comité de Auditoria é composto pelos três membros do Conselho Fiscal (não administradores) e reúne-se, de forma ordinária, quatro vezes ao ano, mediante convocatória efectuada pelo respectivo Presidente (cuja função é também coincidente com a do Presidente do Conselho Fiscal). Estas reuniões contam com a participação, como convidados permanentes, dos Directores de Auditoria Interna, Risco, *Compliance*, Jurídico, Financeiro, e ainda, dos Auditores Externos e do Presidente da Comissão Executiva do Banco. Destas reuniões, são extraídas actas com o resumo das matérias discutidas e respectivos planos de acção.



O Standard Bank

O Conselho de Administração do Banco aprovou, a 24 de Outubro de 2014 e a 19 de Janeiro de 2015, uma nova estrutura e ligeiras alterações ao mandato deste Comité de Auditoria, que vai passar a ser presidido por um Administrador Independente, Não Executivo.

### **Comité de Risco**

O Comité de Risco tem como função assegurar a qualidade, integridade e fiabilidade da gestão de risco, sendo actualmente presidida por um membro do Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração aprovou, a 24 de Outubro de 2014 e a 19 de Janeiro de 2015, a necessidade de se alterar o Mandato e a composição deste Comité, quanto ao seu âmbito de actuação, por forma a cumprir com rigor o previsto no Artigo nº 14 do Aviso nº 1/2013, de 19 de Abril, com competência para gerir e controlar o risco, nas seguintes vertentes, (1) aconselhar o Conselho quanto à estratégia de risco, (2) supervisionar a implementação da estratégia de risco e (3) supervisionar a função de gestão de risco.

Considerando que, sob dependência de uma deliberação de accionistas nesse sentido, conforme referenciado acima (na parte respeitante à composição do Conselho de Administração), o Banco aprovou a inclusão de novos Administradores Não-Executivos, Independentes, na sua estrutura, tendo sido também aprovado que a Presidência dos Comités de Risco e de Auditoria passe a ser exercida por um Administrador Não Executivo, Independente, e que o Comité de Risco passe a integrar os Administradores Executivos responsáveis pelas funções de controlo interno e das áreas de negócio.

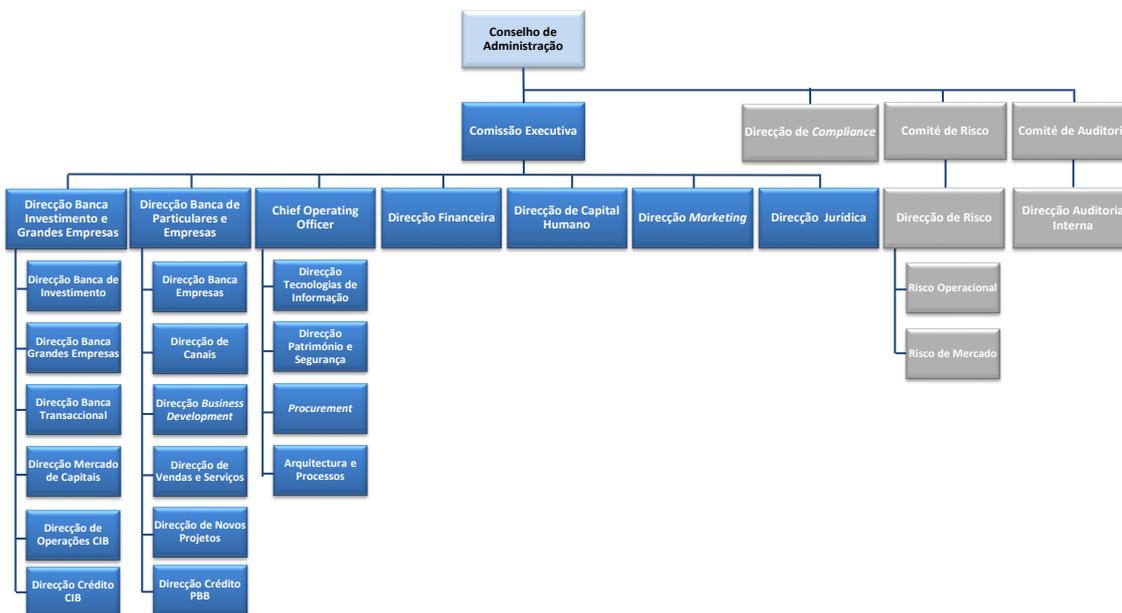
### **Comité de Crédito**

O Banco conta ainda com um Comité de Crédito do Conselho de Administração, cuja função é a de assegurar que existe uma efectiva governança do crédito, e que é efectuada uma adequada gestão da carteira de crédito, monitorização dos créditos concedidos e um controlo efectivo do risco de crédito, incluindo o risco do País. Este Comité é composto por todos os membros do Conselho de Administração, pelo que as suas reuniões têm uma regularidade trimestral, ocorrendo, por isso, a cada trimestre, imediatamente antes das reuniões do Conselho de Administração.

Este Comité é Presidido por um Administrador Executivo, e conta ainda com a participação, como convidados permanentes, dos Directores de Crédito para as áreas de Banca de Retalho e Pequenas e Médias Empresas e da Banca de Investimento e Grandes Empresas.

## Organização Interna

O organograma do Banco apresenta estrutura funcional completa, que evidência uma clara divisão das áreas e funções de cada Direcção:



## Sistema de Controlo Interno

O sistema de controlo interno do Banco está dividido, nos termos do Aviso nº 2/2013 de 19 de Abril, em três funções distintas: *Compliance*, Auditoria Interna e Gestão de Risco.

### Função de *Compliance*

A função de *Compliance*, cujo Mandato foi aprovado pelo Conselho de Administração por deliberação de 2 de Setembro de 2014, e conforme melhor detalhado noutra capítulo deste relatório, reporta directamente ao Conselho de Administração, mais concretamente ao Presidente do Conselho de Administração, que é também Administrador Não Executivo da Sociedade.

### Função de Auditoria Interna

A função de Auditoria Interna tem por missão efectuar, nos termos do Aviso nº 2/2013 de 19 de Abril, uma avaliação da efectividade, eficácia e adequação do sistema de controlo interno, considerando o risco associado a cada actividade. Esta função reporta a três níveis, nomeadamente, (i) à Comissão Executiva, através da apresentação de relatórios mensais de actividade; (ii) ao Conselho de Administração, através da apresentação do relatório trimestral de actividades e (iii) ao Comité de Auditoria, também através de reuniões trimestrais.

### **Função Gestão de Risco**

Esta função tem como objectivo obter uma visão e gestão integrada dos riscos a que o Banco se encontra exposto, de forma a mitigar as potenciais perdas associadas à ocorrência de eventos de risco. No SBA, a função de gestão de risco é assegurada de forma transversal pelos Comités de Risco, Auditoria e de Crédito.

O sistema de controlo interno do SBA é constituído por um conjunto de estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pela administração, bem como pelas acções empreendidas por este órgão e pelos restantes colaboradores do Banco, com vista a garantir um ambiente de controlo eficaz, capaz de assegurar (a) um desempenho eficiente e rentável da actividade, nos médio e longo prazos; (b) a existência de informação financeira e de gestão completa, pertinente, fiável e tempestiva; e o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### Principais políticas no âmbito da governação corporativa

#### **Conflito de interesses**

O SBA tem implementada uma política de Conflito de Interesses, que consiste em garantir que o Banco conduz a sua actividade em conformidade com os valores éticos e em cumprimento com as Leis e regulamentos aplicáveis.

A política de Conflito de Interesses do SBA tem como propósito garantir que:

- Os conflitos de interesse são evitados e geridos dentro do Banco. Isto inclui a criação de mecanismos para identificar, evitar, mitigar e divulgar conflitos de interesse reais e potenciais;
- As obrigações estatutárias e regulamentares relevantes são cumpridas; e
- O Banco e os seus colaboradores estão protegidos de danos à reputação e sanções administrativas que possam ser impostas pelas autoridades reguladoras e autoridades judiciais como resultado de conflitos de interesse que não tenham sido identificados e / ou adequadamente geridos.

#### **Código de Ética**

O SBA está empenhado em marcar, verdadeiramente, a diferença no mercado angolano. Este compromisso implica um crescimento sem percalços e uma melhoria contínua do negócio no país.



De forma a poder conduzir a sua actividade de forma coerente, foram identificados um determinado número de directrizes comuns, tais como a visão de valores e a identidade da marca Standard Bank, que implica um quadro comum de tomada de decisões. Este quadro está definido com maior clareza no “Código de Ética”, que foi concebido para facilitar (i) uma maior descentralização e (ii) a tomada de decisões de forma mais rápida e eficiente em todos os níveis do Banco.

### **Transacções com partes relacionadas**

A Política em referência tem por objectivo estabelecer e definir o enquadramento de Governança, gestão de risco e comunicação de transacções Intragrupo e empréstimos a partes associadas e relacionadas.

### **Política de Remuneração e Benefícios**

A Política de Remuneração e Benefícios foi criada para assegurar o crescimento sustentável do Banco, bem como para oferecer boas oportunidades de remuneração e benefícios aos seus colaboradores. O seu papel no SBA é importante na contratação e retenção de quadros com grande capacidade de desempenho, visando, desta forma, garantir a motivação dos seus colaboradores.

Para a realização e efectiva execução da política, são seguidos os seguintes princípios orientadores da recompensa:

- Cultura de responsabilidade e excelência, através do desempenho individual, competências adquiridas, capacidades técnicas e experiência demonstrada;
- Abordagem da remuneração tem como objectivo (i) atrair e reter os colaboradores chave e (ii) motivar e premiar o desempenho de excelência;
- Valor do trabalho, que é definido pelo Banco com base nas capacidades, o que inclui (i) competência, (ii) capacidade técnica, (iii) experiência e desempenho, e (iv) posição ocupada nos diferentes níveis organizacionais.
- Respeito pelos princípios de remuneração do mercado, de forma a garantir que as diferenças relativas ao valor de mercado são suportadas e justificadas e que as práticas de remuneração garantam níveis adequados de competitividade;
- Capacidade financeira é um elemento chave na tomada de decisão relativamente à remuneração;
- Garantia de remuneração (fundamentalmente no que se refere a benefícios) depende da contribuição dos colaboradores para a concretização dos objectivos do Banco.

## Enquadramento económico

---



## Conjuntura económica internacional

### Crescimento global

As expectativas globais de crescimento terão de ser revistas, em função dos estímulos combinados resultantes, por um lado, da queda dos preços do petróleo e, por outro, do “alívio quantitativo”, sobretudo por parte do Banco Central Europeu (“BCE”). Desta forma, as perspectivas globais de crescimento parecem melhores em 2015 do que eram em 2014. É estimado um crescimento real do PIB de 3% em 2015 face aos 2,5% do ano anterior. O ano de 2014 ficou marcado pela recuperação dos Estados Unidos, com um crescimento de cerca de 2,5%, enquanto a China, o Japão e a Europa defrontaram-se com um lento crescimento.

No início de 2014, poucos antecipavam o colapso das taxas de juro a nível global. Enquanto o foco era o de remover a acomodação monetária dos Estados Unidos, o lento crescimento económico das outras grandes economias, em particular da União Europeia e do Japão, levou os respectivos bancos centrais a um “alívio quantitativo” adicional.

De facto, a pressão desinflacionária que resulta da queda dos preços do petróleo desde meados de 2014 aumentou ainda mais a pressão sobre as autoridades dos países do G4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão) para afrouxar as condições monetárias. Em 22 de Janeiro de 2015, o BCE anunciou uma forma melhorada do “alívio quantitativo”, incluindo a compra de títulos do governo (no valor de mais de EUR 1.100 mil milhões durante 18 meses a terminar em Setembro de 2016), o que é provável que mantenha a pressão descendente sobre as taxas de juro globais por mais algum tempo. No entanto, o Banco Central dos Estados Unidos parece sério relativamente às primeiras subidas das taxas durante 2015, sendo provável que comecem a acontecer apenas no 3º trimestre desse ano.

Neste sentido, os Estados Unidos serão uma das economias com maior crescimento dentro do lote das mais desenvolvidas, com uma taxa esperada de crescimento de 3% em 2015. A União Europeia deverá crescer a uma taxa de 1,5%, enquanto o Japão deverá apresentar uma taxa de crescimento de apenas 0,8% em 2015. A China deverá registar um crescimento do PIB de cerca de 7,1%, representando o nível mais baixo desde 2000.

## África Subsariana

Os principais riscos para África são sobretudo resultado do baixo preço dos *commodities*, mas também resultado da robustez do dólar dos Estados Unidos face às moedas Africanas. Prevê-se que este ambiente, marcado pela queda dos preços dos *commodities*, tenha um grande impacto na economia global, em particular o preço do petróleo que se antecipa que seja a variável que irá determinar a performance da maioria das economias. Angola não será excepção. Embora a redução dos preços dos *commodities* e a maior flexibilização quantitativa na União Europeia impactem principalmente as economias dos países exportadores líquidos de petróleo, também será sentida uma pressão desinflacionária sobre as taxas globais em resultado destas situações.

Um número crescente de países Africanos passou a estar exposto aos mercados financeiros internacionais e ao apetite ou risco destes mercados, através da participação de investidores nos mercados de capitais em moeda local e através da emissão de dívida soberana internacional.

Estima-se que a expansão da África Subsariana se mantenha estável em 2015, e que um crescimento mais acelerado se verifique mais médio prazo. O crescimento do PIB desta região deverá ultrapassar o das demais regiões em desenvolvimento (com excepção do Sudeste Asiático e do Pacífico que atingiram os 4,6% este ano), estimando-se um crescimento que deverá atingir uma média de 5% ao longo dos próximos 4 anos. Estima-se, ainda, que o crescimento permanecerá concentrado em países de baixos rendimentos e que será impulsionado sobretudo pelo consumo e o investimento privado (predominantemente infra-estrutura).

## Economia Angolana

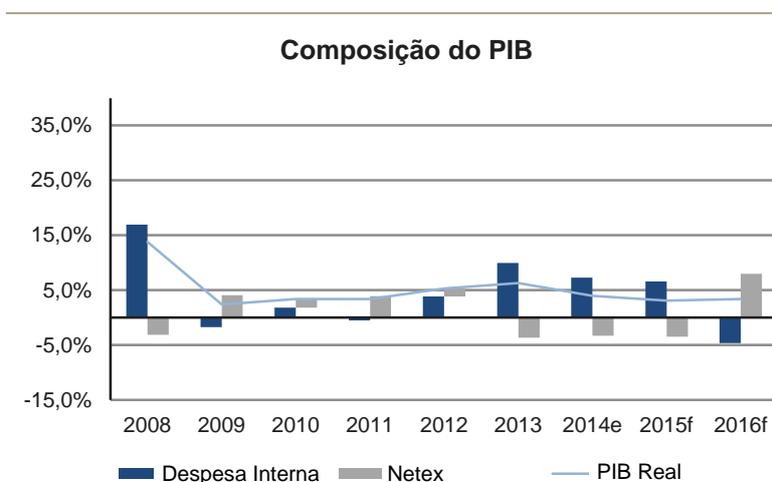
### Introdução

A economia Angolana ainda é fortemente dependente do sector petrolífero, que contribui com cerca de 50% do Produto Interno Bruto (PIB), com mais de 90% das receitas de exportação e cerca de 80% das receitas fiscais. Claramente, a diversificação da economia necessita ainda de percorrer um longo caminho, prevê-se que durante os próximos anos este processo envolva um investimento significativo em infra-estruturas. De facto, nos últimos anos as despesas de investimento do Estado Angolano têm ficado abaixo do previsto no respectivo Orçamento, e 2014 não foi excepção. As exportações de petróleo do país estão a sofrer um choque não só por causa da redução dos preços, mas também devido a um aparente declínio estrutural da procura. Assim, as perspectivas económicas para 2015 parecem pouco favoráveis.

**O crescimento do PIB deverá abrandar em 2015, para cerca de 3,1%**

É estimado para Angola um crescimento real do PIB na ordem dos 3,1% em 2015 e dos 3,6% em 2016, a partir de uma estimativa de 4% em 2014. Embora o desempenho do sector não-petrolífero permaneça relativamente robusto, este ano deverá ser ligeiramente mais moderado, com sectores como a construção e os transportes em crescimento mais lento do que o previsto anteriormente. Esta moderação será o resultado da redução das despesas do Estado, em consequência da redução das receitas do petróleo. Adicionalmente, o consumo privado também deverá deteriorar-se ligeiramente, com a perspectiva de uma inflação mais elevada que irá reduzir os rendimentos reais.

Este contexto evidência a clara necessidade do Estado Angolano de diversificar as fontes de receita. Espera-se, portanto, que os projectos, que visam a expansão dos sectores da agricultura, indústria e energia não-petrolífera, sejam afectados pela redução das receitas do sector petrolífero. Além disso, o governo publicou recentemente um enquadramento fiscal simplificado para os investimentos industriais. As autoridades estimam que os sectores não-petrolíferos registem um crescimento acima dos 9% este ano.



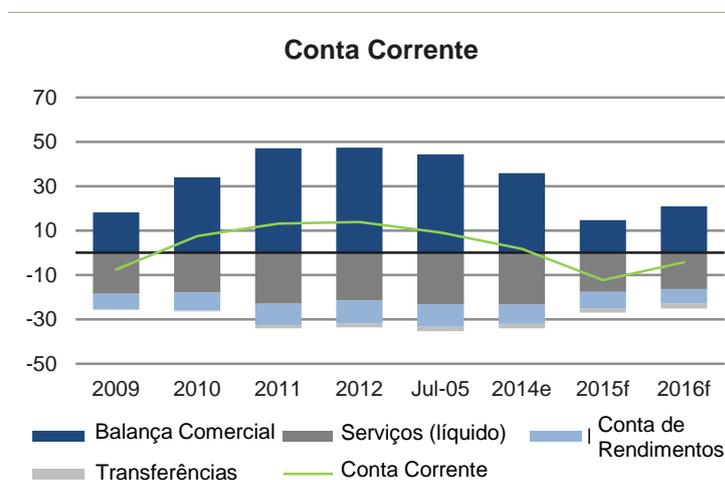
Fontes: Standard Bank Research, BNA, INE

### **Sector Externo**

Em 2015 a conta corrente ficará definitivamente deficitária, devido à queda acentuada das receitas de exportação do petróleo. O défice da conta corrente deverá atingir os 8,9% do PIB, face ao *superavit* de 1,3% do PIB em 2014. Numa tentativa de restringir as importações, o Ministério do Comércio sugeriu se reduzissem as importações de produtos que podem ser produzidos localmente, tal como o cimento. Ainda não está claro se a execução destas medidas será através da imposição de quotas ou de tarifas de importação. As importações irão ainda sofrer reduções em consequência quer do decréscimo da procura quer da desvalorização do Kwanza.

A redução da despesa do estado em infra-estruturas, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) também irá restringir as importações. É ainda provável que se verifique uma ligeira moderação nos pagamentos para o exterior, quer de rendimentos quer de serviços, principalmente devido a contracção do sector petrolífero.

As autoridades pretendem, no entanto, manter as reservas cambiais brutas num nível que permita a cobertura de 6 meses de importações (cerca de USD 14,2 mil milhões) até Dezembro de 2015, um montante bastante inferior aos USD 28 mil milhões verificados em Dezembro de 2014.



Fonte: BNA, INE, IMF, Standard Bank Research

### **Política Fiscal**

Espera-se um orçamento revisto e aprovado pela Assembleia Nacional em Fevereiro de 2015. Na elaboração do novo orçamento deverá usar-se como referência um preço de petróleo significativamente inferior, de cerca de USD 40 *per barrel* face aos USD 81 *per barrel* usados no orçamento original. O Governo deverá manter alguns dos projectos de capital intensivo, devido a um progresso estável em termos do Plano Nacional de Desenvolvimento. É provável que as autoridades dêem continuidade aos projectos que já estão em curso, mas os projectos com início previsto para 2015 talvez venham a ser revistos. O Governo deverá concentrar grande parte das suas despesas nos sectores prioritários, tais como projectos sociais, incluindo a educação e os cuidados de saúde. Foi também noticiado que serão congeladas as contratações para o sector público e que serão reduzidos os subsídios aos preços dos combustíveis locais, que sofrerão um aumento significativo. A redução das despesas não deverá ser suficiente para equilibrar o orçamento, sendo estimado um défice na ordem dos 8,1% do PIB em 2015 face aos -0,2% do PIB verificado em 2014.

<b>% do PIB</b>	<b>2014e</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Total de receitas	32.5	22.7	26.5
Petróleo	22.7	12.7	14.9
Total de despesa	32.7	30.8	33.7
Corrente	24.8	24.2	26.7
Juros	1.1	1.5	1.9
Transferências	6.1	4.5	4.8
Desenvolvimento	7.9	6.6	7.0
Saldo global	-0.2	-8.1	-7.2

### **A política monetária e as perspectivas cambiais**

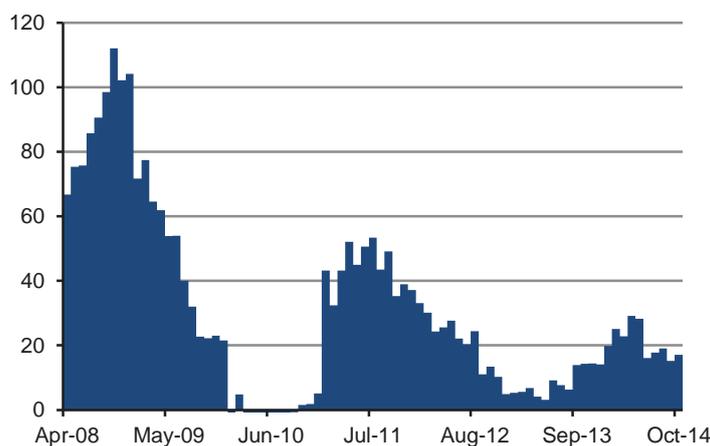
A inflação deverá aumentar em 2015, principalmente em função da trajectória ascendente do USD / AKZ. O Banco Nacional de Angola deverá ter uma intervenção importante no sentido de limitar a inflação importada através de uma desvalorização controlada do Kwanza. A taxa de inflação média deverá rondar os 8,9% em 2015 face aos 7,3% em 2014.

A menos que se materialize um declínio mais acentuado do crescimento do PIB, a política monetária deverá ser ainda mais restritiva este ano. O BNA tem à sua disposição todos os mecanismos necessários ao controlo da liquidez no mercado. Não é expectável que o novo Governador mude a direcção das políticas do BNA.

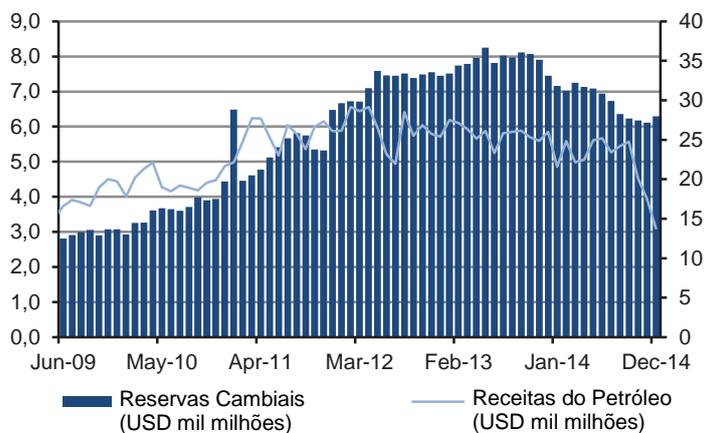
A trajectória ascendente do câmbio USD / AKZ deverá manter-se, a menos que as autoridades reduzam as despesas do Estado drasticamente, reduzindo dessa forma a lista de espera da procura de USD. Estimamos que o câmbio USD / AKZ no final de 2015 ronde os 118,7 e o câmbio médio estimado para 2016 é de 122,3 face à média de 98,3 registada em 2014. A taxa de câmbio continua a ser a principal âncora da política monetária do Banco Nacional de Angola, pelo que se prevê que este permita a depreciação controlada do Kwanza.

No caso do novo Governador do BNA adoptar uma política mais focada na preservação das reservas cambiais, poderão ocorrer movimentos mais significativos na taxa de câmbio USD / AKZ. Apesar da razoável base de partida das reservas cambiais, na ordem dos USD 28 mil milhões em Dezembro de 2014, estima-se que exista uma fila de espera para a compra de USD na ordem dos USD 4-5 mil milhões.

**Crescimento na ofertas de moeda (% anual)**



**Receitas do petróleo e Reservas cambiais**



Fonte: Banco Nacional de Angola; Standard Bank Research

## Principais alterações legislativas e regulamentares

### Banco Nacional de Angola

- **Aviso nº 1/2014 de 17 de Janeiro**  
Estabelece os procedimentos de importação e exportação de moeda estrangeira, bem como de cheques de viagem, a serem observados pelas instituições financeiras bancárias.
- **Aviso nº 2/2014 de 28 de Março**  
Estabelece os requisitos mínimos de informação sobre os serviços e produtos financeiros que devem ser disponibilizados ao público pelas instituições financeiras bancárias supervisionadas pelo Banco Nacional de Angola, com sede ou sucursal em território nacional.
- **Aviso nº 3/2014 de 7 de Agosto**  
Alteração da redacção do ponto 1 do artigo 11º do Aviso n.º 19/2012, de 25 de Abril, sobre a liquidação das operações cambiais de importação, exportação e reexportação de mercadorias.
- **Aviso nº 4/2014 de 7 de Agosto**  
Estabelece o processo simplificado para o pagamento de importação de mercadorias.
- **Aviso nº 5/2014 de 1 de Outubro**  
Autorização para a Constituição das Sociedades Prestadoras de Serviços de Pagamentos.
- **Aviso nº 6/2014 de 1 de Outubro**  
Clarifica o enquadramento regulamentar da prestação de serviços de pagamento.
- **Aviso nº 7/2014 de 8 de Outubro**  
Define a regulamentação aplicável às operações cambiais previstas na Lei n.º 02/12 de 13 de Janeiro, sobre o Regime Cambial Aplicável ao Sector Petrolífero.
- **Aviso nº 8/2014 de 1 de Dezembro**  
Fixa o período a partir do qual as notas e moedas da “Série 1999” deixarão de manter-se em circulação.
- **Aviso nº 9/2014 de 10 de Dezembro**  
Estabelece as normas e princípios que regem a publicidade dos produtos e serviços financeiros comercializados pelas instituições financeiras sob a supervisão do Banco Nacional de Angola.
- **Aviso nº 10/2014 de 10 de Dezembro**  
Regula as características e os requisitos das garantias de que as instituições financeiras são beneficiárias, bem como dos respectivos garantes, no sentido de serem elegíveis para efeitos prudenciais.
- **Aviso nº 11/2014 de 17 de Dezembro**  
Estabelece requisitos específicos para as operações de crédito efectuadas pelas instituições financeiras.
- **Aviso nº 12/2014 de 17 de Dezembro**  
O presente Aviso regula o processo de constituição de provisões.

<p><b>Comissão do Mercado de Capitais</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Regulamento nº 1/14</b> Estabelece as condições para o exercício da actividade de peritos avaliadores de imóveis dos organismos de investimento colectivo, previstos no Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo, aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 7/13, de 11 de Outubro.</li> <li>➤ <b>Regulamento nº 2/14</b> Disciplina os mercados regulamentados que funcionam, para possibilitar o encontro de interesses relativos a valores mobiliários e outros instrumentos financeiros com vista a celebração de contratos.</li> <li>➤ <b>Regulamento nº 3/14</b> Define as condições de funcionamento das Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados, de Câmara de Compensação, de sistema centralizados e de liquidação de valores mobiliários.</li> <li>➤ <b>Regulamento nº 4/14</b> Estabelece regras técnicas necessárias ao funcionamento dos Organismos de Investimento Colectivo (OIC).</li> </ul>
<p><b>Presidência da República</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Decreto Legislativo Presidencial nº 2/14, de 20 de Outubro</b> Revisão e republicação do Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais.</li> <li>➤ <b>Decreto Legislativo Presidencial nº 3/14, de 20 de Outubro</b> Revisão e republicação do Código do Imposto de Selo.</li> </ul>
<p><b>Assembleia Nacional</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Lei nº 1/14, de 6 de Fevereiro</b> Regula o regime geral da emissão e gestão da dívida pública directa e indirecta do Estado para o financiamento da despesa pública.</li> <li>➤ <b>Lei nº 3/14, de 10 de Fevereiro</b> Criminalização das infracções subjacentes ao branqueamento de capitais.</li> <li>➤ <b>Lei nº 18/14, de 22 de Outubro</b> Revisão e republicação do Código do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho.</li> <li>➤ <b>Lei nº 19/14, de 22 de Outubro</b> Revisão e republicação do Código do Imposto Industrial.</li> <li>➤ <b>Lei nº 20/14, de 22 de Outubro</b> Aprova o Código da Execuções Fiscais.</li> <li>➤ <b>Lei nº 21/14, de 22 de Outubro</b> Aprova o Código Geral Tributário.</li> <li>➤ <b>Lei nº 22/14, de 5 de Dezembro</b> Aprova o Código de Processo Tributário.</li> </ul>
<p><b>Ministério das Finanças</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Decreto Presidencial nº 97/2014</b> Autoriza a criação da Bolsa de Dívida e Valores de Angola - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados.</li> </ul>

## Síntese da Actividade

---





## Segmentos de Negócio

O modelo organizacional de negócios do Standard Bank de Angola encontra-se dividido em dois segmentos principais: "Personal & Business Banking" (Banca de Retalho e Pequenas e Médias Empresas (PME)) e "Corporate & Investment Banking" (Banca de Investimento e Grandes Empresas).

O modelo de negócio adoptado privilegia o cliente, procurando construir relacionamentos de longo prazo e oferecendo soluções de negócios inovadoras e individualizadas para cada cliente. Alinhando a sua estratégia com a do Grupo e com as melhores práticas na abordagem aos clientes, o Standard Bank de Angola adoptou um posicionamento focado no cliente procurando soluções que vão ao encontro das suas exigências.

Este foco estratégico originou a segmentação da base de clientes a fim de melhorar a visão sobre as suas necessidades, a alteração dos seus comportamentos ao longo do tempo e a forma como o Banco poderá responder a essas necessidades e mudanças, de modo mais eficiente e ao mesmo tempo acrescentando valor para os seus clientes.

### Personal & Business Banking (PBB)

O segmento de Banca de Retalho e Pequenas e Médias Empresas do Standard Bank de Angola está direccionado para Particulares (Personal Markets) e Pequenas e Médias Empresas (Business Banking) e *Private Banking*.

A **Divisão de Particulares** é responsável pela definição da estratégia, formulação, alinhamento e implementação de soluções para os clientes Particulares do mercado angolano. O relacionamento com estes clientes é liderado por gestores de contas, capazes de estruturar as necessidades financeiras de cada cliente, a fim de avaliar correctamente quais os produtos e serviços disponibilizados pelo Standard Bank de Angola mais adequados à satisfação das necessidades e expectativas dos clientes.



A **Divisão de Pequenas e Médias Empresas**, que inclui a banca comercial e a banca de empresas, tem como objectivo oferecer soluções financeiras apropriadas e eficazes para as empresas através de uma equipa de gestores focados nos negócios e especialistas na definição e estruturação de operações para cada negócio. Para servir as necessidades financeiras destes clientes, o Standard Bank de Angola oferece uma gama diversificada de produtos, que se destinam a responder às necessidades de curto, médio e de longo prazo do cliente, por meio do comércio internacional, investimento e soluções próprias. A nossa estratégia é servir a cadeia de valor dos clientes, desde o mais básico ao mais sofisticado serviço financeiro, e manter elevados padrões de qualidade do serviço ao cliente mantendo sempre a eficiência de custos.

A **Divisão de *Private e Executive Banking*** oferece uma gama completa de soluções de gestão de fortunas, quer para Clientes privados como para Clientes institucionais. Este segmento dispõe de soluções personalizadas, incluindo serviços de gestão de activos, administração de fundos, serviços bancários institucionais, serviços bancários *offshore*. Oferece ainda soluções personalizadas de financiamento para diversas finalidades e serviços fiduciários para o estabelecimento de veículos de investimentos e *holdings* de investimento. A nossa presença em mercados desenvolvidos e emergentes permite-nos diagnosticar e explorar as novas oportunidades de negócio para os nossos Clientes e para o Banco.

Em 2014, o segmento de Banca de Retalho e Pequenas e Médias Empresas focou-se em reposicionar o SBA como Banco de Retalho *Premium*, tendo como sub-segmentos preferenciais a banca comercial e o *private e executive banking*. Durante este ano, o PBB deu continuidade ao acelerado crescimento do número de clientes, alinhando esse crescimento com os subsegmentos preferenciais, e tendo por base a qualidade do serviço prestado que garante a fidelização e retenção futura dos clientes adquiridos.

Internamente, o ano de 2014 foi um ano voltado para as pessoas, para a revisão dos modelos operacionais e para o reforço do ambiente de controlo. O PBB procurou reforçar a capacidade das suas equipas através de um vasto programa de formação, que englobou desde capacidades de liderança a competências técnicas, procurando desta forma melhorar a produtividade e a qualidade do serviço. Durante este ano, esta direcção procurou melhorar a qualidade de serviço ao cliente, com a revisão dos seus modelos operacionais em conjunto com as áreas de suporte, procurando alinha-los com os modelos do Grupo e as melhores práticas internacionais. Este foi ainda um ano em que se procurou reforçar o ambiente de controlo interno, com a revisão de processos, resolução de deficiências e melhorias ao nível da gestão de riscos.

## Desempenho em 2014

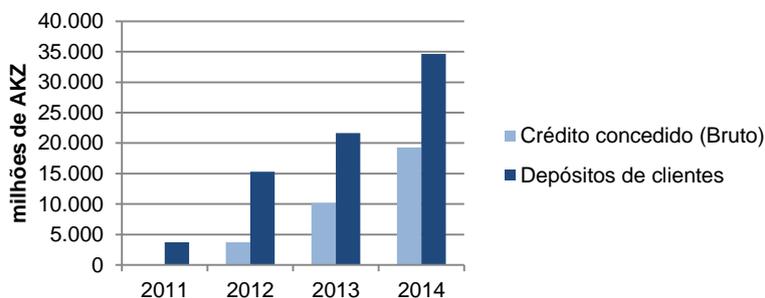
Em 2014 foi feita uma revisão das contas de clientes, tendo procedido ao encerramento de um conjunto alargado de contas inactivas, apesar disso o SBA manteve o ritmo de crescimento acelerado.

Este foi um ano de optimização da rede de agências, tendo sido aberta uma nova agência no Lar do Patriota e encerradas 2 agências. O SBA terminou o ano com 25 agências, 7 das quais localizadas fora de Luanda estando distribuídas ao longo do país, com três centros de empresas, uma suite *private* e dois postos de atendimento. Está planeada a abertura de mais três agências durante 2015.

Adicionalmente, assistiu-se à expansão de outros canais de distribuição, tais como os ATM's, terminais de pagamento automático, *internet banking* e *call center*.

A expansão da oferta de produtos prosseguiu com a criação e desenvolvimento de um leque de produtos e serviços tais como a Mobile App o relançamento do cartão de crédito Visa Gold.

O ano de 2014 destaca-se neste segmento sobretudo pelo elevado crescimento dos depósitos de clientes (+60%) e o crédito concedido (+89,66%).



Para 2015, o SBA pretende manter um crescimento sustentado neste segmento, através de uma estratégia focada no cliente, que será o centro de tudo o que SBA fizer quer ao nível das equipas de vendas quer ao nível das equipas de suporte. Desta forma, o SBA irá procurar em 2015 consolidar o seu posicionamento como Banco de Retalho *Premium*, preferencialmente nos subsegmentos de banca comercial e o *Private Banking*. Para execução desta estratégia, é essencial a estabilização da plataforma operacional e o reforço da qualidade do apoio prestado pelas áreas de suporte, nomeadamente Operações, Crédito e Sistemas de Informação.

O ano de 2015 será ainda um ano voltado para a Banca digital, em que o Banco irá promover uma maior oferta de serviços e reforçar a capacidade do serviço.

## Corporate & Investment Banking (CIB)

O segmento de Banca Corporativa e de Investimento do Standard Bank de Angola oferece aos seus clientes uma gama alargada de serviços de excelência direccionada às suas necessidades de financiamento, *trading*, investimentos e assessoria financeira.

A estratégia deste segmento tem por base a abordagem à cadeia de valor do Cliente CIB, servindo os seus colaboradores, clientes e fornecedores, procurando ser reconhecidos pela nossa Excelência de Serviço e a Inovação.

A especialização sectorial em recursos naturais, a nossa capacidade de interligar mercados Africanos e internacionais, complementada por uma sólida reputação e fortes conhecimentos especializados dos vários produtos, colocam o Standard Bank numa posição competitiva única em Angola.

O Standard Bank de Angola dispõe de uma equipa de profissionais especializados em sectores relevantes como Petróleo e Gás, Energia e Infra-Estruturas, Clientes Chineses, Indústria e Bens de Grade Consumo. Pelo contínuo processo de aprofundamento do conhecimento de todos os intervenientes na cadeia de valor dos mais variados sectores, encontramos-nos aptos a desenvolver e a oferecer soluções abrangentes e globais adaptadas às necessidades individuais e específicas de cada transacção e de cada Cliente. A presença internacional do Standard Bank permite-nos coordenar e executar todos os serviços bancários e necessidades de financiamento dos nossos Clientes dentro do continente africano, bem como entre diferentes continentes.





## Síntese da actividade

A Direcção de *Client Coverage* tem a responsabilidade de originar, acompanhar e fidelizar os Clientes Corporate do SBA utilizando para tal o conhecimento, presença e credenciais de experiência do Grupo Standard Bank. A abordagem do Standard Bank tem o cliente como entidade central do serviço prestado.

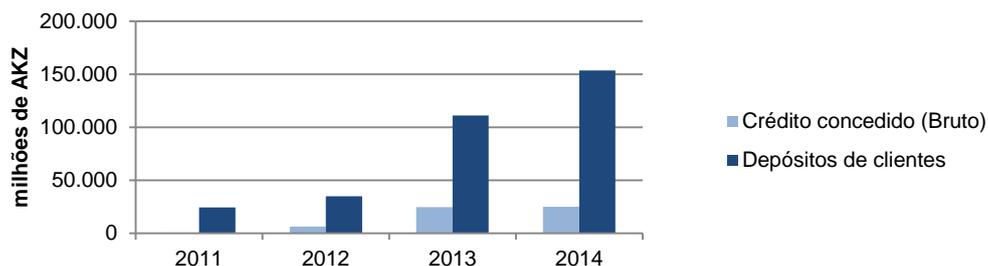
A Direcção de Banca de Investimento disponibiliza aos seus Clientes um serviço completo de soluções, desde montagem e tomada firme de financiamentos de longo prazo à estruturação de produtos complexos e especializados. Os nossos produtos incluem: Financiamentos Estruturados, *Leveraged and Acquisition Finance*, *Project Finance*, Reestruturação Financeira, Assessoria Financeira e *Corporate Finance*, Fusões e Aquisições, Dívida de Mercado de Capitais e Financiamento Imobiliário, entre outros.

A Direcção de Mercado de Capitais do Standard Bank de Angola oferece aos seus Clientes actividades de Trading bem como soluções de gestão de risco a exposições de câmbios, taxas de juros, crédito e commodities, com o foco nas estratégias de investimento e de cobertura de risco dos Clientes. O Standard Bank de Angola está numa posição única para fornecer serviços e produtos de tesouraria com foco no Cliente, tanto em produtos estandardizados como produtos personalizados, apoiados num sólido conhecimento de mercados emergentes em particular dos mercados africanos.

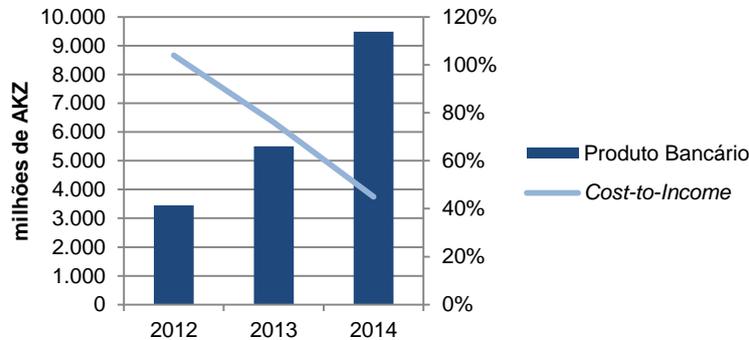
A Direcção de Banca Transaccional oferece produtos que têm como objectivo acrescentar valor à forma como os Clientes lidam com o ciclo de gestão de caixa dos seus respectivos negócios. Cada vez mais os Clientes têm feito uso da intermediação do SBA para fazer face aos desafios na gestão da sua liquidez. O Standard Bank de Angola esforça-se por introduzir continuamente soluções que permitam uma melhor gestão de liquidez, bem como uma circulação cada vez mais eficiente de fundos.

### Desempenho em 2014

Em 2014 este segmento teve um desempenho notável. O crescimento do produto Bancário evidenciado pelo CIB (+72%), confirma o posicionamento competitivo que o SBA já ocupa no mercado financeiro Angolano. Tanto a carteira de crédito como o total de depósitos da Banca Corporativa e de Investimento continuaram a crescer face ao ano anterior, reflectindo a confiança dos nossos clientes e a credibilidade do Standard Bank no mercado.



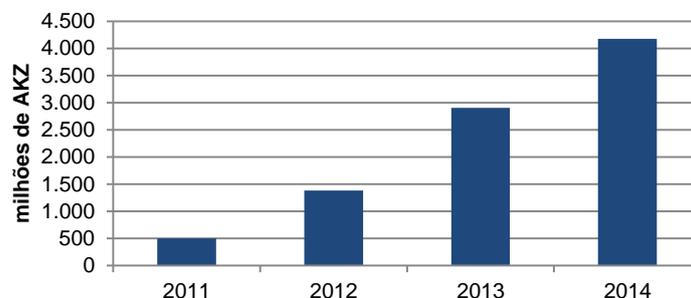
Os resultados apresentados por este segmento nos últimos dois anos reflectem o óptimo desempenho em termos dos resultados de intermediação financeira e o foco nos custos e na eficiência do Balanço.



Durante 2014 o Standard Bank Angola participou em várias operações de grande dimensão com entidades públicas e privadas em Angola, e completou 9 operações (totalizando mais de USD 330 milhões) que consistiram em 8 operações de crédito local e 1 operação de assessoria financeira. Ficaram ainda fechados mais 3 mandatos para 3 operações de assessoria a realizar em 2015. A Direcção de Banca de Investimento pretende continuar a desenvolver a actividade para consolidar a imagem de rigor, excelência de conhecimento e inovação financeira no mercado Angolano, potencializando a vasta experiência do Grupo. Em 2014 o Grupo foi líder em termos da oferta de soluções financeiras no mercado de capitais (dívida e *equity*) na África subsariana, bem como na oferta de soluções de dívida e na assessoria de fusões e aquisições.

Apesar das alterações legislativas e regulamentares verificadas no mercado cambial em Angola, a Direcção de Mercado de Capitais do SBA movimentou, durante o ano de 2014, mais de 4,7 mil milhões de dólares em transacções no mercado cambial. Esta Direcção participou ainda activamente na dinamização do mercado monetário interbancário e nos leilões de títulos tanto do Banco Nacional de Angola como do Ministério das Finanças.

#### Resultados cambiais





## Síntese da actividade

Assistimos em 2014 a um enorme crescimento em termos dos canais de distribuição que estão à disposição dos clientes *corporate* do SBA, quer físicos quer electrónicos. Começámos o ano com cerca de 100 POS nos clientes deste segmento e terminámos o ano com 253; mais que duplicámos a recolha de valores em trânsito e fechámos as negociações para a abertura de mais um posto de atendimento num dos nossos clientes *corporate*, a concretizar-se já em 2015. Em termos dos canais electrónicos, 90% dos clientes *corporate* são utilizadores da plataforma de internet *banking* do SBA (NetPlus) e aumentámos a implementação das nossas soluções *Swift* e *Host-to-Host* (H2H) de 6 para 11 clientes.

Em termos dos canais físicos de distribuição, a grande inovação em 2014 foi o início da implementação do serviço CCTV, um serviço único e inovador em Angola, que permite aos nossos clientes ver o seu dinheiro contado através de uma câmara, sem ter que estar fisicamente presentes, e receber um relatório diário completo (o SBA é o único Banco em Angola que oferece este serviço). Relativamente aos canais electrónicos, criámos a solução H2H através da qual, qualquer cliente nos pode enviar os pagamentos a efectuar directamente dos seus sistemas internos - ERP (*Enterprise Resource Planning*), via ATG (*African Transaction Gateway*), para o Banco executar. Também criámos as condições para a implementação da nova plataforma de internet *banking* (nBol) já em 2015, que será uma oferta revolucionária para os nossos clientes, uma vez que o Netplus é antigo e com algumas limitações.

O ano de 2014 ficou ainda marcado pela atribuição ao Standard Bank de Angola de diversos prémios internacionais por quatro reputadas publicações da área, que reconheceram o Standard Bank de Angola como o melhor banco de investimento de Angola. Os prémios recebidos foram o Melhor Banco de Investimento em Angola em 2014 pela EMEA Finance Africa Awards, o Banco Mais Inovador em Angola 2014 pela Global Banking & Finance Review, o Melhor Banco em Angola 2014 pela Global Finance Magazine e o Banco Mais Inovador de Angola 2014 pela International Finance Magazine.

Os novos desafios que se colocam à divisão de Banca Corporativa e de Investimento centram-se em soluções automáticas de pagamento para clientes, continuação do investimento em ferramentas de internet e mobile *banking*, em novos conceitos para cobertura de risco de taxa de juro e cambial e novas soluções de investimento para os nossos clientes. O Mercado de Capitais em Angola é outro tema de grande relevo no qual o Standard Bank pretende posicionar-se como um Banco líder.

#### CIB – Case Study

##### ➤ Nova Rede de Supermercados Angola (“NRSA”)

Nosso Super foi um projeto criado em 2006 pelo Governo Angolano, com a finalidade de ampliar a distribuição de produtos essenciais à população angolana a preços acessíveis. No entanto, problemas de gestão e questões financeiras levaram a uma reestruturação, resultando no nascimento da NRSA em 2011 e na transferência da gestão para operadores privados.

Em Fevereiro de 2012, a NRSA assinou um acordo de 10 anos com o Governo Angolano para gerir, operar e expandir a rede de supermercados Nosso Super, a maior rede de supermercados de Angola, com 29 lojas e 2 centros de distribuição. A NRSA tem vindo a implementar uma estratégia de expansão que visa a expandir a sua rede, bem como reformar as lojas existentes.

O Standard Bank de Angola actuou como *Mandated Lead Arranger* de uma operação de financiamento no montante de USD 29,5 milhões para a NRSA. O SBA contribuiu com 50% da necessidade total de financiamento.

O âmbito do trabalho do SBA incluiu:

- a estruturação do empréstimo sindicado;
- a assessoria ao credor em questões-chave relacionadas com o contracto;
- a preparação do caderno de encargos e afins;
- a organização e contribuição de 50% do total do financiamento.

Os esforços criativos da equipa do SBA, juntamente com o apoio do Grupo, garantiram a execução bem-sucedida deste financiamento dentro de prazos apertados e fez história como sendo um dos primeiros financiamentos sem recurso, apenas garantido parcialmente, em Angola.

Esta transacção evidência a experiência do SBA e o seu vasto conhecimento do mercado Angolano, em especial do sector de retalho.

Além disso, sendo este o primeiro contracto deste tipo em Angola, demonstra a capacidade contínua do SBA estruturar operações complexas e oferecer aos clientes soluções inovadoras.

Essa operação destaca o papel proeminente do SBA como o *Mandated Lead Arranger* para a NRSA, fortalecendo assim a relação do Banco com esta empresa, e a Odebrecht, que são investidores muito activos em Angola, em vários sectores.

## Canais de Distribuição

Após 2 anos de expansão acelerada, em que o Banco inaugurou um total de 23 agências em Luanda e 7 províncias, 2014 foi sobretudo um ano de optimização da rede de agências, que teve por objectivo a melhoria da qualidade e dos níveis de serviço.

Em 2014 o SBA abriu um novo balcão em Luanda, contando já com uma rede de 25 agências, 3 centro de empresas, 1 suite *private* e 2 postos de atendimento. Adicionalmente, o SBA tem em curso a preparação de mais 3 agências fora de Luanda para inauguração em 2015.

Em 31 de Dezembro de 2014 a distribuição das agências do Banco era a seguinte:

Agências	Morada	Província	Número de telefone
Amílcar Cabral	Rua Amílcar Cabral, 21 R/C	Luanda	926 904 983
AAA-Lenine	Rua Lenine, 58 R/C Esq. Luanda, Edifício AAA	Luanda	226 433 194
AAA-Praia do Bispo	Avenida António Agostinho Neto S/N	Luanda	226 433 200
Belas Business Park	Condomínio Belas Business Park - Edif. Cuando Cubango R/C	Luanda	226 432 659
Dolce Vita	Condomínio - Dolce Vita, Via S/8, Lote F1   Av. Talatona, Luanda Sul	Luanda	226 433 242
Ginga Shopping	Estrada Camama Viana nº 94 e 95	Luanda	226 432 685
Hotel Presidente	Largo 4 Fevereiro, n.º 7	Luanda	226 432 668
Maianga	Rua Marien Ngouabi Nº85	Luanda	226 433 234
Mateba	Edifício "Boavista", junto ao Terminal de Contentores n.º II	Luanda	939 474 531
Rei Katyavala	Rua Rei Katyavala e a Rua Liga Africana, Ingombotas	Luanda	226 433 227
Shoprite Palanca	Intersecção com o desvio para o Sanatório	Luanda	226 432 683
Torre Ambiente	Edifício Torre Ambiente - Travessa Joaquim Figueira R/C - Loja 4	Luanda	226 432 684
Gika Loja E	Rª Ho Chi Minh	Luanda	226 434 881
Torre Elysée	Rª Rainha Ginga Nº29	Luanda	226 434 886
Sogepower	Rua Direita de Viana, km 25	Luanda	226 434 847
Shoprite Belas Shopping	Centro Comercial Belas Shopping - Av. Talatona S/N	Luanda	226 433 184
AAA-Huambo	Rua Garcia da Orta, S/N	Huambo	226 433 254
Shoprite Huambo	Bloco 26, Bairro de São Luís, Zona da Avenida do Aeroporto	Huambo	226 432 687

Agências	Morada	Província	Número de telefone
Shoprite Lobito	Avenida Libertadores de Angola - Lobito, Benguela	Benguela	226 432 688
Maxi Porto Amboim	Rua Cdte Kussuma S/Nº , Porto Amboim	Kwanza Sul	226 433 248
AAA-Lubango	Avenida do Lubango, S/N Edifício AAA	Huíla	226 433 245
Shoprite Lubango	Plot 254, Bairro Comandante Cowboy	Huíla	226 433 101
AAA-Cabinda	Zona do Tafe edifício AAA	Cabinda	226 434 876
AAA-Namibe	Rua Comandante Cowboy S/N, Edifício AAA	Namibe	226 433 251
Lar do Patriota	Estrada Lar do Patriota	Luanda	226 433 289

Com a venda dos edifícios da AAA - Activos, Lda ao Ministério das Finanças, cujo objectivo é utilizar estes edifícios para futuras instalações de tribunais, o Banco iniciou um plano de acção para migrar os clientes de 6 das agências afectadas para outras agências e, em certos casos, para realocar a própria agência. Em 2014 foram já encerradas duas das agências afectadas (AAA – Viana e AAA – Ondjiva).

#### Outros meios de distribuição

O Banco tem investido ainda noutros meios de distribuição como parte da sua estratégia de reforço da sua rede comercial, nomeadamente através da instalação de ATM's, TPA's, do serviço de *internet banking*, *mobile banking*, alerta SMS, *Call Center* e outras soluções automáticas de pagamento para clientes *corporate*.

Em 31 de Dezembro de 2014 o Banco tinha 30 máquinas ATM activas, com um nível de operacionalidade elevado 96,02% (fonte: relatório estatístico mensal da EMIS – Dezembro 2014).

Em 2014 o número de TPA's instalados cresceu 274% face ao ano anterior, o que em termos absolutos se traduz num total de 370 terminais no final do ano.

Adicionalmente, o Banco continua a aumentar o nível de penetração dos cartões de débito, contando já com 16.123 cartões de débito activos.

Em 2014 o SBA aperfeiçoou a plataforma de *internet banking* que em 31 de Dezembro de 2014 contava já com 6.746 subscritores do serviço. Foi ainda lançada a nova plataforma de *mobile banking* para facilitar a interacção dos clientes com o banco melhorando a experiência dos mesmos com o banco.



## Qualidade de Atendimento ao Cliente

O principal objectivo do Banco é a qualidade do atendimento e dos serviços prestados aos Clientes, garantindo que estes tenham uma experiência de excelência junto do SBA.

Para além da gestão e controlo de reclamações, que dá seguimento às solicitações dos Clientes, a área de Qualidade de Atendimento faz uma análise detalhada de todos os processos e procedimentos que geraram cada reclamação, redesenhando-os sempre que necessário, de modo a evitar que haja reincidência das ocorrências. Adicionalmente, esta área juntamente com a equipa de Formação e Desenvolvimento de Talentos, definem formações e acções de renovação de conhecimentos dirigidas a todas as equipas do SBA.

Durante o ano de 2014, o SBA investiu numa ferramenta de registo e controlo de reclamações, que permite uma gestão mais eficiente e uma resolução mais rápida das reclamações dos clientes, e num *workflow* de abertura de contas que permite uma gestão mais eficiente reduzindo o tempo de espera do cliente para ter a conta de depósito à ordem operacional, bem como a disponibilização de todos os produtos e serviços associados à sua conta.

Anualmente, o SBA realiza inquéritos de satisfação aos Clientes que nos permitem identificar lacunas e áreas de melhoria, impulsionando a optimização de processos e priorizando a agilidade na entrega de produtos e serviços aos nossos clientes com maior qualidade e eficiência.

A média das pesquisas realizadas em 2014 apontou para um índice de aprovação de 64% dos clientes, que classificaram o SBA como excelente, resultando numa pontuação global de 7,64 em 10, tendo como principal questão o quanto o cliente recomenda o Standard Bank para familiares e amigos.

Para 2015, o SBA tem como objectivo criar uma cultura que tem o cliente como foco central do Customer Centricity e como principal aposta migrar o Banco para uma era mais digital.

## Marketing e Comunicação

Em 2014, o SBA manteve a política de comunicação seguida nos anos anteriores. O Banco manteve o posicionamento da marca Standard Bank em Angola, destacando a sua experiência, credibilidade e presença expressiva em África.

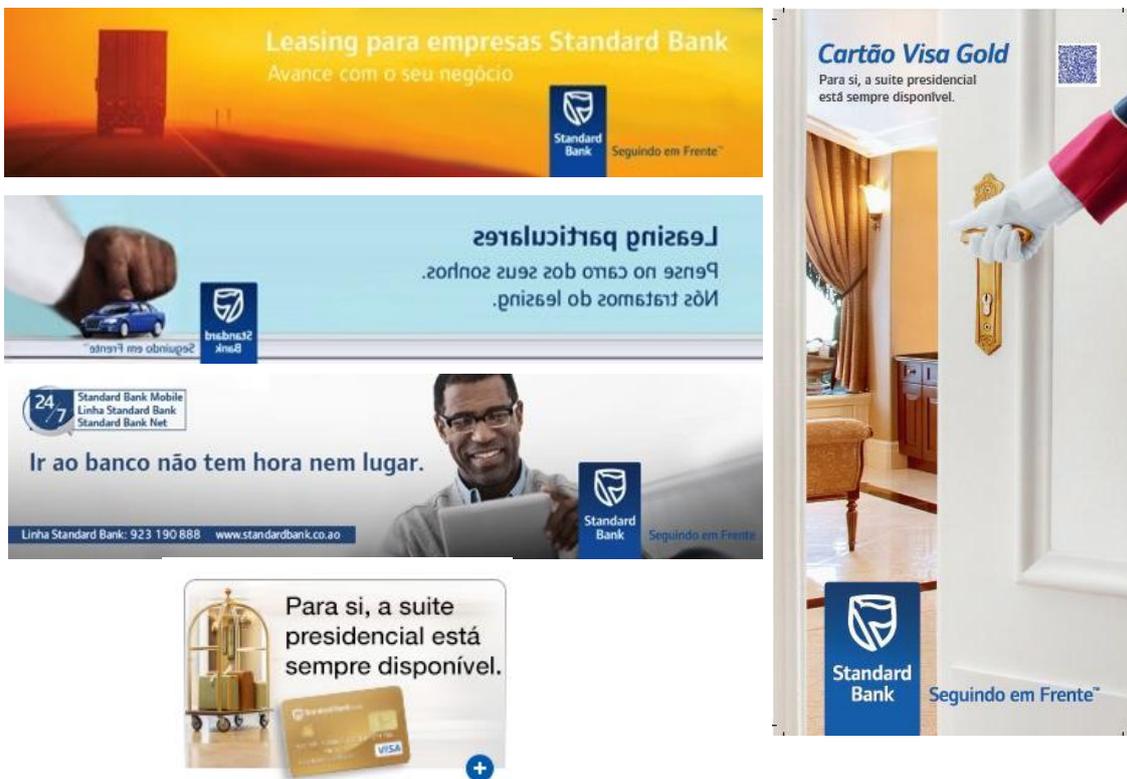
A estratégia de Marketing e Comunicação do Standard Bank de Angola durante o ano de 2014 assentou no contínuo posicionamento da marca enquanto Banco focado no cliente e na qualidade e inovação da sua oferta. Foi feita também uma aposta relevante na promoção de produtos e serviços tendo como objectivo ir cada vez mais de encontro às necessidades dos clientes Standard Bank de Angola.

Para suportar esta estratégia foram desenvolvidas várias campanhas e comunicações através dos principais meios de comunicação, tais como “outdoors”, imprensa escrita, merchandising, marketing digital, entre outros.

### CAMPANHAS

Tal como nos anos anteriores, foi dada a devida relevância a cada um dos segmentos do Banco, sendo criadas campanhas de produtos que são direccionadas para segmentos específicos.

Durante o ano de 2014 foram desenvolvidas as seguintes campanhas:



## COMUNICAÇÃO

O Standard Bank de Angola utiliza vários meios de comunicação com os seus Investidores, Clientes e Colaboradores, nomeadamente a imprensa escrita em que foram publicados vários artigos, entrevistas e publicidade:



Desde 2013 que o Banco tem nas suas agências e nas instalações dos serviços centrais televisões com a TV Corporativas do Standard Bank de Angola. Trata-se de um canal de dessimação de campanhas, filmes institucionais, produtos, câmbios, meteorologia e notícias internas.



## MARKETING DIGITAL

Como Banco inovador, temos apostado fortemente no Marketing Digital pois acreditamos que é sem dúvida um dos meios mais assertivos na comunicação com os segmentos que o Banco pretende trabalhar. Assim sendo, reforçámos a comunicação através dos seguintes canais:

### Facebook

Através da nossa página do facebook comunicamos de uma forma muito dinâmica e proactiva todas as nossas iniciativas, tais como novos produtos, serviços, eventos e campanhas promocionais, podendo os nossos clientes pronunciarem-se sobre as mesmas, reforçando a proximidade com o Banco.



### E-mail marketing & SMS Marketing

O e-mail marketing e o SMS foram outros dos canais utilizados para comunicar com os clientes Standard Bank de Angola durante o ano de 2014.

Através destes, efectuámos diversas comunicações, tanto genéricas para toda a nossa carteira de clientes, como para segmentos específicos.

## Síntese da actividade

Alguns dos exemplos de comunicações realizadas foram:

- *Newsletter* endereçada aos clientes *Private*;
- Comunicação aos segmentos dando ao conhecer os serviços personalizados que estão disponíveis para cada um deles;
- Comunicação de novos produtos e serviços;
- Notas informativas sobre o sector bancário ou informação relevante sobre o mercado;
- Outras promoções pontuais.



### Estimado/a Cliente

Temos à sua disposição duas Suites Private Banking para atendimento exclusivo onde poderá realizar todas as operações bancárias com a maior descrição e confidencialidade. Poderá ainda usufruir das nossas Salas privadas onde terá acesso a todo o suporte tecnológico que lhe permitirá realizar reuniões ou efectuar os seus negócios de forma tranquila. Será disponibilizado um Gestor Privado para um acompanhamento permanente e aconselhamento financeiro. Os Serviços Bancários solicitados serão realizados de forma rápida e ajustados às suas necessidades. Conheça a equipa em cada Suite

**Belas Business Park**  
Condomínio Belas Business Park  
Edifício Quando Cubango, R/C  
Talatona  
Luanda

**Gestor:**  
- Susely Aguiar  
- Edite Costa  
- Iona Cruz  
- Herólio Gomes

**Contacto Telefónico:**  
+244 226 4323 203

**Torre Elysée**  
Rua Rainha Ginga, n.º 29  
Mutamba  
Luanda

**Gestor:**  
- Kíery Dinis  
- Bráulio Gonçalves

**Contacto Telefónico:**  
+244 226 4324 881



### PROTEJA O SEU VEÍCULO

**Caro cliente,**

A partir de 1 de Julho de 2014 as autoridades farão cumprir o Decreto nº35/09 de 11 de Agosto de 2009 que proíbe a circulação de viaturas sem o certificado do seguro automóvel

O Standardbak oferece-lhe soluções de seguro automóvel com diversas modalidades de pagamento, maior rapidez, qualidade de serviço e preços competitivos.

Evite constrangimentos e dirija-se a uma agência Standard Bank mais próxima de si e obtenha o seu seguro, ou contacte-nos por [standardbankseguros@standardbank.co.ao](mailto:standardbankseguros@standardbank.co.ao)

Sempre que precisar, temos ao seu dispôr a **Linha Standard Bank 923 190 888** para mais informações.

## EVENTOS

Durante 2014, o Banco realizou várias campanhas de comunicação e promoção da marca e participou em alguns eventos sociais, culturais e desportivos, com destaque para os seguintes:

### 4º Aniversário Standard Bank Angola

O Banco comemorou no dia 27 de Setembro de 2014 o seu quarto aniversário de actividade em Angola.



### 1ª Conferência Anual sobre Mercados de Capitais

Promovido pela Direcção da Banca de Investimento e com apoio institucional da Comissão de Mercado de Capitais e do Banco Nacional de Angola, teve como *media partner* o Semanário Económico. A referida iniciativa realizou-se no Hotel Epic Sana.

### 2ª Conferência com a Missão de Comércio e Investimento do Reino Unido

Sobre o lema da promoção de parcerias e investimento de empresas Britânicas em Angola. O evento realizou-se no Hotel Continental em Luanda. Tendo como principal objectivo fomentar precisamente as relações entre o Reino Unido e Angola, com o objectivo de aumentar as actividades económicas. Este acordo tem fornecido bases para o aumento do investimento comercial entre os dois países.

### 1º Evento com o Corpo Diplomático acreditado em Angola

Jantar corporativo com os Representantes Diplomáticos, com o objectivo de estreitar relações comerciais e institucionais. Marcaram presença grande parte das Embaixadas acreditadas em Angola.



### 1º Fórum de Fornecedores do Sector Petrolífero

O Standard Bank de Angola Patrocinou a referida iniciativa com o pacote de Diamante. O tema abordado foi o Conteúdo Nacional em prol do Desenvolvimento Económico e Social do País. O objectivo foi proporcionar oportunidades de negócio, fomentar a criação de parcerias, partilhar informação e captar conhecimento entre os diferentes intervenientes.

### 1ª Edição da Expo Indústria realizada em Angola

Esta feira promovida pelo Ministério da Indústria, serviu para promover os propósitos do Programa de Industrialização 2013-2017. Como também reconhecer o mérito das empresas que participam no esforço de modernização e crescimento da indústria Angolana.



### Jantares com clientes

O Banco promove regularmente jantares com clientes, como forma de fortalecer relações e promover uma oportunidade de *networking* entre os clientes. Estes jantares têm uma regularidade trimestral e geralmente o Banco aproveita a visita de responsáveis do Gripo para nos acompanhar nestes jantares, de forma a dar também a conhecer a dimensão internacional do Grupo e o potencial que o nosso Banco tem não só em Angola como nos outros países.



## RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Standard Bank de Angola, nos últimos dois anos tem vindo a participar, embora ainda de forma discreta, em algumas acções de Responsabilidade Social. Alinhado à política global do Grupo, focou as suas actividades em dois principais vectores: Educação e Saúde.

Com as acções desenvolvidas, conseguimos minimizar alguns impactos negativos nos vectores em questão. Contudo temos consciência, que podemos fazer muito mais, deste modo desenvolvemos um plano de acção que iremos de forma sistemática procurar implementar em 2015.

Acreditamos que a Sustentabilidade e Responsabilidade Social, trazem para a componente de negócio a perspectiva de longo prazo e a transição para um modelo em que os princípios, a ética e a transparência precedem a implementação de processos, produtos e serviços.

### Repintar África

Encontro que visa ampliar a valorização da cultura nacional. Em 2014, reunimos os Meninos Pintores de Angola, menores acolhidos pelo centro Arnaldo Janssen e lançamos o desafio de pintar uma tela envolvendo um elemento do Standard Bank. A 2ª edição da comemoração do dia do continente africano, recebeu várias visitas que pretendiam apreciar as obras dos meninos e degustar alguns sabores típicos de Angola.



### Projecto “Casa do Jovem”

O Standard Bank de Angola pretendeu com esta acção minimizar a carência da comunidade do Songo, doando livros do ensino geral (1º e 2º ciclo) e alguns consumíveis (cadernos pautados e de desenhos, lápis de carvão e de cores, esferográficas, borrachas e outros) a uma escola da referida comunidade.

### Lar Horizonte Azul

Localizado em Viana, o centro acolhe meninas desfavorecidas, em regime de internato e, crianças da comunidade, em semiaberto. Todos os menores que frequentam o centro têm aulas do ensino geral e alimentação gratuitas e são orientadas por assistentes sociais. A Instituição sobrevive de apoio de empresas e pessoas singulares e apresenta resultados exemplares de gestão de projecto social. O SBA promoveu a doação de Brinquedos e bens de consumo variados.



### Instituto Angolano de Oncologia

O único centro do país que responde pelos casos de cancro, vive inúmeras dificuldades, de um simples lanche à falta gritante de equipamentos. Dentro do espírito natalício, o Banco mobilizou uma equipa que visitou as instalações, manteve contacto com os pacientes e ouviu da equipa médica as principais preocupações, bem como os projectos que visam a arrecadação de apoio para que os pacientes não abandonem o tratamento. O SBA fez uma visita ao Instituto e na ocasião foram doados alguns brinquedos às crianças assistidas na onco-pedriatria.





### **Projecto da Paróquia do Bom Jesus**

O Standard Bank de Angola, doou 50 *kits* escolares (1º e 2 ciclo) para crianças com idades compreendidas entre 6 e os 11 anos. O gesto enquadra-se no âmbito nacional de luta para erradicar o analfabetismo junto das populações mais carenciadas.





# Garantir a sustentabilidade

---



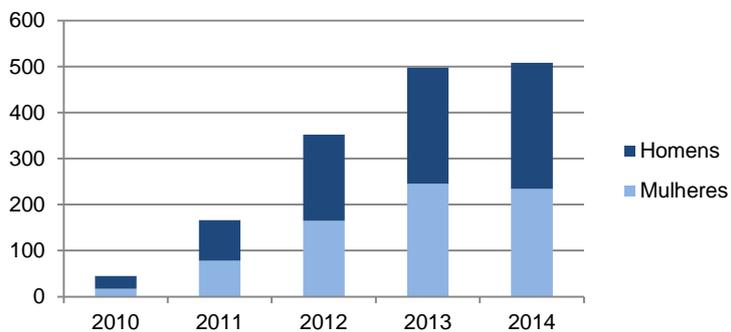
## Capital Humano

A fim de construir uma instituição financeira sólida, rentável e que seja um modelo de excelência, o Standard Bank de Angola precisa de pessoas talentosas que entreguem resultados superiores. Para apoiar e permitir os nossos colaboradores a dar o seu melhor, o SBA procura criar um ambiente de trabalho gratificante com oportunidades de crescimento pessoal e profissional, mantendo uma estratégia de remuneração competitiva e melhorando continuamente a prática das nossas pessoas.

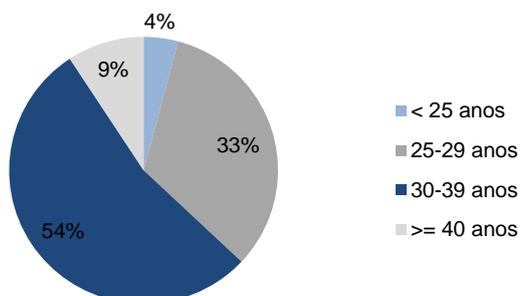
O Standard Bank de Angola desenvolveu a capacidade de atrair e reter novos talentos, criando equipas equilibradas, compostas principalmente por jovens profissionais Angolanos.

Com o crescimento continuado do negócio, o Standard Bank de Angola tem vindo a criar mais postos de trabalho, tendo proporcionado um recrutamento directo crescente de pessoal nacional jovem. Em 31 de Dezembro de 2014, o quadro de pessoal do Banco era composto por 508 colaboradores (498 em 31 de Dezembro de 2013).

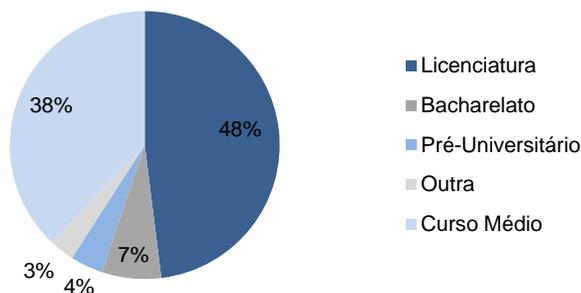
Apresentamos de seguida a evolução do número de colaboradores:



Em 31 de Dezembro de 2014, a distribuição etária dos efectivos do Banco comprova a aposta clara em profissionais jovens, investindo na sua formação e crescimento dentro da estrutura do Banco:



A distribuição dos efectivos do Banco por nível de escolaridade, em 31 de Dezembro de 2014, demonstra o investimento do Banco em profissionais com formação superior ou em frequência universitária, que representam 59% do total do efectivo do Banco. Este investimento só é possível através do dinamismo e interacção com as Universidades no processo de recrutamento:



#### Recrutamento - Política de Captação de Talentos

O Banco tem implementado um processo de selecção rigoroso, que observa os seguintes passos: análise curricular da experiência e adequação à função; realização de testes de aptidão recomendados para a função; e entrevistas individuais com a Direcção de Capital Humano e a Direcção da função que se pretende preencher.

No sentido de recrutar colaboradores com elevados níveis de qualificação, a Direcção de Capital Humano recorre a vários meios de recrutamento, com destaque para a participação em feiras de emprego em Universidades, sendo estas um importante foco para a captação de novos talentos. O Banco estabelece protocolos e relações próximas com as Universidades nacionais, tendo participado em vários eventos durante o ano de 2014, nomeadamente na Universidade Católica de Angola, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais CIS e na Universidade Metodista de Angola.

O Banco promove também uma campanha de recrutamento junto das Universidades, oferecendo programas de estágio para os melhores alunos dos cursos de Gestão, Economia e outros cursos.

Adicionalmente, o compromisso com o projecto de Angolanização e a escassez de quadros no mercado local incentivam o SBA a participar em eventos de recrutamento dedicados a candidatos de nacionalidade Angolana a residir no estrangeiro. O Banco assumiu o compromisso de auxiliar a sua reintegração na sociedade e mercado de trabalho Angolano através de acções de suporte específico.

### **Formação – Atingir a liderança pelo conhecimento**

O mercado de trabalho Angolano, pelas suas características e especificidades, tem colocado alguns desafios ao Banco, nomeadamente a escassez de recursos qualificados, grande competitividade entre as empresas pelos recursos existentes, risco permanente de saída de quadros qualificados dada a riqueza de vagas em aberto no mercado, o que exige uma estratégia de capital humano focada na formação e motivação profissional de forma a reter os talentos captados.

A prioridade do Banco é a participação activa na formação dos seus colaboradores, com particular ênfase na evolução da carreira pessoal, de modo a continuar a justificar o reconhecimento como Banco de referência em Angola. Ainda neste âmbito, o SBA continua a implementar uma cultura de transferência de conhecimentos da sua equipa mais experiente e com mais qualificações, para os colaboradores mais jovens.

O SBA acredita que a liderança assenta em valores sólidos mas também, e fundamentalmente, num Capital Humano com o potencial necessário para entregarmos a excelência de serviço a que nos propusemos. Desta forma, e com o compromisso permanente de identificar atrair e seleccionar talento local que possa contribuir para a missão e plano estratégicos, o Banco procura criar um ambiente de aprendizagem e oportunidades de desenvolvimento constantes.

O SBA aposta fortemente em programas de formação e desenvolvimento inovadores, alinhados com os objectivos e necessidades de cada departamento do Banco, estabelecendo parcerias com instituições credíveis e reconhecidas e desenhando programas de desenvolvimento com a dupla vertente técnica e comportamental.

Durante o ano de 2014 foram ministradas 15.915 horas de formação para um total de 1.675 formandos.

Durante este ano, foram ainda desenvolvidos vários projectos de formação, numa vertente mais direccionada para o *E-Learning*, de forma a possibilitar o aumento das acções de formação e abranger um elevado número de colaboradores. Num total de 69 cursos de *E-learning*, o Banco teve cerca de 3.100 participações, distribuídos pelos vários departamentos do Banco.

As principais iniciativas a nível do desenvolvimento do capital humano do Banco foram:

- **Programa de Acolhimento para novos colaboradores**

Programa de recorrência mensal que visa facilitar a integração dos novos colaboradores dando-lhes uma visão geral da história do Standard Bank a nível global e local, missão, valores, estrutura organizacional, objectivos gerais de cada Direcção, produtos e serviços e objectivos estratégicos do Banco. Dá igualmente oportunidade aos novos colaboradores de conhecerem os principais interlocutores de todas as Direcções do Banco facilitando desta forma a adaptação à cultura e “modus operandi” do Banco.
- **Programas de Liderança**

Programa de desenvolvimento de competências comportamentais essenciais para o desempenho de excelência, promove relações interpessoais positivas que contribuem para o alcance dos objectivos individuais e de equipa e realça a importância da comunicação como meio fundamental para o sucesso das equipas e desenvolvimento individual.
- **Programa de Integração e Mentoring para Estagiários**

Programa de integração e acompanhamento para jovens recém licenciados, com 12 meses de duração e rotatividade por várias áreas do Banco de forma a permitir uma preparação abrangente e genérica do negócio. O Estagiário tem um mentor que o acompanha durante todo o período de estágio, definindo objectivos, avaliando e alinhando o desempenho ao longo do estágio. Se a avaliação final for positiva é oferecido ao estagiário um posto efectivo no Banco numa das áreas que integrou durante o período de estágio.
- **Deslocações a áreas de Excelência do Standard Bank Group:**

Viagens a diferentes geografias onde o Banco está presente, que permitem períodos de observação, exposição e partilha de práticas de excelência existentes dentro do grupo.
- **Programas de Desenvolvimento na Academia de Liderança do Grupo:**

Destes programas destacam-se o *Foundation Leadership Training*, o *Management Essentials Programme*, o *Team Leader Programme* e o *Branch / Regional Management Development Programme*.
- **Programa de Mobilidade Internacional de quadros Angolanos:**

O objectivo deste programa é o de permitir que quadros do painel de talento angolano possam passar períodos de 12 a 24 meses em “expatiação” de maneira a otimizar as suas competências e experiência para que no regresso possam assumir postos de maior responsabilidade.

- **Formações Técnicas Específicas**

Diversas formações realizadas pelo Banco direccionadas às necessidades específicas de cada área.

A visão do Banco para 2015 é dar continuidade ao forte investimento na formação do seu capital humano, promovendo em especial os seguintes aspectos:

- Forte foco na adequação dos programas actuais do Grupo à realidade do país, de forma a desenvolver competências nos colaboradores, alinhadas aos objectivos dos diferentes departamentos;
- Desenvolvimento da formação *E-learning* direccionada aos colaboradores;
- Oportunidades de desenvolver capacidades técnicas e comportamentais dentro e fora do país;
- Parcerias com instituições credíveis, especialistas em suas áreas de conhecimento;
- Programa *Retail Banking Academy*, pós-graduação em plataforma *on-line* com duração de 13 meses.

## **Gestão de Riscos**

O acompanhamento dos principais riscos inerentes à actividade do Banco é da responsabilidade do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Conselho de Administração e está sujeita aos requisitos estabelecidos no Aviso n.º 2/2013, de 22 de Março sobre os procedimentos de Controlo Interno.

O Presidente do Conselho de Administração é responsável pelo Sistema de Gestão de Riscos do Banco, garantindo um desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base nos requisitos regulamentares e as orientações do Grupo. O Presidente do Conselho de Administração é apoiado nesta responsabilidade pelo Comité de Risco a quem reporta a Direcção de Risco, responsável pela Função de Gestão de Riscos do Banco, e que tem como principais objectivos o acompanhamento e avaliação do Sistema de Gestão de Riscos, e o aconselhamento ao Conselho de Administração em matéria de Risco. Esta função é responsável essencialmente pelos Riscos de Crédito, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional, Cumprimento e Sistemas de Informação.

### **Função da Gestão de Risco**

A função da Gestão de Risco promove, coordena, facilita e apoia o desenvolvimento dos processos de gestão de risco. Nestes termos, tem como principais objectivos o acompanhamento e avaliação do Sistema de Gestão de Riscos, e o aconselhamento ao Conselho de Administração em matéria de Risco.

Para o Standard Bank de Angola a gestão de riscos é também uma forma de otimizar o uso do capital e a selecção das melhores oportunidades de negócio, ponderando a relação entre o Risco e o Retorno para melhor responder às necessidades dos nossos clientes e maximizar a criação de valor para os nossos accionistas. A política de gestão de riscos no SBA tem por objectivo gerir e controlar activamente a exposição à incerteza e está alinhada com os requisitos regulamentares do BNA e com os objectivos globais do Grupo. Neste sentido, o Banco tem-se dotado de elementos qualitativos (estrutura, sistemas e procedimentos), e quantitativos (metodologias e ferramentas) considerados necessários para maior eficácia da gestão.

### Modelo de Gestão de Risco

O Standard Bank de Angola adoptou como modelo três linhas de actuação que consideramos eficientes face aos riscos inerentes ao negócio. A responsabilidade pela gestão de risco dentro de cada linha de actuação encontra-se no nível funcional e dos comités. As Linhas de reporte garantem a segregação de funções e independência do modelo. As três linhas de actuação são descritas de seguida:

	Descrição	Responsabilidades
Primeira linha de actuação	Gestão das Unidades de Negócio e de Suporte	O principal responsável pela gestão de risco do Banco. Apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio. Este processo inclui a implementação de estrutura de gestão do grupo de risco, identificação de problemas e tomada de medidas correctivas sempre que necessário. A Gestão da unidade de negócios também é responsável por informar os órgãos de gestão do Banco.
Segunda linha de actuação	Comité de Risco e as Direcções com funções de gestão de risco, que são adequadamente independentes da gestão de negócios	A função de gestão de risco do Banco é primariamente responsável pela definição da estrutura de gestão de risco do Banco e respectivas políticas, proporcionando a monitorização e informação independente para a Comissão Executiva e para o Conselho de Administração através dos Comités de Risco e de Crédito e do Comité de Gestão de Capital. A função de gestão de risco é responsável por impulsionar a implementação do modelo de gestão de risco e respectivas políticas nas unidades de negócio; por aprovar os riscos dentro de mandatos específicos e por fornecer uma visão geral e independente da eficácia da gestão de risco efectuada pela primeira linha de actuação.
Terceira linha de actuação	Função de Auditoria Interna	Fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do quadro global de gestão de risco e estruturas de gestão de risco, através de relatórios para o Conselho de Administração apresentados e discutidos no Comité de Auditoria.

No que respeita à segunda linha de actuação, ela é composta por quatro Direcções:

- a. **Direcção Financeira:** Responsável pela gestão de capital (TCM), Risco de liquidez, Carteira bancária, Risco de taxa de juro, Risco de negócio, Gestão fiscal e Controlo financeiro.
- b. **Direcção de Risco:** Responsável pela gestão do Risco de crédito e país, Risco de mercado, Risco operacional incluindo Continuidade dos negócios, Confidencialidade, Gestão de coberturas (garantias e seguros) e Gestão integrada de riscos.
- c. **Direcção Jurídica:** Responsável pela Gestão prudencial por região, e transaccional por tipos de produtos.
- d. **Direcção de Compliance:** Responsável por assegurar o cumprimento de Leis e regulamentos existentes no Banco.

Cada uma destas quatro Direcções é dotada de recursos, quer a nível central como ao nível das linhas de negócio. Os recursos destinados às linhas de negócio suportam a gestão de negócio para garantir que os riscos são geridos de forma eficaz o mais próximo da fonte de risco possível.

## **Descrição da gestão dos principais riscos inerentes à actividade do Banco**

### **Risco de Crédito**

A gestão do risco de crédito no SBA fundamenta-se numa abordagem global que abrange cada uma das fases do processo: análise, autorização, seguimento e, quando necessário a recuperação.

A gestão do risco de crédito no Banco baseia-se ainda nas normas, políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, que constituem um suporte básico para uma gestão prudente.

Com o objectivo de assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo de gestão do risco de crédito é suportado por uma organização matricial, integrada na estrutura geral de controlo do Banco, e que envolve todos os níveis que intervêm na tomada de decisão de risco mediante a atribuição de funções, definição de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

O modelo de governação da gestão do risco de crédito do Banco engloba nomeadamente:

- a. Comité de Governação do Crédito:** Responsável pela eficácia global da função de crédito. Este comité supervisiona as operações, o ambiente de controlo e o desempenho da carteira de crédito; aprova as políticas de crédito e os modelos de classificação de capital económico e garante o cumprimento da política do Grupo.
- b. Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC):** Responsável pelo acompanhamento e controlo do perfil de risco de crédito, pela monitorização do cumprimento dos limites de crédito regulamentares, aprovação e recomendação de estratégias por indústria e produto e pelos testes de *stress* à carteira de crédito.
- c. Comité de Crédito:** Responsável pela aprovação de operações de crédito. Este é um subcomité do Comité de Governação do Crédito.
- d. Delegação de Competências:** Atribuída com base na qualificação, experiência e formação; revista anualmente; baseada no princípio de segregação de função e na qualidade e volume do crédito.
- e. Comité de *Watchlist* e Crédito Vencido:** Responsável pela gestão de crédito que apresenta indícios de imparidade e pela gestão de crédito vencido.

Um dos principais pilares na gestão rigorosa do risco de crédito é a correcta avaliação de risco dos clientes e das operações em todo o processo desde a concessão, seguimento e recuperação de crédito. Esta avaliação é baseada em procedimentos de análise bem definidos em políticas e manuais de procedimento internos, culminando com a atribuição de um *rating* de crédito.

Nos termos do Aviso n.º 3/2012, emitido pelo BNA, as operações de crédito são classificadas por ordem crescente de risco, dentro das seguintes classes:

- Nível A: Risco nulo
- Nível B: Risco muito reduzido
- Nível C: Risco reduzido
- Nível D: Risco moderado
- Nível E: Risco elevado
- Nível F: Risco muito elevado
- Nível G: Risco de perda

A classificação é efectuada de acordo com as políticas internas do Banco, com base nos seguintes critérios:

**Classe A:** Créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do SBA e / ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja igual ou superior ao valor das responsabilidades;

**Classe B:** Restantes Créditos com garantias reais; e

**Classe C:** Restantes créditos incluindo operações apenas com garantia pessoal.

A classificação de cada operação de crédito é revista, no mínimo, anualmente, através de uma re-aferição/avaliação dos critérios que determinaram a sua classificação inicial: perfil económico e padrão comportamental do proponente/Cliente, e eventuais garantias associadas, bem como o seu tipo, qualidade e montante de cobertura.

A classificação de todos os créditos da carteira, ou daqueles cujos devedores actuem em determinado sector da actividade económica ou área geográfica, é revista sempre que a Comissão Executiva entende que existe risco de alterações significativas na conjuntura económica afectarem o risco das suas operações.

Não obstante, o Banco revê mensalmente a classificação de cada crédito em função do atraso verificado no pagamento de parcela de capital ou dos encargos, observando-se a classificação de todas as operações de crédito de um mesmo Cliente, para efeitos de constituição de provisões, na classe que apresentar maior risco.

## Risco de Mercado

Risco de Mercado é definido como o risco de uma mudança no valor de mercado, no lucro real ou efectivo, ou no fluxo de caixa futuros de uma carteira de instrumentos financeiros incluindo *commodities*, provocada por movimentos desfavoráveis nas variáveis do mercado, tais como títulos, e preços dos *commodities*, taxas de câmbios, e taxas de juros bem como margens de crédito, taxas de recuperação, correlações e volatilidades implícitas em todas as variáveis.

O departamento de Risco de Mercado é o responsável pela integridade das exposições assumidas pela sala de mercados e por garantir que essa esteja de acordo com princípios definidos em políticas internas do Banco.

O controlo das operações diárias efectuado pela área de Risco de Mercado inclui todos os riscos do mercado relevantes à actividade do Banco, incluindo a avaliação de determinadas exposições a sensibilidades de risco futuras. São utilizadas várias metodologias, tais como o *Value-at-Risk* normal e *Value-at-Risk* sob stress, controlo dos ganhos e perdas, e a agregação de riscos idênticos de múltiplas unidades de negócio.

Os princípios da gestão dos riscos de mercado necessários para quantificar, monitorizar e controlar a exposição ao risco do mercado são os seguintes:

- Identificação;
- Medição;
- Especificação da apetência pelo risco sob a forma de limites e alarmes;
- *Backtesting*;
- Validação do modelo;
- Validação dos preços e política de reconhecimento de proveitos. As unidades de negócio aprovam periodicamente as posições e contas de resultados.

A distinção entre um limite e um alarme é a seguinte:

*Limites:* Servem para controlar o perfil de risco do Banco e para garantir que o negócio opera dentro da apetência de risco do Banco. O Comité de Gestão de Activos e Passivos (CGAP) ou uma parte autorizada pelo CGAP aprova os limites definidos. O incumprimento dos limites é remetido para a parte autorizada a definir o limite e exige a tomada imediata de acções correctivas sob a forma de alargamento ou redução do risco.

*Alarmes:* Os alarmes são utilizados para monitorização; alertam a gestão quando são excedidos os limites definidos. O CGAP ou uma parte autorizada pelo CGAP aprova os alarmes. O incumprimento dos alarmes é remetido para a parte autorizada a definir o alarme.

A gestão do risco de Mercado no SBA assenta actualmente em seis pilares:

- a. Política de Risco de Mercado
- b. Testes de *stress*
- c. Princípio de Risco valor em Risco (VaR)
- d. *Backtesting*
- e. Risco taxa de juro da carteira de crédito
- f. IPV (Verificação independente do preçário)

- a. Política de Risco de Mercado

O SBA classifica o risco do mercado da seguinte forma:

- Risco de mercado relacionado com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor (MTM) e com matérias-primas.
- Risco do mercado relacionado com o risco da taxa de juro da carteira de operações bancárias, que é coberto pela política de risco da taxa de juro da carteira de operações bancárias.
- Risco do mercado relacionado com o risco de investimento na carteira de operações bancárias, monitorizado pelo Comité de activos e passivos (ALCO).

- b. Testes de *stress*

Os testes de *stress* permitem quantificar as perdas potenciais que podem ocorrer em condições do mercado extremas, mas plausíveis.

Os testes de *stress* são um complemento às outras medidas de análise de risco utilizadas pelo Banco, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco de mercado.

Os cenários de *stress* são normalmente utilizados para evidenciar exposições que podem não estar explicitamente incorporadas nos cálculos do VaR e da sensibilidade local, tais como riscos de base ou de correlação a posições de opções "*out of the money*" que podem dar origem a perdas materiais em caso de ocorrência de movimentos anormais de mercado.

Os testes de *stress* também procuram indicar a dimensão das perdas provocadas por um número improvável mas possível de eventos de choque face às actuais posições detidas.

São efectuados testes de *stress* a todas as carteiras para as quais é calculado um VaR, destacando as variáveis de mercado a que cada uma das carteiras é particularmente vulnerável.

Os testes de *stress* são calculados na base de uma reavaliação total, quando possível, devendo ser indicado sempre quando forem utilizadas aproximações.

c. Princípios VaR

O Banco adoptou a metodologia de simulação histórica do VaR, com a seguinte base de monitorização das suas exposições:

- Regra geral, e de acordo com os princípios e procedimentos sobre cálculo do VaR, os dados históricos utilizados no cálculo são observáveis no mercado e, por conseguinte, defensáveis na perspectiva de um operador. Este cálculo também tem em consideração, implicitamente, a correlação de dados.
- Para operações em que existem posições não lineares consideráveis, este tipo de cálculo é mais rigoroso que a variação/co-variação, porque tem explicitamente em conta efeitos de segunda e de terceira ordem.
- As questões de desempenho são menos significativas quando se utilizam VaR históricos, do que quando se adopta a simulação de Monte Carlo. São efectuadas simulações de Monte Carlo, no entanto, para apenas complementar o cálculo do VaR e auxiliar na análise de novas transacções sempre que necessário.

d. Backtesting

O departamento de Risco Mercado testa o rigor da métrica VaR através de um processo de *backtesting*, ou seja, uma comparação *ex-post* da medida do risco gerado pelo modelo VaR com as alterações diárias efectivas do valor da carteira atribuíveis a alterações das variáveis do mercado e reporta as excepções e respectivas justificações com periodicidade mensal ao ALCO.

f. Independent Price Validation (IPV)

A verificação de preços é o processo de comparação do justo valor dos activos e passivos financeiros, decorrente da inscrição de todas as variáveis de fecho do mercado nos sistemas oficiais do SBA pelo Front Office, com os valores determinados por partes independentes para garantir que o processo de avaliação global cumpre as políticas contabilísticas do Standard Bank.

### **Risco Cambial**

No SBA, a gestão do risco cambial é da responsabilidade da Direcção de Mercado de Capitais, para a qual são transferidas, em tempo real, todas as posições originadas nas restantes áreas de negócio.

Estão definidos e são diariamente controlados, os limites para posições abertas (“NOP”).

### **Risco Taxa de juro**

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial do Banco. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reavaliação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade (risco de reavaliação), face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva), face a variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as distintas actividades bancárias (risco de base).

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

### **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é definido como o risco de que uma entidade, embora solvente, não poder manter ou gerar recursos financeiros suficientes para atender suas obrigações de pagamento em cheio ao vencerem, ou só pode fazê-lo em termos materialmente desvantajosas.

No SBA cabe ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, para que exista uma adequada gestão dos recebimentos e pagamentos no tempo.

A gestão do risco de liquidez é da responsabilidade da área de Gestão de Activos e Passivos (ALM) que monitoriza, mede e reporta o risco de liquidez do Banco. A área de ALM reporta os resultados de cada medida de risco de liquidez ao Comité de Activos e Passivos (ALCO).

Os requisitos regulamentares de liquidez têm de ser cumpridos em todos os momentos e o Banco deve, ainda, respeitar os requisitos definidos na Política de Risco de Liquidez. Tal aplica-se tanto à componente de moeda local como à componente de divisas no balanço. Os limites, as directrizes e os requisitos adicionais aplicam-se separadamente a cada moeda significativa.

O Banco analisa ainda as exposições ao risco de liquidez em conjunto com outros riscos, nomeadamente os riscos de crédito, de mercado, operacionais e legais.

A gestão do risco de liquidez do Banco está formalmente definida na Norma de Risco de Liquidez e na Política de Risco de Liquidez.

A Norma de Risco de Liquidez estabelece e define os princípios para exposição ao risco de liquidez por parte do Banco, bem como o quadro geral para uma gestão consistente e homogênea de identificação, medição, monitorização e reporte do risco de liquidez. A Política de Risco de Liquidez está alinhada aos requisitos da Norma abrangente de Governação de Risco e define directrizes orientadoras para a gestão de risco de liquidez.

De acordo com a Norma de Risco de Liquidez, os princípios para gestão do risco de liquidez adoptados pelo Banco são os seguintes:

- Gestão do Desfasamento estrutural de liquidez
- Rácio de financiamento a longo prazo
- Manutenção de níveis mínimos de activos líquidos
- Restrições à concentração de depósitos
- Testes de stress e análises de cenário
- Planos de contingência de liquidez
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda local
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda estrangeira
- Dependência do mercado interbancário
- Gestão de liquidez intra-diária
- Gestão de garantias (Colaterais)
- Gestão do Fluxo de caixa diário
- Preços de transferência de fundos (FTP)
- Planos de financiamento
- Quantificação do risco de financiamento

O documento de Métodos de Criação do Perfil Comportamental (face ao risco de liquidez) é um suplemento anexo à Política de Risco de Liquidez. Neste documento é definido o perfil comportamental que deve ser aplicado às principais rubricas do balanço e extrapatrimoniais para ajudar a compilar o desfasamento de liquidez em condições normais de negócio, o desfasamento estrutural da liquidez, bem como os desfasamentos de financiamento dinâmicos e os desfasamentos estáticos de liquidez do Banco com base nos testes de *stress* de liquidez e nas análises de cenário.

O SBA tem ainda definido um Plano de Contingência de Liquidez (LCP), que tem como objectivo atenuar, tanto quanto possível, o impacto de uma crise de liquidez estabelecendo uma estrutura de governação que:

- Indique a resposta do Banco a um problema de liquidez, incluindo a identificação precoce, escalonamento e directrizes para a gestão do Banco durante uma crise de liquidez;
- Permita compreender o impacto que uma crise de liquidez pode ter em todas as partes interessadas;
- Identifique informações de gestão essenciais;
- Forneça um mecanismo para a monitorização de sinais de alerta;
- Registe os tipos e potenciais fontes de uma crise de liquidez; e
- Incorpore o princípio do mutuante de último recurso, no caso de o Banco falhar nos seus esforços em lidar eficazmente com uma crise de liquidez, visto que a causa pode ser muito grande ou que o Banco pode não ter capital suficiente.

O Plano de Contingência de Liquidez deve ser lido em conjunto com a Norma e a Política de Risco de Liquidez. O princípio subjacente à gestão do risco de liquidez, conforme estipulado na Norma de Risco de Liquidez, é que o Banco é uma operação autónoma e deve gerir os actuais e futuros requisitos de liquidez da moeda nacional e moedas estrangeiras em conformidade.

Não é viável deter uma quantidade suficientemente grande de liquidez prontamente disponível para cobrir os eventos de liquidez menos prováveis. Contudo, visto que esses eventos podem ter consequências devastadoras, é imperativo colmatar a diferença entre a liquidez que o Banco opta por deter e a liquidez máxima que o Banco pode necessitar.

### **Risco Operacional**

O risco operacional é definido como o risco de perdas sofridas em consequência da inadequação, ou falha em, processos internos, pessoas e/ou sistemas ou de eventos externos.

No SBA os subtipos de risco operacional são geridos e acompanhados por equipas especializadas. Estes subtipos incluem o Risco de Modelo, Risco Fiscal, Risco Legal, Riscos Ambiental e Social, Risco de Tecnologia, Riscos da Informação, Risco cibernético e Crime Financeiro (FCC).

O Banco tem uma preocupação crescente com a mitigação do risco operacional, efectuando um investimento contínuo para aplicação das melhores práticas internacionais. A gestão do risco operacional, no SBA, preconiza a política seguida pelo Grupo e assenta actualmente em três pilares:

- a. Política de Gestão de Incidentes;
- b. Indicadores chave de risco operacional (“KRI”);
- c. Sistema Auto-Avaliação de controlos internos (“RCSA”).

a. Política de Gestão de Incidentes

A presente política envolve a identificação, registo, investigação, quantificação e reporte dos incidentes de risco operacional e a subsequente implementação de medidas correctivas. De acordo com esta política, os incidentes identificados por qualquer membro do SBA devem ser reportados 48 horas, existindo uma consciencialização de todos os colaboradores para o nível de exposição a perdas financeiras e não financeiras que o Banco tem de gerir.

Em consequência da identificação e captura dos incidentes operacionais, o Banco deve analisar e procurar melhorar os procedimentos e controlos internos, bem como procurar quantificar as perdas com base em modelos internos.

b. Indicadores chave de risco operacional

A implementação de indicadores chave de risco operacional é obrigatória em todo o Banco e é essencial para uma gestão do risco operacional numa base continuada. Estes indicadores permitem a definição de um perfil de risco e uma adequação das práticas de gestão de risco operacional ao nível do Banco.

c. Sistema Auto-Avaliação de controlos internos

De forma a identificar, avaliar e mitigar o risco operacional o Banco preconiza uma metodologia da auto-avaliação dos controlos internos, com base na qual são analisados os processos de negócio para identificar os riscos envolvidos, bem como as actividades de controlo necessárias à mitigação desses riscos. Periodicamente, deve ser avaliada a operacionalidade das actividades de controlo identificadas.

Esta avaliação é efectuada de acordo com um conjunto de passos e escalas de avaliação definidas globalmente para todo o Banco.

### **Risco Reputacional**

O Risco de reputação é o dano real ou potencial para a imagem do Banco, que pode prejudicar a rentabilidade e/ou sustentabilidade de seus negócios. Esses danos podem resultar numa quebra de confiança dos clientes, fornecedores, contrapartes, accionistas, investidores ou reguladores que pode afectar adversamente a capacidade do Banco para manter a actividade.

Há uma preocupação crescente com o risco reputacional decorrente de violações legais ou regulamentares, ou de considerações éticas ligadas a países, clientes ou sectores, bem como de considerações ambientais.

Os processos de gestão de crise do Banco são projectados para minimizar o impacto reputacional do evento.

O Código de Ética do Banco é essencial como forma de mitigação do risco reputacional e é um ponto de referência para todos os Colaboradores do Banco. O Conselho de Administração é o último responsável pelo seu cumprimento.

### **Metodologia de Gestão de Risco**

Todas estas políticas e directrizes se encontram formalmente definidas e divulgadas no SBA criando um ambiente e um sistema de controlo adequado, de forma a garantir:

- A identificação dos riscos com base em ferramentas analíticas.
- A avaliação com base em medidas quantitativas e qualitativas, que permitem definir a probabilidade, gravidade e a exposição ao risco.
- Medidas eficazes de controlo para reduzir ou eliminar o risco. Ter em conta os custos globais e os benefícios de acções correctivas proporcionando, sempre que possível, escolhas alternativas.
- Análise eficaz sobre qual o controlo, ou combinação de controlos, mais adequados à formulação de um plano de mitigação de riscos.
- Após a definição e implementação dos controlos adequados, deve ser mantido um acompanhamento periódico, para garantir a eficácia e acompanhar a evolução.
- Relatório escalado do perfil de risco residual e quaisquer alterações evidenciadas no processo de acompanhamento.

A avaliação de risco utiliza medidas quantitativas e qualitativas é baseada na seguinte matriz de Categoria de Risco (representado pelas esferas coloridas apresentadas):

Escala de Impacto		
Escala	Impacto Financeiro	Outros aspectos
		(Impactos complementares à avaliação de impacto financeiro)
1 – Catastrófico	≥ 10M USD	▪ Atenção dos órgãos internacionais de comunicação social
		▪ Incumprimento legal e regulamentar com processos judiciais e aplicação de multas e penalidades (contra-ordenação muito grave)
		▪ Interrupção parcial/total da actividade
		▪ Perda de vidas humanas.
2 – Alto	3M ≤ I < 10M USD	▪ Incumprimento legal e regulamentar com obrigação de esclarecimentos ao governo
		▪ Atenção dos órgãos nacionais de comunicação social
		▪ Distúrbios ou interrupções significativas na actividade normal
		▪ Danos graves ao nível de saúde pública e segurança nacional.
3 – Médio	500K ≤ I < 3M USD	▪ Incumprimento legal e regulamentar com processos judiciais e aplicação de multas e penalidades (contra-ordenação leve)
		▪ Atenção dos órgãos locais de comunicação social
		▪ Atrasos que comprometem a actividade normal
		▪ Redução do nível de saúde pública e segurança nacional.
4 – Baixo	I < 500K USD	▪ Incumprimento legal e regulamentar / aplicação de multas
		▪ Danos ligeiros na saúde pública e segurança da sociedade.
5 – Muito Baixo	I < 100K	▪ Negligenciável
		▪ Atrasos ou trabalho adicional que não comprometem a actividade normal
		▪ Incumprimento legal e regulamentar / aplicação de multas

O cálculo da exposição efectiva baseia-se na avaliação qualitativa do impacto e da probabilidade. O impacto é definido como a perda média esperada no caso de materialização de um evento de risco, já considerando o ambiente de controlo existente. A avaliação do impacto deve considerar a diminuição de receitas, o aumento de custos e as despesas.

Nível de Probabilidade	Intervalo	Descrição (qualitativa)	Descrição (quantitativa)
5 – Muito provável	]90 – 100%]	Quase certo que ocorra.	Ocorrência semanal ou mais frequente
4 – Provável	]70 – 90%]	Mais provável que ocorra do que não ocorra.	Ocorrência mensal
3 – Possível	]30 – 70%]	Pode acontecer.	Ocorrência quadrimestral
2 – Remota	]10 – 30%]	Pouco provável	Ocorrência anual
1 – Muito Remota	]0 -10%]	Muito pouco provável, mas não impossível.	Ocorrência inferior a uma vez por ano

### **Seguros para cobertura de riscos**

O Standard Bank de Angola mitiga ainda o risco operacional através de uma linha de seguros cuja cobertura é revista anualmente. O SBA contrata seguros para os seus principais activos e riscos inerentes às suas operações, visando cobrir os riscos não esperados tais como incêndios, ameaças ou desastres naturais e danos aos activos.

## **Compliance**

A Direcção de *Compliance* do Banco tem como função apoiar proactivamente o Conselho de Administração e as áreas de negócios do Banco, através de práticas eficazes de gestão do risco de *Compliance*, para garantir que a sua actividade é conduzida dentro dos requisitos legais, de supervisão e regulação, diminuindo assim eventuais penalizações e mitigando o risco reputacional.

A Função de *Compliance* está sujeita aos requisitos estabelecidos no Aviso n.º 2/2013, de 22 de Março sobre os procedimentos de Controlo Interno.

A Direcção de *Compliance* do Banco ficou dotada de autonomia e independência, nos termos do Aviso n.º 2/2013, após deliberação pelo Conselho de Administração no dia 2 de Setembro de 2014, data em que passou a reportar directamente ao Conselho de Administração do Banco (Presidente do Conselho de Administração – Administrador não Executivo).

A Direcção de *Compliance* está segmentada por riscos de *compliance* específicos:

- *Compliance* Regulamentar;
- AML / Surveillance;
- *Compliance* das actividades operacionais; e
- *Compliance* da Direcção de Crédito e Direcção Financeira.

As principais actividades da Direcção de *Compliance* são as seguintes:

- Interpretação da regulamentação e legislação aplicável à actividade do Banco;
- Definição e implementação de políticas de *Compliance*;
- Melhoria do relacionamento com as entidades reguladoras;
- Difusão da cultura de *Compliance* no Banco via formação e acções de sensibilização;
- Acompanhamento, correcção e melhorias nas áreas de Operações, Abertura de Contas, Reclamações, Produtos e Serviços;
- Monitorização dos reportes obrigatórios para o Banco Nacional de Angola;
- Acompanhamento da implementação do projecto FACTA;
- Análise e reporte, à Unidade de Informação Financeira, de operações suspeitas: operações em numerário acima do montante equivalente em moeda nacional a USD 15.000,99;
- Monitorização de processos de *Know Your Customer* (“KYC”) dos clientes,
- Monitorização dos procedimentos relativos a operações cambiais.

Durante o ano de 2014 a Direcção de *Compliance* do Banco participou em várias conferências, a destacar:

- A participação como oradora em duas Conferências organizadas pelo BNA;
- A participação, a convite da Associação Angolana de Bancos e da Unidade de Informação Financeira, na Conferência Internacional de ESAAMLG – East and Southern Africa Anti Money Laundering Group, que teve lugar em Setembro 2014 no HCTA, onde foram abordados “Os desafios enfrentados por Angola no processo de identificação e reporte de operações suspeitas”.

Ainda em 2014 o SBA foi premiado na 1.ª Gala de Valorização de Capital Humano Africano, categoria de Valorização do Capital Humano de *Compliance*.

Em 31 de Dezembro de 2014 as principais políticas de actuação da Função de *Compliance* eram as seguintes:

#### **Manual de *Compliance***

O objectivo deste manual é fornecer um quadro conceptual para a função de *Compliance*, servindo como fonte de referência para os colaboradores responsáveis pelo *Compliance* e dá orientações à administração das Unidades de Negócio (“UN”).

#### **Política: Governação de Gestão de Risco de *Compliance***

Esta política incorpora os padrões mínimos necessários para o cumprimento regulatório de forma a garantir a prática consistente recomendada pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária e os códigos internacionais de prática bancária. Estabelece os padrões mínimos sobre (i) a função de *Compliance* e sua actividade, (ii) princípios afectos às políticas e procedimentos de *Compliance*, (iii) as áreas de risco significativo de *Compliance*, e (iv) a comunicação e reporte.

#### **Política de Sanções**

Esta política visa o cumprimento das obrigações regulamentares aplicáveis ao Banco quer a nível local quer internacional, no sentido de garantir que (i) os riscos decorrentes de sanções e financiamento ao terrorismo são evitados, mitigados e geridos; (ii) são definidas as funções e responsabilidades das áreas de negócio; e (iii) é estabelecido um modelo para a gestão de risco de sanções e riscos relacionados com o terrorismo.

O objectivo é o de garantir que o Banco esteja protegido de danos à reputação e penalizações e ainda, que os colaboradores do Banco estejam protegidos de sanções civis ou penais que possam ser impostas como resultado da não identificação ou gestão adequado deste risco.

## **Política de Combate ao Branqueamento de Capitais (“CBC”) e Financiamento ao Terrorismo (“FT”)**

A política de CBC/FT tem em vista garantir que o cumprimento das obrigações legais aplicáveis ao Banco por forma a garantir que (i) os riscos decorrentes do BC/FT são evitados e bem geridos, (ii) que o Banco e Colaboradores estão protegidos de riscos que possam resultar de incumprimentos, (iii) que seja efectuado um enquadramento que permita o reconhecimento, investigação e reporte de actividades/transacções suspeitas às autoridades. O Banco apoia os esforços globais de CBC/FT e está empenhado em estabelecer e manter políticas e procedimentos adequados que facilitem o cumprimento dos requisitos de CBC/FT ao adoptar uma abordagem baseada no risco, e para o efeito, pode-se recusar ou terminar relações de negócios ou transacções sempre que se identificar que os serviços do Banco estão a ser usados abusivamente para efeitos de BC/FT.

O Banco tem implementada uma matriz de risco de Cliente que tem como propósito gerir a identificação, manutenção de clientes numa abordagem de risco de BC/FT em função do rendimento, estatuto, tipo de entidade, origem geográfica, actividade e produtos adquiridos.

### **Matriz de Risco**

O objectivo deste documento é o de:

- Ajudar a determinar o perfil ou categoria de risco de um potencial cliente, de acordo com a Lei angolana, as Políticas internas do Banco e linhas orientadoras do Grupo. As categorias de risco baseiam-se nas políticas do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) e de outras entidades internacionais, no que diz respeito ao possível envolvimento em processos de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo;
- Proteger a reputação e integridade do Banco e do Grupo, ao adoptar todas as medidas relevantes, no sentido de evitar que o Banco seja envolvido por terceiros em actividades de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo; e
- Esta matriz permite identificar, verificar, determinar e atribuir o perfil de risco ao Cliente.

Adicionalmente, todos os clientes são classificados, em termos de perfil, de acordo com vários factores de risco, nomeadamente (i) Limites monetários (parâmetros mensais de rendimento individual ou proveitos de empresas); (ii) Origem geográfica (quer em termos singulares, quer em termos de entidades legais); (iii) Estatuto pessoal/jurídico; (iv) Tipo de negócio/organização ou ocupação; e (v) Produtos e serviços/ transacções.

### **Política de Gratificações**

A actividade do Banco deve ser exercida de forma profissional, lícita e em conformidade com o seu Código de Ética. Esta política tem como objectivo a criação de mecanismos para identificar, evitar, mitigar e divulgar conflito de interesses que possam resultar de casos ou

entendimento de eventual suborno ou corrupção que poderiam decorrer da troca inapropriada de gratificações e entretenimento.

#### **Política e Procedimento de “Safewatch”**

É um sistema automático de verificação da lista de sanções e da lista negra de terroristas, que permite prevenir transferências interbancárias transfronteiriças via SWIFT, para ou de contas de particulares e entidades (incluindo os bancos correspondentes), constantes nessas listas. O sistema “Safewatch” para mensagens SWIFT é o sistema defensivo de vigilância do Grupo destinado a detectar infracções de sanções ou situações de financiamento do terrorismo, susceptíveis de causar a apreensão e confisco de fundos dos nossos clientes, ou até gerar um prejuízo financeiro.

#### **Política *Chinese Walls***

A política foi desenvolvida de forma a garantir que (i) o fluxo inadequado de informações privilegiadas, informações relevantes não públicas é detectadas e evitadas; (ii) que o conflito de interesses é evitado, e que (iii) as informações relevantes não públicas são protegidas evitando danos à reputação do Banco ou ainda de penalizações por quebra do sigilo e implementação deficitária de identificação e ainda a sua gestão.

#### **Política de Privacidade de Dados**

A privacidade de dados tem por objectivo garantir a promoção, a gestão eficiente e contínua, salvaguardando a privacidade de dados pessoais dos Clientes do Banco, sendo fundamental para o Banco estar protegido de penalizações que podem ser impostas pelas autoridades como resultado do tratamento ilícito de dados pessoais ou da incapacidade de protecção adequada de dados dos seus clientes.

#### **Política de Interesses Comerciais Externos**

Esta política não é aplicada isoladamente, ela tem como objectivo prevenir conflitos de interesses que ponham em causa os interesses do Banco. Os interesses comerciais externos de colaboradores podem dar origem a potenciais conflito de interesses. Neste sentido, esta política pretende assegurar que a actividade do Banco é desenvolvida de acordo com os valores e o Código de Ética do Banco no sentido de (i) estipular processos em matéria de divulgação, aprovação e manutenção de interesses comerciais externos dos Colaboradores; (ii) criar uma estrutura sobre as formas de mitigar o potencial risco para a reputação do Banco como consequência da prática de tais actos; (iii) criar uma estrutura sobre a forma de mitigação de riscos à reputação do Banco; (iv) dar instruções/orientações sobre os mecanismos de controlo interno para garantir que os principais riscos são geridos no processo de aprovação e consequentemente, em todas as fases de contratação de Colaboradores.

## Análise Financeira

---

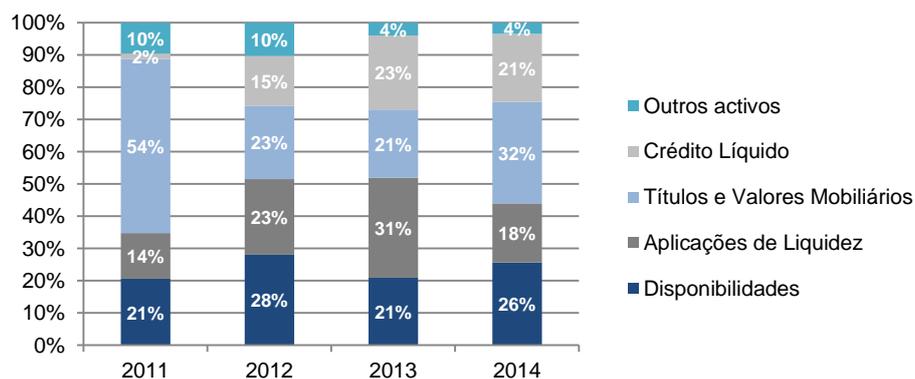


Análise de Balanço						
	AKZ			USD (Valores não auditados)		
	2014	2013	Variação	2014	2013	Variação
<b>ACTIVO</b>						
Disponibilidades	52.276.979	31.113.533	68%	508.234	318.726	59%
Aplicações de liquidez	37.057.567	45.864.949	-19%	360.272	469.838	-23%
Títulos e valores mobiliários	64.071.848	31.426.615	104%	622.904	321.933	93%
Créditos no sistema de pagamentos	1.597.901	182.713	775%	15.535	1.872	730%
Operações cambiais	28.610	5.979	100%	278	61	100%
Créditos	42.796.247	34.101.852	25%	416.063	349.338	19%
Outros valores	2.505.485	2.630.603	-5%	24.358	26.946	-10%
Imobilizações	3.033.820	3.165.819	-4%	29.495	32.430	-9%
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>203.368.457</b>	<b>148.492.063</b>	<b>37%</b>	<b>1.977.139</b>	<b>1.521.144</b>	<b>30%</b>
<b>PASSIVO</b>						
Depósitos	187.806.996	134.737.361	39%	1.825.848	1.380.244	32%
Obrigações no sistema de pagamentos	766.383	691.349	11%	7.451	7.082	5%
Operações cambiais	6.473	2.971	118%	63	30	110%
Outras captações	3.559.831	3.920.673	100%	34.608	40.163	100%
Outras obrigações	2.837.144	2.534.458	12%	27.583	25.963	6%
Provisões para responsabilidades prováveis	281.905	181.125	56%	2.741	1.855	48%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>195.258.732</b>	<b>142.067.937</b>	<b>37%</b>	<b>1.898.294</b>	<b>1.455.337</b>	<b>30%</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>						
Capital social	9.530.007	9.530.007	0%	100.000	100.000	0%
Reservas	-	52.030	-100%	(5.758)	(896)	543%
Resultados potenciais	(469.466)	86.989	-640%	(4.564)	891	-612%
Resultados transitados	(3.192.870)	(2.205.570)	45%	(33.626)	(23.418)	44%
Resultado líquido do exercício	2.242.054	(1.039.330)	-316%	22.793	(10.770)	-312%
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>8.109.725</b>	<b>6.424.126</b>	<b>26%</b>	<b>78.845</b>	<b>65.807</b>	<b>20%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>203.368.457</b>	<b>148.492.063</b>	<b>37%</b>	<b>1.977.139</b>	<b>1.521.144</b>	<b>30%</b>

(Valores expressos em milhares)

Em 31 de Dezembro de 2014 o activo líquido total do Banco ascendia a AKZ 203.368 milhões, traduzindo novamente um aumento significativo de 37% face ao exercício anterior, muito acima da média do sector.

### Estrutura do Balanço



O crescimento verificado no activo deve-se ao aumento favorável dos recursos captados de clientes e teve reflexo ao nível de praticamente todas as rubricas de activos, em especial disponibilidades, títulos e valores mobiliários e crédito concedido a clientes. O elevado valor das rubricas de disponibilidades e aplicações de liquidez, num total de AKZ 89.335 milhões, destina-se a ser aplicado na concessão de crédito a clientes e na aquisição de Obrigações e Bilhetes do Tesouro Angolano, mediante os critérios internos de aceitação de risco.

### Carteira de títulos

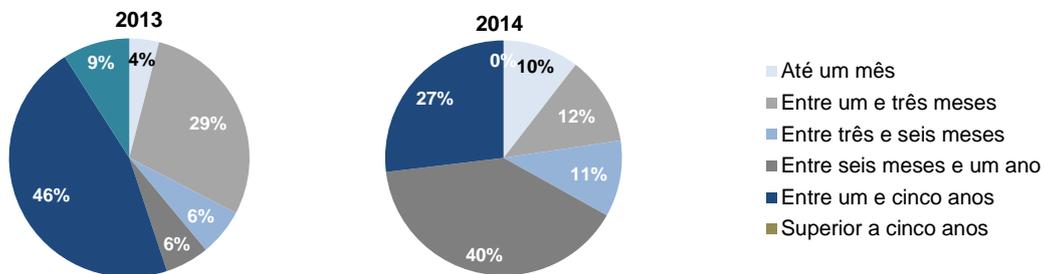
Os Títulos e valores mobiliários foram a rubrica do Activo cujo peso mais aumentou em 2014, passando de 21% para 32% do total do activo. O volume total de títulos em carteira aumentou em 2014 cerca de AKZ 34.234 milhões, o que representa um crescimento superior a 100%. Para este aumento contribuiu sobretudo o acréscimo significativo no volume de Bilhetes de Tesouro, mais AKZ 30.188 milhões do que em 2013, representando 56,9% do total da carteira de títulos do Banco.

Composição da rubrica Títulos e valores mobiliários						
	AKZ			USD (Valores não auditados)		
	2014	2013	Variação	2014	2013	Variação
<b>Mantidos para Negociação</b>						
- Obrigações do Tesouro	4.564.684	2.019.177	126%	44.378	20.684	115%
<b>Disponíveis para Venda</b>						
- Bilhetes do Tesouro	36.178.274	7.501.188	382%	351.724	76.842	358%
- Obrigações do Tesouro em moeda nacional	15.947.762	6.239.403	100%	155.043	63.916	100%
- Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	7.381.128	7.070.798	4%	71.759	72.433	-1%
- Obrigações do Tesouro emitidas no estrangeiro	-	3.131.298	-100%	-	32.077	-100%
- Títulos do Banco Central	-	5.464.751	-100%	-	55.981	-100%
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>64.071.848</b>	<b>31.426.615</b>	<b>104%</b>	<b>622.904</b>	<b>321.933</b>	<b>93%</b>

(Valores expressos em milhares)

Em 2013 o Banco deixou de ter na sua carteira Títulos do Banco Central, uma vez que este instrumento financeiro deixou de ser colocado no mercado. O SBA aumentou o montante aplicado em títulos de maturidade até um ano, em detrimento dos títulos de mais longo prazo.

### Composição da carteira de títulos por prazo de maturidade



### Aplicações de liquidez

Em 31 de Dezembro 2014 as aplicações de liquidez do Banco eram compostas apenas pela aplicação *Overnight* junto do BNA e pelas operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda foram realizados com o BNA, todas em moeda nacional.

Ao contrário do que se verificava nos anos anteriores, e em consequência das recentes clarificações por parte da Direcção Nacional de Impostos (“DNI”) relativamente à aplicação do Imposto sobre a Aplicação de Capital (“IAC”) e respectiva incidência sobre os juros do mercado monetário interfinanceiro, o Banco deixou de ter aplicações noutras instituições financeiras quer nacionais quer estrangeiras. Neste sentido, verificou-se em 2014 uma alteração significativa na composição das Aplicações de liquidez do Banco:

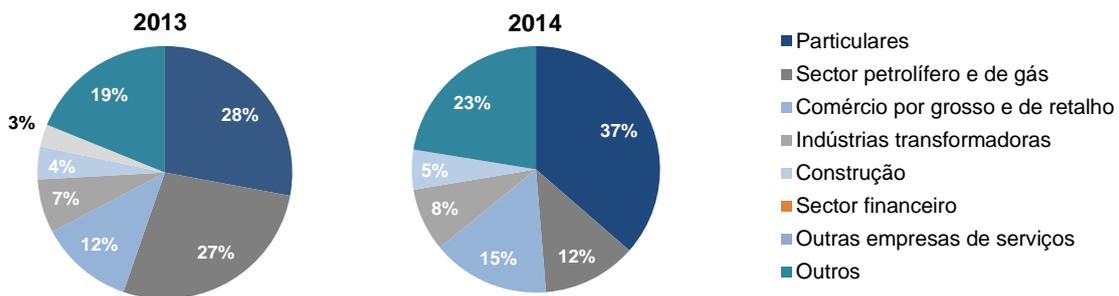
Evolução e composição das Aplicações de liquidez	2014		2013		2012		2011	
	MN	ME	MN	ME	MN	ME	MN	ME
Aplicações no BNA	25.001.188	-	14.111.629	-	-	-	-	-
Aplicações noutras Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
No país	-	-	-	-	-	-	-	-
No estrangeiro	-	-	-	20.239.370	-	9.013.943	-	4.987
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda com o BNA	12.056.379	-	11.513.950	-	4.746.883	-	5.501.044	-
<b>Total</b>	<b>37.057.567</b>	<b>-</b>	<b>25.625.579</b>	<b>20.239.370</b>	<b>4.746.883</b>	<b>9.013.943</b>	<b>5.501.044</b>	<b>4.987</b>

(Valores expressos em milhares; Moeda Nacional - MN; Moeda Estrangeira - ME)

### Crédito concedido

O crédito concedido apresenta em 2014 um crescimento de 25% face ao ano anterior. A carteira de crédito em 31 de Dezembro de 2014 é composta maioritariamente por operações contratadas com empresas, que representam cerca de 63% do total (72% em 2013).

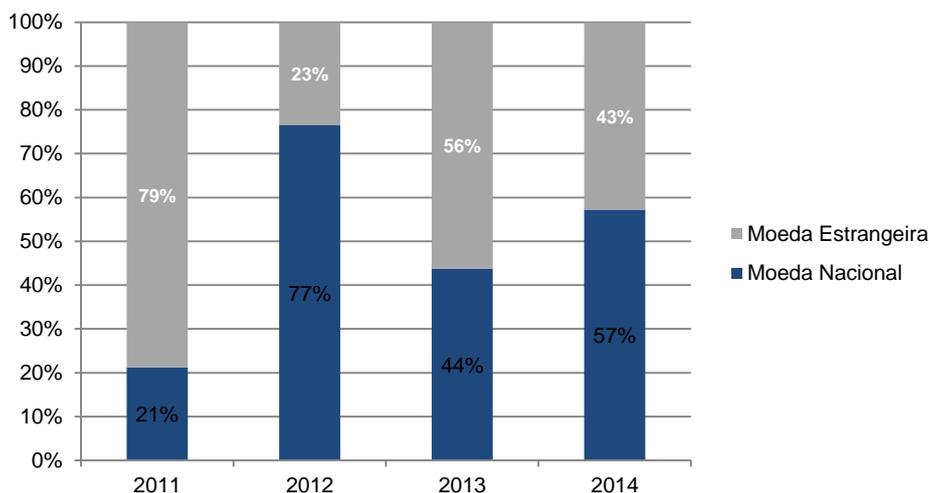
#### Composição da carteira de crédito por sector de actividade



Em 31 de Dezembro de 2014, o conjunto dos vinte maiores clientes do Banco representava, aproximadamente, 60% do total da carteira de crédito (70% em 2013), denotando algum esforço no sentido da diversificação.

Em 2014 a composição da carteira de crédito por moeda inverteu, seguindo já as indicações do BNA para conceder crédito apenas em Kwanzas. Em 31 de Dezembro de 2014 a carteira de crédito do Banco era composta por 43% de operações em moeda estrangeira (56% em 2013) e 57% de operações em moeda nacional.

**Composição da carteira de crédito por moeda**



Com o vencimento das operações de crédito concedido actualmente existentes em moeda estrangeira, esta percentagem irá diminuindo até desaparecer, uma vez que não serão contratadas pelo Banco novas operações em moeda estrangeira.

Durante o ano de 2014 o Banco assistiu a um aumento significativo do incumprimento na sua carteira de crédito, com as operações em incumprimento a atingirem os AKZ 2.958 milhões (+845% do que em 2013). O incumprimento verificou-se sobretudo em operações dos sectores da construção e indústria, que apresentavam em 31 de Dezembro de 2014 operações em incumprimento nos montantes de AKZ 905 milhões e AKZ 1.115 milhões, respectivamente.

Evolução do incumprimento na carteira de crédito	AKZ			USD (Valores não auditados)		
	2014	2013	Variação	2014	2013	Variação
Operações regulares	40.851.232	34.064.788	20%	397.153	348.959	14%
Operações em incumprimento	2.958.253	249.102	1088%	28.760	2.552	1027%
Proveitos a receber	466.644	363.481	28%	4.537	3.723	22%
<b>Crédito total</b>	<b>44.276.129</b>	<b>34.677.371</b>	<b>28%</b>	<b>430.450</b>	<b>355.234</b>	<b>21%</b>
Provisões para crédito	(1.479.882)	(575.519)	157%	(14.387)	(5.896)	144%
<b>Crédito líquido</b>	<b>43.262.891</b>	<b>34.465.333</b>	<b>26%</b>	<b>420.600</b>	<b>353.061</b>	<b>19%</b>
<b>Qualidade do crédito</b>						
Crédito em incumprimento / Crédito total	7%	1%	830%	7%	1%	830%
Cobertura do crédito vencido por provisões	50%	231%	-78%	50%	231%	-78%
Cobertura do crédito total por provisões	3%	2%	101%	3%	2%	101%

(Valores expressos em milhares)

O nível de incumprimento na carteira de crédito foi acompanhado pelo aumento das provisões para crédito registadas pelo Banco, tendo aumentado o nível de provisionamento médio da carteira de 2% para 3%, com o total das provisões para crédito a atingirem os AKZ 1.480 milhões no final do ano.

Evolução da distribuição dos créditos por classe de risco								
	2014				2013			
	Operações regulares	Operações em incumprimento	Crédito total	%	Operações regulares	Operações em incumprimento	Crédito total	%
Nível A - Nulo	8.161.816	-	8.161.816	18,4%	17.167.787	-	17.167.787	38,8%
Nível B - Muito Reduzido	6.652.267	-	6.652.267	15,0%	1.107.099	-	1.107.099	2,5%
Nível C - Reduzido	26.455.015	1.234.297	27.689.312	62,5%	16.129.138	127.712	16.256.850	36,7%
Nível D - Moderado	7.594	1.169.631	1.177.225	2,7%	4.772	19.308	24.080	0,1%
Nível E - Elevado	3.714	143.635	147.349	0,3%	4.911	42.729	47.640	0,1%
Nível F - Muito Elevado	2.562	22.785	25.347	0,1%	2.154	16.063	18.217	0,0%
Nível G - Risco de perda	34.908	387.905	422.813	1,0%	12.408	43.290	55.698	0,1%
<b>Total</b>	<b>41.317.876</b>	<b>2.958.253</b>	<b>44.276.129</b>	<b>100,0%</b>	<b>34.428.269</b>	<b>249.102</b>	<b>34.677.371</b>	<b>78,3%</b>

O aumento do incumprimento mantém-se ainda nas classes de risco reduzido e risco moderado, sendo estratégia do Banco efectuar esforços de recuperação de modo a evitar que estas operações transitem para classes de risco superior, cujo peso na carteira de crédito do Banco ainda é pouco relevante.

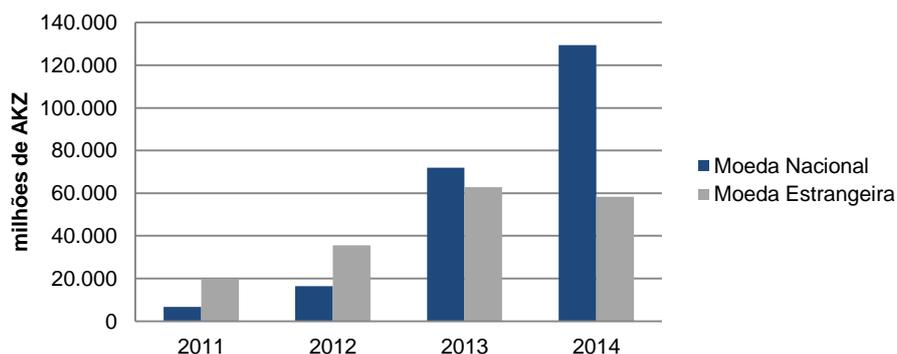
Tendo em conta o actual contexto económico, favorável ao crescimento do nível de incumprimento em toda a Banca, o Banco já reviu as suas políticas internas de aceitação de crédito no sentido de introduzir requisitos mais conservadores, nomeadamente ao nível da análise de risco dos clientes e das garantias recebidas, entre outros.

### Depósitos de clientes

O total do passivo também apresenta um crescimento significativo atingindo os AKZ 195.259 milhões no final de 2014, o que representa um aumento de 37% face ao ano anterior. Neste aumento destaca-se o crescimento dos depósitos de clientes, resultado de um esforço continuado do Banco na captação de recursos, em especial de empresas.

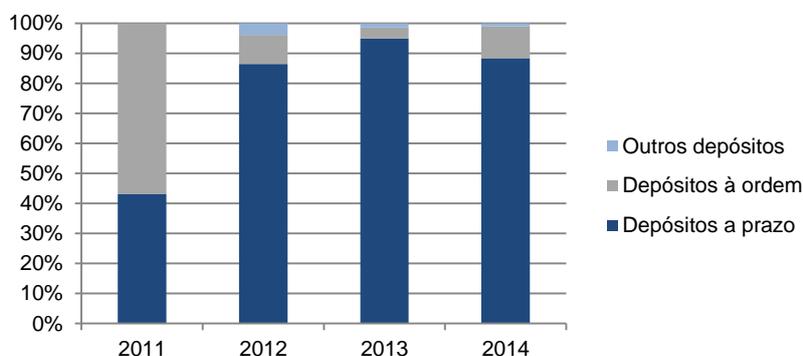
Em 2014 assistiu-se ao maior crescimento, tanto em termos absolutos como em termos percentuais, dos depósitos em moeda nacional, face àqueles em moeda estrangeira, devido sobretudo às alterações na legislação cambial em Angola que visam a “desdolarização” da economia. Os depósitos em moeda nacional ascenderam a AKZ 129.463 milhões.

Composição dos depósitos por moeda



A composição dos recursos de clientes em 31 de Dezembro de 2014 continuara a ser maioritariamente depósitos à ordem não remunerados, com o respectivo impacto positivo na margem financeira do Banco.

**Composição dos Depósitos de clientes**

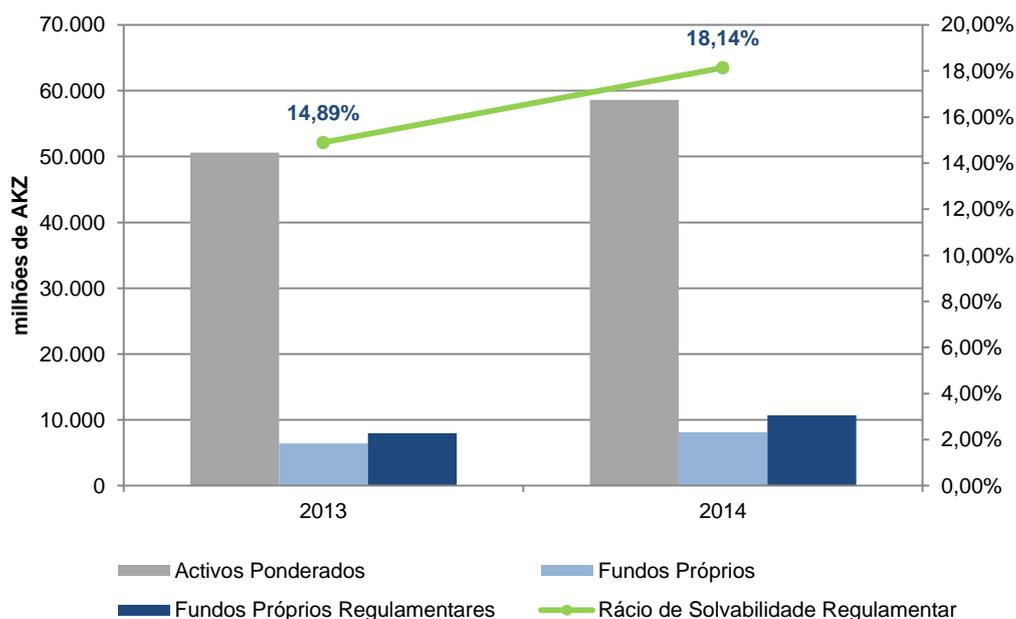


### Fundos Próprios

O total dos Fundos Próprios atingiu em 31 de Dezembro de 2014 os AKZ 8.110 milhões, o que representa um aumento de 26% face ao ano anterior, que se deve essencialmente ao resultado líquido positivo apresentado este ano no montante de AKZ 2.242 milhões.

O rácio de solvabilidade regulamentar, calculado de acordo com o Aviso nº 3/2011, era no final de 2014 de 18,14% (14,89% em 2013), muito acima do limite de solvabilidade exigido pelo Banco Nacional de Angola.

**Evolução do Rácio de Solvabilidade**



Análise da Demonstração de Resultados						
	AKZ			USD (Valores não auditados)		
	2014	2013	Variação	2014	2013	Variação
Margem financeira	7.016.312	2.836.342	147%	71.325	29.393	143%
Resultados de negociações e ajustes ao justo valor	62.491	(2.132)	-3031%	635	(22)	-2986%
Resultados de operações cambiais	4.176.585	2.948.873	42%	42.458	30.558	39%
Resultados de prestação de serviços financeiros	2.082.351	1.717.738	21%	21.169	17.800	19%
<b>Produto Bancário</b>	<b>13.337.739</b>	<b>7.500.821</b>	<b>78%</b>	<b>135.587</b>	<b>77.729</b>	<b>74%</b>
Gastos administrativos	(9.233.487)	(7.250.688)	27%	(93.865)	(75.137)	25%
Amortizações	(650.623)	(470.964)	38%	(6.614)	(4.880)	36%
Provisões	(983.779)	(549.381)	79%	(10.000)	(5.693)	76%
Outros proveitos e custos operacionais	(56.810)	(45.357)	100%	(578)	(470)	100%
<b>Resultado Operacionais</b>	<b>2.413.040</b>	<b>(815.569)</b>	<b>396%</b>	<b>24.530</b>	<b>(8.451)</b>	<b>390%</b>
Resultado não operacional	(46.485)	22.700	305%	(473)	235	301%
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>2.366.555</b>	<b>(792.869)</b>	<b>398%</b>	<b>24.057</b>	<b>(8.216)</b>	<b>393%</b>
Impostos sobre resultados	(124.501)	(246.461)	-49%	(1.264)	(2.554)	-51%
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>2.242.054</b>	<b>(1.039.330)</b>	<b>316%</b>	<b>22.793</b>	<b>(10.770)</b>	<b>312%</b>

(Valores expressos em milhares)

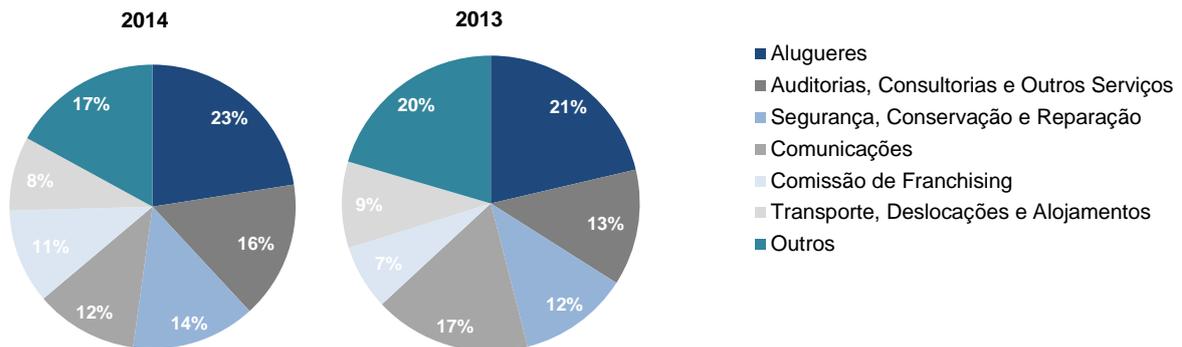
A demonstração de resultados do Banco evidencia o significativo crescimento em termos de actividade, quer actividade de Balanço, com a margem financeira a atingir os AKZ 7.016 milhões (147% acima de 2013), quer operações cambiais e prestação de serviços financeiros, com aumentos de 44% e 21%, respectivamente.

Evolução e composição da Margem Financeira				
	2011	2012	2013	2014
<b>Proveitos</b>	<b>984.932</b>	<b>2.125.657</b>	<b>4.677.901</b>	<b>7.651.602</b>
Proveitos de Aplicações de liquidez	30%	43%	10%	9%
Proveitos de títulos	53%	33%	21%	39%
Proveitos de crédito	18%	24%	70%	52%
<b>Custos</b>	<b>332.438</b>	<b>427.416</b>	<b>415.476</b>	<b>635.290</b>
Custos de depósitos	100%	100%	74%	80%
Custos de captações de liquidez	0%	0%	8%	0%
Custos de outras captações	0%	0%	17%	20%

Este forte desempenho em 2014 traduziu-se num ROE de 27,65%, que pode decompor-se da seguinte forma:

Contribuição para o ROE		
	2014	2013
Margem financeira	86,5%	44,2%
Resultados de negociações e ajustes ao justo valor	0,8%	0,0%
Resultados de operações cambiais	51,5%	45,9%
Resultados de prestação de serviços financeiros	25,7%	26,7%
<b>Produto Bancário</b>	<b>164,5%</b>	<b>116,8%</b>
Gastos administrativos	-113,9%	-112,9%
Amortizações	-8,0%	-7,3%
Provisões	-12,1%	-8,6%
Outros proveitos e custos operacionais	-0,7%	-0,7%
<b>Resultado Operacionais</b>	<b>29,8%</b>	<b>-12,7%</b>
Resultado não operacional	-0,6%	0,4%
Impostos sobre resultados	-1,5%	-3,8%
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>27,6%</b>	<b>-16,2%</b>

O produto bancário do Banco em 2014 atingiu os AKZ 13.338 milhões, evidenciando um crescimento de 78%. No entanto, o exercício de 2014 tendo sido o quarto ano completo de actividade do Banco, foi mantido o foco no investimento, de modo a dar continuidade ao plano de crescimento acelerado que se encontra em curso. Neste sentido, os gastos administrativos continuam a ser uma rubrica com peso relevante nos resultados do Banco, a qual teve um crescimento de 28% em 2013, cifrando-se nos AKZ 9.277 milhões.



No final do exercício de 2014, o Banco apresentou pela primeira vez um resultado líquido positivo que se fixou em AKZ 2.242 milhões, o que representa um crescimento de 316% em relação a 2013, tendo como principal factor o forte crescimento na actividade do Banco e a poupança verificada ao nível dos custos operacionais.



## Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com as suas obrigações estatutárias, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral a proposta de transferir os resultados líquidos de 2014 (no montante de AKZ 2.242.053.974,28) para Resultados Transitados.

Pelo Standard Bank Angola, SA



---

Dominic Bruynseels  
(Presidente do Conselho de Administração)



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

# Demonstrações Financeiras

---



## Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro 2014 e 2013

BALANÇO	Nota	AKZ		USD	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
<b>ACTIVO</b>					
Disponibilidades	4	52.276.979	31.113.533	508.234	318.726
Aplicações de liquidez		37.057.567	45.864.949	360.272	469.838
<i>Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro</i>	5	25.001.188	34.350.999	243.060	351.890
<i>Operações de compra de títulos com acordo de revenda</i>	5	12.056.379	11.513.950	117.212	117.948
Títulos e valores mobiliários		64.071.848	31.426.615	622.904	321.933
<i>Mantidos para negociação</i>	6	4.564.684	2.019.177	44.378	20.684
<i>Disponíveis para venda</i>	6	59.507.164	29.407.438	578.526	301.249
Créditos no sistema de pagamentos	7	1.597.901	182.713	15.535	1.872
Operações cambiais	8	28.610	5.979	278	61
Créditos		42.796.247	34.101.852	416.063	349.338
<i>Créditos</i>	9	44.276.129	34.677.371	430.450	355.234
<i>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</i>	9 e 16	(1.479.882)	(575.519)	(14.387)	(5.896)
Outros valores	10	2.505.485	2.630.603	24.358	26.946
Imobilizações		3.033.820	3.165.819	29.495	32.430
<i>Imobilizações financeiras</i>	11	44.290	44.290	431	454
<i>Imobilizações corpóreas</i>	12	1.995.895	2.018.304	19.404	20.675
<i>Imobilizações incorpóreas</i>	12	993.635	1.103.225	9.660	11.301
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>203.368.457</b>	<b>148.492.063</b>	<b>1.977.139</b>	<b>1.521.144</b>
<b>PASSIVO</b>					
Depósitos		187.806.996	134.737.361	1.825.848	1.380.244
<i>À ordem</i>	13	166.011.809	127.974.350	1.613.956	1.310.964
<i>A prazo</i>	13	19.940.742	4.820.758	193.863	49.384
<i>Outros depósitos</i>	13	1.854.445	1.942.253	18.029	19.896
Obrigações no sistema de pagamentos	7	766.383	691.349	7.451	7.082
Operações cambiais	8	6.473	2.971	63	30
Outras captações		3.559.831	3.920.673	34.608	40.163
<i>Dívidas subordinadas</i>	14	3.117.106	2.958.586	30.304	30.308
<i>Outras Captações Contratadas</i>	14	442.725	962.087	4.304	9.855
Outras obrigações	15	2.837.144	2.534.458	27.583	25.963
Provisões para responsabilidades prováveis	16	281.905	181.125	2.741	1.855
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>195.258.732</b>	<b>142.067.937</b>	<b>1.898.294</b>	<b>1.455.337</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>					
Capital	17	9.530.007	9.530.007	100.000	100.000
Reservas e Fundos	17	-	52.030	(5.758)	(896)
Resultados potenciais	17	(469.466)	86.989	(4.564)	891
Resultados transitados	17	(3.192.870)	(2.205.570)	(33.626)	(23.418)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	17	<b>2.242.054</b>	<b>(1.039.330)</b>	<b>22.793</b>	<b>(10.770)</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>		<b>8.109.725</b>	<b>6.424.126</b>	<b>78.845</b>	<b>65.807</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS</b>		<b>203.368.457</b>	<b>148.492.063</b>	<b>1.977.139</b>	<b>1.521.144</b>

## Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro 2014 e 2013

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Nota	AKZ		USD	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Proveitos de instrumentos financeiros activos		7.651.602	3.251.818	77.783	33.698
<i>Proveitos de Créditos</i>	19	3.973.967	1.825.735	40.398	18.920
<i>Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários</i>	19	3.008.088	965.570	30.579	10.006
<i>Proveitos de Aplicações de Liquidez</i>	19	669.547	460.513	6.806	4.772
Custos de instrumentos financeiros passivos		(635.290)	(415.476)	(6.458)	(4.305)
<i>Custos de Depósitos</i>	19	(510.926)	(309.039)	(5.194)	(3.202)
<i>Custos de Captações para Liquidez</i>	19	-	(34.693)	-	(360)
<i>Custos de Outras Captações</i>	19	(124.364)	(71.744)	(1.264)	(743)
<i>Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários</i>	19	-	-	-	-
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>7.016.312</b>	<b>2.836.342</b>	<b>71.325</b>	<b>29.393</b>
Resultados de negociação e ajuste ao justo valor	20	62.491	(2.132)	635	(22)
Resultados em operações cambiais	21	4.176.585	2.948.873	42.458	30.558
Resultado de prestação de serviços financeiros	22	2.082.351	1.717.738	21.169	17.800
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias	16	(905.693)	(338.898)	(9.207)	(3.512)
<b>RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>5.415.734</b>	<b>4.325.581</b>	<b>55.055</b>	<b>44.824</b>
Custos administrativos e de comercialização		(9.884.110)	(7.721.652)	(100.479)	(80.017)
<i>Pessoal</i>	23	(5.156.429)	(4.126.592)	(52.419)	(42.763)
<i>Fornecimento de terceiros</i>	24	(3.687.431)	(3.121.009)	(37.486)	(32.342)
<i>Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado</i>	25	(378.919)	-	(3.852)	-
<i>Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras</i>		(10.668)	(3.087)	(108)	(32)
<i>Outros custos administrativos e de comercialização</i>		(40)	-	-	-
<i>Depreciações e amortizações</i>	12	(650.623)	(470.964)	(6.614)	(4.880)
Provisões s/ outros valores e responsabilidades prováveis	16	(78.086)	(210.483)	(793)	(2.181)
Outros proveitos e custos operacionais	26	(56.810)	(45.357)	(578)	(470)
<b>PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(10.019.006)</b>	<b>(7.977.492)</b>	<b>(101.850)</b>	<b>(82.668)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>2.413.040</b>	<b>(815.569)</b>	<b>24.530</b>	<b>(8.451)</b>
Resultado não operacional	27	(46.485)	22.700	(473)	235
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS</b>		<b>2.366.555</b>	<b>(792.869)</b>	<b>24.057</b>	<b>(8.216)</b>
Impostos Correntes		-	-	-	-
Impostos Diferidos	28	(124.501)	(246.461)	(1.264)	(2.554)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.242.054</b>	<b>(1.039.330)</b>	<b>22.793</b>	<b>(10.770)</b>



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

### Demonstração de Mutações dos Fundos Próprios para os exercícios de 2014 e 2013

	AKZ					
	Capital social	Reservas e Fundos	Resultados potenciais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	9.530.007	52.030	63.145	(1.222.952)	(982.618)	7.439.612
Apropriação do resultado líquido de 2012	-	-	-	(982.618)	982.618	-
Variações do justo valor dos títulos disponíveis para venda	-	-	23.844	-	-	23.844
Resultado líquido do exercício de 2013	-	-	-	-	(1.039.330)	(1.039.330)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	9.530.007	52.030	86.989	(2.205.570)	(1.039.330)	6.424.126
Apropriação do resultado líquido de 2013	-	-	-	(1.039.330)	1.039.330	-
Variações do justo valor dos títulos disponíveis para venda	-	-	(556.455)	-	-	(556.455)
Transferência para Resultados transitados	-	(52.030)	-	52.030	-	-
Resultado líquido do exercício de 2014	-	-	-	-	2.242.054	2.242.054
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	9.530.007	-	(469.466)	(3.192.870)	2.242.054	8.109.725

	USD					
	Capital social	Reservas e Fundos	Resultados potenciais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	100.000	396	659	(13.118)	(10.300)	77.637
Apropriação do resultado líquido de 2012	-	-	-	(10.300)	10.300	-
Variações do justo valor dos títulos disponíveis para venda	-	-	232	-	-	232
Resultado líquido do exercício de 2013	-	-	-	-	(10.770)	(10.770)
Varição cambial	-	(1.292)	-	-	-	(1.292)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	100.000	(896)	891	(23.418)	(10.770)	65.807
Apropriação do resultado líquido de 2013	-	-	-	(10.770)	10.770	-
Variações do justo valor dos títulos disponíveis para venda	-	-	(5.455)	-	-	(5.455)
Resultado líquido do exercício de 2014	-	-	-	-	22.793	22.793
Transferência para Resultados transitados	-	(562)	-	562	-	-
Varição cambial	-	(4.300)	-	-	-	(4.300)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	100.000	(5.758)	(4.564)	(33.626)	22.793	78.845

## Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios de 2014 e 2013

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Recebimentos provenientes de:				
Proveitos de aplicações de liquidez	627.263	531.661	6.377	5.509
Proveitos de títulos e valores mobiliários	1.621.116	303.583	16.480	3.146
Proveitos de créditos	3.870.804	1.634.431	39.349	16.937
Pagamentos de:				
Custos de depósitos	( 456.913)	( 298.519)	( 4.645)	( 3.093)
Custos de captações para liquidez	-	( 34.693)	-	( 360)
Custos de dívidas subordinadas	( 123.084)	( 41.728)	( 1.251)	( 432)
MARGEM FINANCEIRA	5.539.186	2.094.735	56.310	21.707
Resultados de operações cambiais	4.157.456	2.907.818	42.263	25.170
Resultados de prestação de serviços financeiros	2.082.351	1.717.738	21.169	17.800
FLUXOS DE CAIXA DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	11.778.993	6.720.291	119.742	64.677
Pagamentos de custos administrativos e de comercialização	( 9.302.241)	( 7.296.044)	( 94.564)	( 75.607)
Pagamento de encargos sobre o resultado	-	( 36.114)	-	( 374)
Liquidação de operações no sistema de pagamentos	( 1.340.154)	1.495.933	( 13.624)	15.502
Liquidação de operações no sistema de pagamentos	( 56.810)	-	( 578)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS OPERAÇÕES	1.079.788	884.066	10.976	4.198
Investimentos em aplicações de liquidez	8.849.666	( 31.421.110)	89.963	(325.607)
Investimentos em títulos e valores mobiliários activos	( 32.000.264)	( 16.565.420)	( 325.305)	(171.662)
Investimentos em operações cambiais	-	( 5.979)	-	( 62)
Investimentos em créditos	( 9.495.595)	( 24.640.825)	( 96.529)	( 255.345)
Investimentos em outros valores	291.935	( 307.554)	2.968	( 3.187)
Investimentos em imobilizações	( 565.109)	( 1.154.561)	( 5.745)	( 11.964)
Outros ganhos e perdas não operacionais	-	22.700	-	235
FLUXOS DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS	( 32.919.367)	( 74.072.749)	( 334.648)	( 767.592)
Financiamentos com depósitos	53.015.622	82.704.514	538.941	857.041
Financiamentos com dívidas subordinadas	-	3.890.657	-	40.318
Financiamentos com operações cambiais	157.240	1.533	1.598	16
Financiamentos com outras captações	( 519.362)	305.524	( 5.280)	3.166
Financiamentos com outras obrigações	349.525	-	3.553	-
FLUXOS DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS	53.003.025	86.902.228	538.812	900.541
Variação cambial	-	-	( 25.632)	-
TOTAL DE FLUXOS DE CAIXA	21.163.446	13.713.545	189.508	137.147
Disponibilidades no início do exercício	31.113.533	17.399.988	318.726	181.579
Disponibilidades no fim do exercício	52.276.979	31.113.533	508.234	318.726
VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES	21.163.446	13.713.545	189.508	137.147



## **1. NOTA INTRODUTÓRIA**

O Standard Bank de Angola, S.A. (doravante também designado por “Banco” ou “SBA”), é um Banco de capitais privados com sede em Talatona, Luanda. O Banco foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola em 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional em 27 de Setembro de 2010.

O Banco tem como objectivo o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

No que se refere à estrutura accionista e conforme detalhado na Nota 17, o Banco é detido maioritariamente pelo Standard Bank da África do Sul em 51%. Na Nota 29 encontram-se detalhados os principais saldos e transacções com accionistas e outras entidades relacionadas.

## **2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **2.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras do Banco, são preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos pelo Banco de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), conforme definido no Instrutivo nº 09/07 de 19 de Setembro, do Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por “BNA”), e na Directiva n.º 04/DSI/2011, que estabelece a obrigatoriedade de adopção das normas internacionais de contabilidade IAS/IFRS em todas as matérias relacionadas com procedimentos e critérios contabilísticos que não se apresentem estabelecidos no CONTIF.

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de Março de 2015, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos das demonstrações financeiras agora apresentadas.

As demonstrações financeiras do Banco são expressas em milhares de Kwanzas Angolanos (AKZ), conforme Aviso nº 15/2007, art. 5º do BNA, tendo os activos e passivos denominados em moeda estrangeira sido convertidos para a moeda nacional, com base no câmbio indicativo publicado pelo BNA na data do balanço.



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os câmbios de AKZ face às divisas relevantes para a actividade do Banco eram os seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
USD	102,86	97,62
EUR	125,19	134,39
ZAR	8,88	9,31

Adicionalmente, o Conselho de Administração divulga as suas demonstrações financeiras em Dólares dos Estados Unidos. As demonstrações financeiras expressas em AKZ foram convertidas para USD para efeitos de apresentação através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

- i. Histórica: para as rubricas de capitais próprios;
- ii. De fecho: para a totalidade dos activos e passivos;
- iii. Média ponderada: para a demonstração de resultados de acordo com as seguintes taxas:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Taxa de encerramento	102,86	97,62
Taxa média ponderada	98,37	96,50

A diferença cambial resultante da conversão das demonstrações financeiras foi incluída na rubrica de Balanço "Reservas cambiais".

## 2.2. Políticas Contabilísticas

### 2.2.1 Princípio da Especialização dos Exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os proveitos são considerados realizados quando: a) nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou assumido firme compromisso de efectiva-lo; b) na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor igual ou maior; c) na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou d) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando: a) deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro; b) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou c) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

### 2.2.2 Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, excepto imobilizações financeiras, são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção.



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

As operações de compra e venda de moeda estrangeira, quando liquidadas na data da sua contratação, são registadas nas contas patrimoniais do Banco. Caso a liquidação seja posterior à data de contratação, as mesmas são adicionalmente registadas em contas extrapatrimoniais (nota 18).

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

### **Posição cambial à vista**

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA nessa data, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de resultados (Nota 21).

### **Posição cambial a prazo**

A posição cambial a prazo em cada moeda corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações (forwards de moeda) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, que representam o custo ou proveito ou o custo de reavaliação da posição cambial a prazo, é registada nas rubricas de “Operações cambiais” do activo ou do passivo (nota 8), por contrapartida de resultados (Nota 21).

## **2.2.3 Títulos e Valores Mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco, são registados pelo valor efectivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos. A Comissão Executiva do Banco determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial, numa das seguintes categorias, atendendo às características dos títulos e à sua intenção aquando da aquisição dos mesmos:

- i. Títulos mantidos para negociação;
- ii. Títulos disponíveis para venda;
- iii. Títulos mantidos até o vencimento.

Atendendo às suas características e intenção aquando da sua aquisição, os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco são classificados numa das seguintes categorias:

- i. Títulos mantidos para Negociação

Nesta categoria são registados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria são registados inicialmente pelo valor efectivamente pago. Posteriormente, são valorizados ao valor de mercado (justo valor), sendo a respectiva valorização ou desvalorização registada em contrapartida do resultado do exercício.



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

### ii. Títulos disponíveis para venda

Nesta categoria são registados os títulos adquiridos com o propósito de serem eventualmente negociados e, por consequência, não se enquadram nas demais categorias.

Os títulos e valores mobiliários classificados nesta categoria são registados inicialmente pelo valor efectivamente pago. Posteriormente, são ajustados pelo valor de mercado, sendo a respectiva valorização ou desvalorização registada em contrapartida da conta de fundos próprios, pelo valor líquido dos efeitos tributários, devendo ser transferidos para o resultado do período somente no momento da sua venda definitiva ou no reconhecimento de uma perda por imparidade.

O Banco classifica os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, observados os mesmos critérios definidos nas normas básicas de créditos, nos seguintes níveis de Risco:

- Nível A: Nulo
- Nível B: Muito reduzido
- Nível C: Reduzido
- Nível D: Moderado
- Nível E: Elevado
- Nível F: Muito elevado
- Nível G: Perda

### iii. Títulos mantidos até ao vencimento

Nesta categoria são registados os títulos e valores mobiliários para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira para os manter em carteira até à respectiva data de vencimento.

Os títulos mantidos até o vencimento são registados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o preço realizado e o respectivo valor contabilístico.

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento antes do resgate, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico.

A instituição não poderá classificar quaisquer títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até o vencimento se, durante o exercício económico corrente ou em algum dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes do seu vencimento, exceptuados os casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

## Valor de mercado

A metodologia utilizada pelo Banco para apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv) Preço definido pelo BNA.



## **Rendimentos de títulos e valores mobiliários**

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros auferidos pela fluência do prazo até ao vencimento ou dividendos declarados, são considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados.

## **Imparidade**

As perdas de carácter permanente em títulos e valores mobiliários são reconhecidas imediatamente no resultado do período, observado que o valor ajustado decorrente do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Essas perdas não são revertidas em exercícios posteriores.

## **Transferência de títulos entre categorias**

As transferências de uma categoria para outra somente poderão ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não pudesse ter sido razoavelmente antecipado, ocorrido após a data da classificação, devendo permanecer à disposição do BNA a documentação que servir de base para a reclassificação, devidamente acompanhada de exposição de motivos do Conselho de Administração do Banco.

A eventual transferência para categoria diversa deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira do Banco e ser efectuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

- 1) na hipótese de transferência da categoria de títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já registados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;
- 2) na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registados como componente destacado nos fundos próprios, devem ser reconhecidos no resultado do período:
  - i. imediatamente, quando para a categoria títulos para a negociação;
  - ii. em função do prazo remanescente até o vencimento, quando para a categoria títulos mantidos até o vencimento;
- 3) na hipótese de transferência da categoria mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos:
  - i. imediatamente no resultado do período, quando para a categoria títulos para a negociação;
  - ii. como componente destacado nos fundos próprios, quando para a categoria títulos disponíveis para a venda.

## **Operações de compra de títulos com acordo de revenda**

O Banco realiza operações de compra de liquidez temporária no mercado interfinanceiro com o BNA em que foram aplicados recursos recebendo Obrigações do Tesouro em garantia. Estas operações têm subjacente um acordo de revenda dos títulos numa data futura, por um preço previamente estabelecido entre as partes.

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, no activo na rubrica “Aplicações de liquidez – Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda”, sendo periodificado o valor de juros na mesma rubrica.



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

Os proveitos das operações de compra de títulos de terceiros com acordos de revenda, corresponde à diferença entre o valor da revenda e o valor da compra dos títulos. O reconhecimento do proveito foi realizado conforme o princípio da especialização em razão da fluência do prazo das operações na rubrica “Proveitos de instrumentos financeiros activos”.

### 2.2.4 Impostos sobre Lucros

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do número 1 do artigo 4.º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, sendo, actualmente, a taxa de imposto aplicável de 30%, de acordo com a referida Lei, a qual veio estabelecer um regime transitório na adopção do novo Código do Imposto Industrial.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2010 a 2014. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações financeiras.

#### Imposto corrente

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria colectável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto acima referida.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

O Imposto Industrial é objecto de liquidação provisória em três prestações iguais em Janeiro, Fevereiro e Março, tendo por base 75% do lucro tributável do exercício anterior.

#### Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais reportáveis dão também origem a impostos diferidos activos.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.



## **Reforma tributária**

No âmbito do processo da reforma tributária em curso, foi recentemente publicado em Diário da República um importante conjunto de novos diplomas fiscais, a par da introdução de alterações significativas em outros códigos já existentes e da sua consequente republicação, a saber:

- Código do Imposto Industrial (aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro);
- Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro);
- Código do Imposto do Selo (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/14, de 21 de Outubro);
- Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (Lei n.º 18/14, de 22 de Outubro);
- Código das Execuções Fiscais (aprovado pela Lei n.º 20/14, de 22 de Outubro);
- Código Geral Tributário (aprovado pela Lei n.º 21/14, de 22 de Outubro);
- Regime Fiscal dos Organismos de Investimento Colectivo (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/14, de 13 de Outubro).

Pela sua relevância, cumpre sublinhar a existência de um regime transitório que determina a aplicação da nova taxa de Imposto Industrial de 30% já ao exercício de 2014, conforme anteriormente referido, bem como a manutenção, para este mesmo exercício, das anteriores taxas de retenção na fonte sobre as empreitadas, subempreitadas e prestações de serviços em 3,5% e 5,25%, respectivamente.

### **2.2.5 Créditos**

Os créditos concedidos a clientes são activos financeiros inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades. A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos periodificados em resultados ao longo da vida das operações de crédito, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos são subsequentemente registados pelo seu valor inicial, líquido das amortizações e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As responsabilidades relativas a garantias e avales prestados e créditos documentários são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Desde a entrada em vigor do Aviso nº4/2011, de 8 de Junho, do BNA, posteriormente revogado pelo Aviso nº3/2012, de 28 de Março, do BNA, que as operações de crédito, por desembolso, são concedidas em moeda nacional para todas as entidades, com excepção do Estado e empresas com comprovadas receitas e recebimentos em moeda estrangeira, para as seguintes finalidades:

- Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;
- Financiamento automóvel;
- Empréstimo ao consumo;
- Adiantamento a depositantes ou descobertos;
- Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano).

As operações de crédito concedido a clientes, as garantias e avales prestados e os créditos documentários, são classificadas em função do seu risco e submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Aviso nº 3/2012, de 28 de Março, do BNA, que veio revogar o Aviso nº 4/2011, de 8 de Junho, do BNA, sobre a metodologia e classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respectivas provisões.

Nos termos do Aviso nº 3/2012, de 28 de Março, do BNA, o Banco classifica as operações de crédito concedido, as garantias e avales prestados e os créditos documentários por ordem crescente de risco, de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

As operações de crédito sem incumprimento são classificadas com base nos seguintes critérios definidos pelo Banco:

- Classe A:** Créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do SBA e / ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja igual ou superior ao valor das responsabilidades;
- Classe B:** Créditos com garantias reais; e
- Classe C:** restantes créditos incluindo operações apenas com garantia pessoal.

As operações de crédito que registam incumprimento são classificadas em função dos níveis de risco associados ao crédito vincendo e vencido de cada operação na data de referência das demonstrações financeiras, considerando para o efeito a classificação atribuída na fase de concessão de crédito e a antiguidade do incumprimento, respectivamente.

A classificação de cada operação de crédito é revista, no mínimo, anualmente, através de uma reafirmação/avaliação dos critérios que determinaram a sua classificação inicial: perfil económico e padrão comportamental do proponente/Cliente, e eventuais garantias associadas, bem como o seu tipo, qualidade e montante de cobertura.

A classificação de todos os créditos da carteira, ou daqueles cujos devedores actuem em determinado sector da actividade económica ou área geográfica, é revista sempre que o Comité de Risco de Crédito entenda que existe risco de alterações significativas na conjuntura económica afectarem o risco das suas operações.

Não obstante, o Banco revê mensalmente a classificação de cada crédito em função do atraso verificado no pagamento de parcela do capital ou dos encargos, observando-se que a classificação das operações de crédito a um mesmo Cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco (classificação por arrastamento).

As responsabilidades por garantias e avales são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.



## Provisões para crédito de cobrança duvidosa

A provisão para fazer face às perdas dos créditos, bem como de garantias prestadas, deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao produto decorrente da aplicação dos percentuais a seguir mencionados sobre o valor contabilístico de cada crédito, acrescido dos proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive daqueles decorrentes da variação cambial, se houver.

O crédito é classificado nos níveis de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de aprovisionamento calculados de acordo com o Aviso nº3/2012 de acordo com a tabela:

Nível Risco	Dias de Atraso
B	Atraso superior a 15 (quinze) e igual ou inferior a 30 (trinta) dias
C	Atraso superior a 30 (trinta) e igual ou inferior a 60 (sessenta) dias
D	Atraso superior a 60 (sessenta) e igual ou inferior a 90 (noventa) dias
E	Atraso superior a 90 (noventa) e igual ou inferior a 150 (cento e cinquenta) dias
F	Atraso superior a 150 (cento e cinquenta) e igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias
G	Atraso superior a 180 (cento e oitenta) dias

Para os créditos com prazo residual superior a 24 (vinte e quatro) meses é efectuada a contagem em dobro dos prazos previstos para a classificação do crédito em cada um dos respectivos de risco.

Os níveis mínimos de provisionamento são calculados de acordo com a seguinte tabela:

Nível de Risco	Provisão
A	0%
B	1%
C	3%
D	10%
E	20%
F	50%
G	100%

As provisões para crédito concedido à data do balanço são classificadas no activo a crédito, na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. As provisões para garantias e avales prestados e créditos documentários de importação são classificadas no passivo, na rubrica "Provisões para responsabilidades prováveis na prestação de garantias".

## Renegociação dos Créditos

Considera-se renegociação qualquer procedimento de alteração do prazo do contrato, o valor da prestação mensal, a taxa de juro ou a inclusão de períodos de carência.

O crédito objecto de renegociação é mantido durante 3 meses no mesmo nível de risco em que estiver classificado.



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

O crédito transferido para prejuízo e renegociado é registado na conta de crédito, pelo valor da renegociação, tendo como contrapartida a conta específica de provisão, e classificado na categoria G. A partir do registo referido, os proveitos são reconhecidos mensalmente.

Por ocasião da revisão mensal da classificação do risco, poderá ser efectuada a reclassificação do crédito renegociado para categoria de menor risco após 3 meses da data de renegociação, em função da regularidade e da relevância dos pagamentos efectuados em relação ao montante total da dívida.

### **Recuperação do Crédito**

No caso da recuperação do crédito anteriormente transferido para prejuízo, mediante pagamento em espécie, o valor recebido é reconhecido como proveito do período.

### **Apropriação de Proveitos**

Os juros associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados.

O Banco suspende o reconhecimento com proveitos dos juros dos contratos de créditos que apresentem atraso superior a 60 (sessenta) dias e não reconhece juros a partir dessa data, até ao momento em que o cliente regularize a situação.

## **2.2.6 Imobilizações Financeiras**

### Participações em coligadas e equiparadas

São consideradas participações em coligadas ou equiparadas, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante, sem controlá-la.

### Participações em outras sociedades

São consideradas participações em outras sociedades, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

As participações em outras sociedades são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

Os rendimentos decorrentes desses investimentos, relativos a dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período. As participações adquiridas com dividendos propostos e não pagos (ex-dividends) devem ter esses dividendos reconhecidos como custo de aquisição em contrapartida à respectiva conta no resultado do período.

Quando esta se encontra denominada em moeda estrangeira, é objecto de actualização cambial, sendo o resultado desta actualização cambial reflectido em rubrica específica nos fundos próprios.

### Outros investimentos

Esta rubrica inclui direitos de qualquer natureza não classificáveis nas demais rubricas do activo, nem em imobilizações corpóreas ou incorpóreas, tais como, património artístico.



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

### 2.2.7 Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios	50
Equipamento:	
· Mobiliário e material	10
· Máquinas e ferramentas	6 e 7
· Equipamento informático	3
· Instalações interiores	5
· Material de transporte	3
· Equipamento de segurança	10

Os investimentos, inclusive referentes a terrenos que se destinem a futura utilização para construção ou instalação, registam-se em Imobilizações em Curso.

### 2.2.8 Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, a gastos com trespasses, organização e expansão, benfeitorias em imóveis de terceiros e software, sempre que o Banco consiga demonstrar que os mesmos venham a gerar benefícios económicos futuros. Estas despesas são registadas pelo seu custo de aquisição e amortizadas linearmente por duodécimos ao longo de um período de três anos, com excepção das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, as quais são amortizadas conforme o prazo expectável de duração do contrato de arrendamento ou pela vida útil das mesmas, se inferior.

As imobilizações em curso, que correspondem, essencialmente, a desenvolvimento de Software, encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição e iniciarão a sua amortização a partir do momento em que se dê início à sua utilização pelo prazo de 3 anos.

### 2.2.9 Redução no Valor Recuperável de Activos (Imparidade)

O Banco avalia periodicamente os seus activos não financeiros, especialmente na ocasião da elaboração de demonstrações financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece, sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados.

- i. declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- ii. mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- iii. aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e conseqüente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- iv. valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- v. evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- vi. mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco;
- vii. Indicação de que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado

## **2.2.10 Provisões e Contingências**

### **Contingências passivas**

Caso o Banco tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas quando (i) o Banco tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo do Banco; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que o Banco tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

### **Contingências activas**

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas devem ser reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação inicial continua válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

## **2.2.11 Benefícios a colaboradores**

### **Responsabilidades com pensões de reforma**

A Lei nº 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei nº 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada à média dos salários ilíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto nº 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

De acordo com a Lei nº 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho, a compensação a pagar pelo Banco no caso de caducidade do contrato de trabalho por reforma do trabalhador determina-se multiplicando 25% do salário base mensal praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma pelo número de anos de antiguidade.

### **Remuneração variável paga aos colaboradores e administradores**

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de pagável no ano seguinte.



## **Provisão para férias e subsídio de férias**

A Lei Geral do Trabalho, em vigor em 31 de Dezembro de 2014, determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte.

### **2.2.12 Reserva de actualização monetária dos fundos próprios**

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do BNA sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso nº 10/2007, de 12 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor, mediante a correcção do valor contabilístico das contas de Imobilizações e dos Fundos Próprios.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na demonstração de resultados, por contrapartida da reserva de actualização monetária dos fundos próprios.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco não procedeu à actualização monetária das suas imobilizações financeiras e dos seus fundos próprios, em virtude da inflação verificada, bem como a evolução cambial que ocorreu ao longo do período, não perspectivarem que Angola pudesse ser considerada uma economia hiperinflacionária, nos termos do normativo em vigor.

### **2.2.13 Proveitos resultantes de serviços e comissões**

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma: a) rendimentos de serviços e comissões que resultam de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído; b) rendimentos de serviços e comissões reconhecidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

### **2.2.14 Resultado por acção**

O resultado por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação no exercício, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

### **2.2.15 Fluxos de caixa**

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas de caixa, disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em instituições financeiras.



### **3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incertezas contudo, não foram criadas reservas ocultas ou provisões excessivas ou, ainda, uma quantificação inadequada de activos e proveitos ou de passivos e custos.

O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese que resulte em menor património líquido, quando se apresentarem opções igualmente válidas diante dos demais princípios contabilísticos. Determina a adopção do menor valor para os componentes do activo e maior para os do passivo, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o património líquido.

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas áreas significativas de Outras Provisões e Impostos Correntes e Diferidos e Modelo de Valorização de Títulos e Valores Mobiliários.

#### 4. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
<b>Caixa</b>				
Notas e moedas nacionais	2.015.651	2.597.672	19.596	26.610
Notas e moedas estrangeiras	906.195	687.808	8.810	7.046
- Em Dólares dos Estados Unidos	791.855	538.368	7.698	5.515
- Em outras divisas	114.340	149.440	1.112	1.531
	<u>2.921.846</u>	<u>3.285.480</u>	<u>28.406</u>	<u>33.656</u>
<b>Disponibilidades no Banco Central</b>				
- Em moeda nacional	20.410.784	11.389.195	198.433	116.670
- Em Dólares dos Estados Unidos	9.676.829	9.768.402	94.078	100.067
	<u>30.087.613</u>	<u>21.157.597</u>	<u>292.511</u>	<u>216.737</u>
<b>Disponibilidades em outras instituições financeiras</b>				
- Em Dólares dos Estados Unidos	18.240.626	3.606.861	177.334	36.950
- Em outras divisas	1.026.894	3.063.595	9.983	31.383
	<u>19.267.520</u>	<u>6.670.456</u>	<u>187.317</u>	<u>68.333</u>
	<u>52.276.979</u>	<u>31.113.533</u>	<u>508.234</u>	<u>318.726</u>

As disponibilidades no Banco Central dizem respeito a reservas obrigatórias não remuneradas que visam cumprir o disposto no instrutivo nº 1/2014 de 12 de Fevereiro de 2014, do BNA que estabelece que as reservas obrigatórias devem ser constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem.

De acordo com este instrutivo, a exigibilidade para a base de incidência, em moeda nacional e estrangeira é de 12,5% e 15%, respectivamente, exceptuando os depósitos do Governo Local, em que se aplica uma taxa de 50% e Governo Central em que se aplica uma taxa de 100%.

As disponibilidades em outras instituições de crédito correspondem a depósitos à ordem não remunerados, denominados em moeda estrangeira e domiciliados em instituições de crédito fora do país.



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

### 5. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro				
Banco Central				
- Valor aplicado	25.000.000	14.111.340	243.048	144.556
- Juros a receber	1.188	289	12	3
Outras instituições financeiras				
- Valor aplicado	-	20.238.369	-	207.321
- Juros a receber	-	1.001	-	10
	<u>25.001.188</u>	<u>34.350.999</u>	<u>243.060</u>	<u>351.890</u>
Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda				
- Valor aplicado	12.000.000	11.499.957	116.664	117.805
- Juros a receber	56.379	13.993	548	143
	<u>12.056.379</u>	<u>11.513.950</u>	<u>117.212</u>	<u>117.948</u>
	<u>37.057.567</u>	<u>45.864.949</u>	<u>360.272</u>	<u>469.838</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda foram realizados com o BNA e venciam juros à taxa média anual de 4,9% e 2,68%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as aplicações de liquidez apresentavam o seguinte detalhe por prazos residuais de vencimento:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro				
Até um mês	25.001.188	34.345.510	243.060	351.834
Entre um e três meses	-	5.489	-	56
	<u>25.001.188</u>	<u>34.350.999</u>	<u>243.060</u>	<u>351.890</u>
Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda				
Até um mês	12.056.379	3.013.950	117.212	30.875
Entre um e três meses	-	8.500.000	-	87.073
	<u>12.056.379</u>	<u>11.513.950</u>	<u>117.212</u>	<u>117.948</u>
	<u>37.057.567</u>	<u>45.864.949</u>	<u>360.272</u>	<u>469.838</u>

## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro venciam juros às seguintes taxas médias anuais por moeda:

	AKZ		USD		Taxas médias	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Banco Central						
Kwanza	25.001.188	14.111.629	243.060	144.559	1,74%	0,75%
Outras instituições financeiras						
Dólar dos Estados Unidos	-	19.524.426	-	200.007	-	0,26%
Rand Sul Africano	-	558.720	-	5.724	-	4,70%
Euros	-	5.491	-	56	-	0,40%
Coroas Suecas	-	150.733	-	1.544	-	0,65%
	<u>25.001.188</u>	<u>34.350.999</u>	<u>243.060</u>	<u>351.890</u>		

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição por categorias, tipo, moedas e indexantes:

		2014							USD	
		AKZ			USD					
Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Ajuste do justo valor (Notas 17 e 20)	Valor de Balanço	Valor de Balanço	
Títulos e valores mobiliários										
<i>Mantidos para Negociação</i>										
- Obrigações do Tesouro	AKZ	USD	5,50%	4.679.821	4.380.946	47.742	77.363	58.633	4.564.684	44.378
<i>Disponíveis para Venda</i>										
- Bilhetes do Tesouro	AKZ	n.a.	n.a.	37.359.292	35.622.194	-	943.668	(387.588)	36.178.274	351.724
- Obrigações do Tesouro em moeda nacional	AKZ	Taxa fixa	7,08%	15.864.700	15.846.608	231.342	3.066	(133.254)	15.947.762	155.043
- Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	USD	Libor	3,08%	7.714.725	6.615.184	80.308	835.460	(149.824)	7.381.128	71.759
				60.938.717	58.083.986	311.650	1.782.194	(670.666)	59.507.164	578.526
				<u>65.618.538</u>	<u>62.464.932</u>	<u>359.392</u>	<u>1.859.557</u>	<u>(612.033)</u>	<u>64.071.848</u>	<u>622.904</u>
2013										
		AKZ			USD					
Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Ajuste do justo valor (Notas 17 e 20)	Valor de Balanço	Valor de Balanço	
Títulos e valores mobiliários										
<i>Mantidos para Negociação</i>										
- Obrigações do Tesouro	AKZ	USD	7,12%	1.972.176	1.972.168	50.857	10	(3.858)	2.019.177	20.684
<i>Disponíveis para Venda</i>										
- Títulos do Banco Central	AKZ	n.a.	n.a.	5.500.000	5.465.450	-	548	(1.247)	5.464.751	55.981
- Bilhetes do Tesouro	AKZ	n.a.	n.a.	7.621.459	7.486.275	-	34.424	(19.511)	7.501.188	76.842
- Obrigações do Tesouro emitidas fora do país	USD	Taxa fixa	7,00%	2.830.756	3.120.054	24.769	(32.022)	18.497	3.131.298	32.077
- Obrigações do Tesouro em moeda nacional	AKZ	Taxa fixa	7,06%	6.139.100	6.142.600	104.129	(490)	(6.836)	6.239.403	63.916
- Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	USD	Libor	3,14%	7.321.425	6.278.121	77.781	571.971	142.925	7.070.798	72.433
				29.412.740	28.492.500	206.679	574.431	133.828	29.407.438	301.249
				<u>31.384.916</u>	<u>30.464.668</u>	<u>257.536</u>	<u>574.441</u>	<u>129.970</u>	<u>31.426.615</u>	<u>321.933</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os títulos que compõem a carteira do Banco são na sua totalidade, títulos emitidos pelo BNA ou pelo Tesouro Angolano, classificados com o nível de risco A - Nulo. Esta política de investimento, centrada na rentabilidade e baixo risco, encontra-se em conformidade com os padrões de investimento do sistema bancário angolano.

Conforme descrito na Nota 2.2.3, o valor de mercado dos títulos corresponde ao valor líquido provável de realização, obtido com base num modelo interno de valorização.



## Demonstrações Financeiras

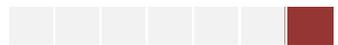
Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os títulos e valores mobiliários mantidos para negociação apresentavam a seguinte distribuição, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	AKZ				USD			
	2014		2013		2014		2013	
	Valor nominal	Valor de balanço	Valor nominal	Valor de balanço	Valor nominal	Valor de balanço	Valor nominal	Valor de balanço
Entre um e três meses	-	-	508.298	517.794	-	-	5.207	5.304
Entre três e seis meses	514.939	523.550	-	-	5.006	5.090	-	-
Entre seis meses e um ano	1.543.528	1.540.816	488.445	504.207	15.006	14.980	5.004	5.165
Entre um e cinco anos	2.621.354	2.500.318	975.433	997.176	25.485	24.308	9.992	10.215
	<u>4.679.821</u>	<u>4.564.684</u>	<u>1.972.176</u>	<u>2.019.177</u>	<u>45.497</u>	<u>44.378</u>	<u>20.203</u>	<u>20.684</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda apresentavam a seguinte distribuição, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2014		2013		2014		2013	
	Valor nominal	Valor de balanço	Valor nominal	Valor de balanço	Valor nominal	Valor de balanço	Valor nominal	Valor de balanço
	Até um mês	6.846.343	6.810.647	1.253.969	1.253.047	66.560	66.213	12.845
Entre um e três meses	8.000.000	7.884.817	8.500.000	8.443.331	77.776	76.656	87.072	86.492
Entre três e seis meses	6.380.460	6.191.940	2.000.000	1.952.454	62.031	60.198	20.488	20.001
Entre seis meses e um ano	24.667.251	23.856.565	1.367.490	1.317.107	239.814	231.932	14.008	13.492
Entre um e cinco anos	15.044.663	14.763.195	13.460.525	13.310.202	146.263	143.527	137.887	136.347
Superior a cinco anos	-	-	2.830.756	3.131.297	-	-	28.998	32.076
	<u>60.938.717</u>	<u>59.507.164</u>	<u>29.412.740</u>	<u>29.407.438</u>	<u>592.444</u>	<u>578.526</u>	<u>301.298</u>	<u>301.244</u>



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

### 7. CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
<b>Créditos no sistema de pagamentos:</b>				
Importação de divisas	1.543.615	-	15.007	-
Recursos de terceiros em trânsito	-	130.173	-	1.334
Compensação de cheques	33.499	-	326	-
Outras operações pendentes de liquidação	20.787	52.540	202	538
	<u>1.597.901</u>	<u>182.713</u>	<u>15.535</u>	<u>1.872</u>
<b>Obrigações no sistema de pagamentos:</b>				
Recursos de terceiros em trânsito				
Compensação de cheques	(654.771)	(390.470)	(6.366)	(4.000)
Outros	(60.377)	(54.326)	(587)	-
Relações com correspondentes	-	(35.487)	-	(364)
Outras operações pendentes de liquidação				
Compensação de cartões de crédito	(51.235)	(178.349)	(498)	(1.827)
Valores suspensos de operações de Leasing	-	(31.802)	-	(326)
Outros	-	(915)	-	(8)
	<u>(766.383)</u>	<u>(691.349)</u>	<u>(7.451)</u>	<u>(7.082)</u>
	<u>831.518</u>	<u>(508.636)</u>	<u>8.084</u>	<u>(5.210)</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Importação de divisas refere-se a uma operação em trânsito de importação de moeda estrangeira realizada no final do ano.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Compensação de Cheques” refere-se a cheques, incluindo cheques visados, a aguardar compensação.

### 8. OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
<b>Proveitos por Compra e Venda de Moedas Estrangeiras</b>				
De operações com entidades do Grupo	1.021	69	10	1
De operações com outras entidades	27.589	5.910	268	60
	<u>28.610</u>	<u>5.979</u>	<u>278</u>	<u>61</u>
<b>Custos por Compra e Venda de Moedas Estrangeiras</b>				
De operações com entidades do Grupo	(6.112)	(4)	(59)	-
De operações com outras entidades	(361)	(2.967)	(4)	(30)
	<u>(6.473)</u>	<u>(2.971)</u>	<u>(63)</u>	<u>(30)</u>
	<u>22.137</u>	<u>3.008</u>	<u>215</u>	<u>31</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica registou as operações de compra e venda de moeda a aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de 2015 e 2014, respectivamente.



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

### 9. CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Empréstimos				
Empresas	20.636.032	18.858.043	200.621	193.181
Particulares	739.913	685.653	7.193	7.024
Crédito em Conta Corrente				
Empresas	857.025	388.928	8.332	3.984
Descobertos				
Empresas	2.959.640	4.167.365	28.773	42.690
Particulares	83.165	132.532	809	1.358
Crédito ao Consumo				
Empresas	287.253	464.648	2.793	4.760
Particulares	13.371.498	7.739.660	129.997	79.285
Crédito à Habitação	1.220.692	941.177	11.868	9.641
Leasing				
Empresas	1.006.999	838.406	9.790	8.589
Particulares	92.234	2.939	897	30
Cartões de Crédito	200.132	67.842	1.946	695
Capital e juros vencidos	2.354.902	26.697	22.894	273
Proveitos a receber	466.644	363.481	4.537	3.724
	<u>44.276.129</u>	<u>34.677.371</u>	<u>430.450</u>	<u>355.234</u>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 16)	(1.479.882)	(575.519)	(14.387)	(5.896)
	<u>42.796.247</u>	<u>34.101.852</u>	<u>416.063</u>	<u>349.338</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, o conjunto dos vinte maiores clientes do Banco representava, aproximadamente, 60% do total da carteira de crédito (70% em 2013).

Em 31 de Dezembro de 2014, o crédito concedido a clientes vencia juros à taxa média anual de 15,41% para o crédito concedido em moeda nacional e de 11,43% para o crédito concedido em moeda estrangeira, respectivamente (31 de Dezembro de 2013: 12,77% em moeda nacional e 9,24% em moeda estrangeira).



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital e juros vencidos indicados no quadro anterior representam apenas o valor das prestações de capital e juros em atraso. O valor total das responsabilidades das operações com incumprimento é apresentado no quadro com a distribuição nos correspondentes níveis de risco.

Em 31 de Dezembro de 2014, o crédito concedido, excluindo o crédito e juros vencidos, inclui AKZ 268.421 milhares de crédito renegociado (AKZ 0 milhares em 31 de Dezembro de 2013). Em 31 de Dezembro de 2014, as provisões reconhecidas relativamente aos créditos renegociados em balanço ascendem a AKZ 51.596 milhares (AKZ 0 milhares em 31 de Dezembro de 2013).

Durante o exercício de 2014 e 2013 não ocorreram recuperações de contratos renegociados.

A carteira de crédito do Banco inclui contratos que resultaram de uma renegociação formal com os clientes em consequência de um reforço de garantia e/ou liquidação parcial do crédito, podendo implicar prorrogação do prazo de vencimento, redefinição do plano de pagamentos e/ou alteração da taxa de juro.

Os créditos renegociados são objecto de uma reavaliação periódica da sua classificação de risco, tendo em conta a regularidade e a relevância dos pagamentos efectuados, bem como as novas garantias apresentadas. (Nota 2.2.5).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido apresentava a seguinte composição por moeda:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Kwanza	25.318.496	15.152.036	246.145	155.217
Dólar Americano	18.957.633	19.525.335	184.305	200.017
	<u>44.276.129</u>	<u>34.677.371</u>	<u>430.450</u>	<u>355.234</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido apresentava a seguinte composição por tipo de taxa:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Taxa fixa	26.248.850	25.703.981	255.190	263.313
Taxa variável				
Libor	17.676.866	8.903.259	171.853	91.203
Luibor	350.413	70.131	3.407	718
	<u>44.276.129</u>	<u>34.677.371</u>	<u>430.450</u>	<u>355.234</u>

## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido, apresenta a seguinte composição por prazo residual de vencimento:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
À vista	9.890	406.131	96	4.160
Até três meses	2.493.628	586.064	24.243	6.004
Entre três e seis meses	659.629	772.730	6.413	7.916
Entre seis meses e um ano	5.856.649	867.970	56.938	8.891
Entre um e cinco anos	27.124.697	21.038.022	263.705	215.513
Mais de cinco anos	5.776.734	6.265.739	56.161	64.186
Indeterminado	2.354.902	4.740.715	22.894	48.564
	<u>44.276.129</u>	<u>34.677.371</u>	<u>430.450</u>	<u>355.234</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido apresentava a seguinte composição por sector de actividade:

	2014					
	AKZ			USD		
	Crédito vincendo	Crédito Vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito Vencido	Total
Particulares	15.932.658	183.451	16.116.109	154.897	1.784	156.681
Comércio por grosso	6.626.673	108.655	6.735.328	64.424	1.056	65.480
Indústria extractiva	7.020.702	-	7.020.702	68.255	-	68.255
Administração central	5.871.797	-	5.871.797	57.085	-	57.085
Construção	1.409.112	904.704	2.313.816	13.699	8.795	22.494
Indústrias alimentares e de bebidas	1.493.209	-	1.493.209	14.517	-	14.517
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	7.267	1.114.964	1.122.231	71	10.840	10.911
Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos	860.715	-	860.715	8.368	-	8.368
Actividades informáticas e conexas	202.769	-	202.769	1.971	-	1.971
Fabricação de produtos petrolíferos refinados	190.964	-	190.964	1.856	-	1.856
Outras	2.305.361	43.128	2.348.489	22.413	419	22.832
	<u>41.921.227</u>	<u>2.354.902</u>	<u>44.276.129</u>	<u>407.556</u>	<u>22.894</u>	<u>430.450</u>

	2013					
	AKZ			USD		
	Crédito vincendo	Crédito Vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito Vencido	Total
Particulares	9.664.271	26.697	9.690.968	99.005	273	99.278
Indústria extractiva	9.483.738	-	9.483.738	97.150	-	97.150
Administração central	5.213.553	-	5.213.553	53.407	-	53.407
Comércio por grosso	4.130.855	-	4.130.855	42.316	-	42.316
Construção	1.451.130	-	1.451.130	14.865	-	14.865
Fabricação de outros produtos minerais	1.055.389	-	1.055.389	10.811	-	10.811
Actividades auxiliares de intermediação financeira	870.255	-	870.255	8.915	-	8.915
Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos	857.054	-	857.054	8.779	-	8.779
Fabricação de produtos petrolíferos refinados	308.791	-	308.791	3.163	-	3.163
Indústrias alimentares e de bebidas	125.459	-	125.459	1.285	-	1.285
Pesca, aquacultura e actividades relacionadas	98.534	-	98.534	1.009	-	1.009
Outras actividades de serviços	1.391.645	-	1.391.645	14.256	-	14.256
	<u>34.650.674</u>	<u>26.697</u>	<u>34.677.371</u>	<u>354.961</u>	<u>273</u>	<u>355.234</u>

## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

A distribuição dos créditos, incluindo os respectivos juros a receber, por classe de risco e respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 era como segue:

2014							
	Taxa de Provisão	Operações regulares	AKZ			USD	
			Operações em incumprimento	Crédito total	Provisão Constituída	Crédito total	Provisão Constituída
					(Nota 16)	(Nota 16)	
Nível A - Nulo	0%	8.161.816	-	8.161.816	-	79.349	-
Nível B - Muito Reduzido	1%	6.652.267	-	6.652.267	66.523	64.673	647
Nível C - Reduzido	3%	26.455.015	1.234.297	27.689.312	830.679	269.193	8.075
Nível D - Moderado	10%	7.594	1.169.631	1.177.225	117.723	11.445	1.144
Nível E - Elevado	20%	3.714	143.635	147.349	29.470	1.433	287
Nível F - Muito Elevado	50%	2.562	22.785	25.347	12.674	246	123
Nível G - Risco de perda	100%	34.908	387.905	422.813	422.813	4.111	4.111
		<u>41.317.876</u>	<u>2.958.253</u>	<u>44.276.129</u>	<u>1.479.882</u>	<u>430.450</u>	<u>14.387</u>

2013							
	Taxa de Provisão	Operações regulares	AKZ			USD	
			Operações em incumprimento	Crédito total	Provisão Constituída	Crédito total	Provisão Constituída
					(Nota 16)	(Nota 16)	
Nível A - Nulo	0%	17.167.787	-	17.167.787	-	175.866	-
Nível B - Muito Reduzido	1%	1.107.099	-	1.107.099	11.071	11.341	113
Nível C - Reduzido	3%	16.129.138	127.712	16.256.850	487.705	166.534	4.996
Nível D - Moderado	10%	4.772	19.308	24.080	2.408	247	25
Nível E - Elevado	20%	4.911	42.729	47.640	9.528	488	98
Nível F - Muito Elevado	50%	2.154	16.063	18.217	9.109	187	93
Nível G - Risco de perda	100%	12.408	43.290	55.698	55.698	571	571
		<u>34.428.269</u>	<u>249.102</u>	<u>34.677.371</u>	<u>575.519</u>	<u>355.234</u>	<u>5.896</u>

De 31 de Dezembro de 2013 para 31 de Dezembro de 2014, a migração do risco dos tomadores de crédito pode ser apresentado como se segue:

2014										
	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F	Nível G	Abates	Liquidações	Total
2013	17,04%	4,84%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	27,62%	49,50%
Nível A	0,00%	0,00%	0,15%	3,04%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,19%
Nível B	0,08%	0,43%	38,15%	0,16%	0,50%	0,06%	0,73%	0,00%	6,78%	46,89%
Nível C	0,00%	0,00%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,00%	0,00%	0,07%
Nível D	0,00%	0,00%	0,02%	0,00%	0,01%	0,00%	0,10%	0,00%	0,01%	0,14%
Nível E	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,00%	0,00%	0,05%
Nível F	0,00%	0,00%	0,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,13%	0,00%	0,00%	0,16%
Nível G	17,12%	5,27%	38,37%	3,20%	0,51%	0,06%	1,06%	0,00%	34,41%	100,00%

2013										
	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F	Nível G	Abates	Liquidações	Total
2012	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	5,28%	5,28%
Nível A	8,32%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,68%	9,00%
Nível B	0,80%	4,50%	49,30%	0,15%	0,35%	0,16%	0,50%	0,05%	29,76%	85,57%
Nível C	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Nível D	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,08%	0,00%	0,01%	0,10%
Nível E	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,00%	0,05%
Nível F	9,12%	4,50%	49,31%	0,15%	0,35%	0,16%	0,58%	0,10%	35,73%	100,00%

Da análise da evolução do nível de risco dos tomadores de crédito, verificamos que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2013, no montante de AKZ 11.993.883 milhares, 34,41% foram liquidadas durante o exercício de 2014. As movimentações entre os níveis de risco indicam também que 55,33% não sofreram mudança de nível, 9,68% migraram para níveis de risco mais gravosos e apenas 0,58% das operações diminuiu de nível de risco.

Durante os exercícios de 2014 e 2013, o Banco efectuou um reforço líquido das provisões para crédito de liquidação duvidosa de AKZ 904.363 milhares e AKZ 341.932 milhares, respectivamente (Nota 16).

## 10. OUTROS VALORES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
<b>Créditos fiscais</b>				
Por diferenças temporárias (Nota 28)	259.632	-	2.524	-
Por prejuízos fiscais (Nota 28)	1.283.936	1.466.869	12.482	15.027
	<u>1.543.568</u>	<u>1.466.869</u>	<u>15.006</u>	<u>15.027</u>
<b>Outros valores de natureza administrativa e de comercialização</b>				
Rendas e Alugueres	306.334	549.271	2.978	5.627
Adiantamentos e antecipações Salariais	391.534	286.010	3.807	2.930
LISA School Certificates	80.083	46.750	779	479
Seguros	8.329	130.312	81	2.474
Economato	71.845	94.778	698	971
Outros	43.580	73.713	424	752
	<u>901.705</u>	<u>1.180.834</u>	<u>8.767</u>	<u>13.233</u>
<b>Outros valores de natureza cível</b>				
Devedores diversos	107.530	111.181	1.045	5.627
	<u>107.530</u>	<u>111.181</u>	<u>1.045</u>	<u>5.627</u>
<b>Proveitos diferidos</b>				
Comissões de acessoria financeira	-	6.500	-	67
Outros	-	2.655	-	27
	<u>-</u>	<u>9.155</u>	<u>-</u>	<u>94</u>
<b>Outros valores activos</b>	<u>2.552.803</u>	<u>2.768.039</u>	<u>24.818</u>	<u>28.354</u>
<b>Provisões Específicas para Perdas (Nota 16)</b>	(47.318)	(137.436)	(460)	(1.408)
	<u>2.505.485</u>	<u>2.630.603</u>	<u>24.358</u>	<u>26.946</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de créditos fiscais por prejuízos fiscais corresponde ao imposto diferido activo resultante dos benefícios decorrentes do artigo 23, ponto 1, alínea d) da Lei nº 18/92, de 3 de Julho, de acordo com o qual os prejuízos fiscais apurados pelo Banco poderão ser deduzidos em exercícios futuros (Nota 28).

## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

### 11. IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica inclui apenas a participação do Banco no capital da EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS), com sede em Luanda, a qual se encontra valorizada pelo custo de aquisição uma vez que o Banco detém uma participação inferior a 10% do capital votante.

A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços completares.

Adicionalmente, à data de emissão deste relatório ainda não se encontravam disponíveis as contas desta participada, referentes ao exercício de 2014.

Durante os exercícios de 2014 e 2013 esta entidade não distribuiu dividendos.

A última informação financeira disponível desta participada é a seguinte (valores em milhares de AKZ):

	Demonstrações financeiras da EMIS								
	Participação			2013			2012		
	%	Valor bruto	Valor de balanço	Activo Líquido	Fundos próprios	Resultado do exercício	Activo Líquido	Fundos próprios	Resultado do exercício
EMIS	1,97%	44.290	44.290	4.744.157	1.377.815	111.290	4.973.606	1.387.605	92.970

### 12. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS, CORPÓREAS E EM CURSO

Em 2014 e 2013, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

	31-12-2013			Aquisições	Abates	Amortizações abates	Transferências	Amortizações transferências	Amortizações do Exercício	31-12-2014		
	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido							Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
<b>Imobilizações Corpóreas</b>												
Imóveis de uso	825.877	-5.609	820.268	81.674	0	0	23.982	-14.621	-17.499	931.533	-37.729	893.804
Equip. Mobiliário e Material	520.745	-50.164	470.581	37.574	-10.160	2.007	53.200	-10.369	-83.289	606.359	-151.815	454.544
Equip. Informático	762.785	-465.573	297.212	121.005	-207.055	164.439	-116.461	92.246	-120.377	560.274	-329.265	231.009
Material de Transporte	83.109	-36.461	46.648	19.026	-11.420	8.894	0	0	-28.400	90.715	-55.967	34.748
Máquinas e Ferramentas	327.991	-34.148	293.843	144.371	-22.235	3.165	-13.653	1.218	-51.429	436.474	-81.194	355.280
Património artístico	2.249	0	2.249	10	0	0	0	0	-237	2.259	-237	2.022
Imobilizações corpóreas em curso	87.503	0	87.503	32.027	-41.236	0	-53.806	0	0	24.488	0	24.488
	<b>2.610.259</b>	<b>-591.955</b>	<b>2.018.304</b>	<b>435.687</b>	<b>-292.106</b>	<b>178.505</b>	<b>-101.738</b>	<b>68.474</b>	<b>-311.231</b>	<b>2.632.102</b>	<b>-656.207</b>	<b>1.995.895</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>												
Software	268.129	-75.960	192.169	67.165	-12.742	4.601	59.030	-44.033	-34.019	381.582	-149.411	232.171
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	1.131.883	-220.827	911.056	163.786	-95.435	39.503	42.708	-24.441	-305.373	1.242.942	-511.138	731.804
Gastos com desenvolvimento	0	0	0	29.660	0	0	0	0	0	29.660	0	29.660
	<b>1.400.012</b>	<b>-296.787</b>	<b>1.103.225</b>	<b>260.611</b>	<b>-108.177</b>	<b>44.104</b>	<b>101.738</b>	<b>-68.474</b>	<b>-339.392</b>	<b>1.654.184</b>	<b>-660.549</b>	<b>993.635</b>
	<b>4.010.271</b>	<b>-888.742</b>	<b>3.121.529</b>	<b>696.298</b>	<b>-400.283</b>	<b>222.609</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-650.623</b>	<b>4.306.286</b>	<b>-1.316.756</b>	<b>2.989.530</b>

	31-12-2012			Aquisições	Abates	Amortizações abates	Transferências	Amortizações transferências	Amortizações do Exercício	31-12-2013		
	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido							Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
<b>Imobilizações Corpóreas</b>												
Imóveis de uso	0	0	0	132.616	0	0	693.261	-5.609	0	825.877	-5.609	820.268
Equip. Mobiliário e Material	252.626	-81.028	171.598	209.999	-52.155	0	110.275	66.796	-36.932	520.745	-50.164	470.581
Equip. Informático	907.187	-626.209	280.978	148.026	0	0	-292.430	321.272	-160.636	762.785	-465.573	297.212
Material de Transporte	90.661	-55.603	35.058	30.732	0	0	-38.284	38.284	-19.142	83.109	-36.461	46.648
Máquinas e Ferramentas	182.005	-58.935	123.070	154.727	0	0	-8.741	49.787	-25.000	327.991	-34.148	293.843
Património artístico	0	0	0	2.249	0	0	0	0	0	2.249	0	2.249
Imobilizações corpóreas em curso	755.252	0	755.252	73.838	0	0	-741.587	0	0	87.503	0	87.503
	<b>2.187.731</b>	<b>-821.775</b>	<b>1.365.956</b>	<b>752.189</b>	<b>-52.155</b>	<b>0</b>	<b>-277.506</b>	<b>470.530</b>	<b>-240.710</b>	<b>2.610.259</b>	<b>-591.955</b>	<b>2.018.304</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>												
Software	0	0	0	116.750	0	0	151.379	-8.190	-67.770	268.129	-75.960	192.169
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	1.454.461	-388.462	1.065.999	358.286	-20.510	0	-660.354	330.119	-162.484	1.131.883	-220.827	911.056
Imobilizações incorpóreas em curso	5.978	0	5.978	0	0	0	-5.978	0	0	0	0	0
	<b>1.460.439</b>	<b>-388.462</b>	<b>1.071.977</b>	<b>475.036</b>	<b>-20.510</b>	<b>0</b>	<b>-514.953</b>	<b>321.929</b>	<b>-230.254</b>	<b>1.400.012</b>	<b>-296.787</b>	<b>1.103.225</b>
	<b>3.648.170</b>	<b>-1.210.237</b>	<b>2.437.933</b>	<b>1.227.225</b>	<b>-72.665</b>	<b>0</b>	<b>-792.459</b>	<b>792.459</b>	<b>-470.964</b>	<b>4.010.271</b>	<b>-888.742</b>	<b>3.121.529</b>

As transferências de 2013 dizem essencialmente respeito a agências anteriormente arrendadas que foram entretanto adquiridas pelo Banco.

### 13. DEPÓSITOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Depósitos à ordem				
Em moeda nacional	109.657.475	68.267.601	1.066.082	699.330
Em moeda estrangeira	56.354.334	59.706.749	547.874	611.634
	<u>166.011.809</u>	<u>127.974.350</u>	<u>1.613.956</u>	<u>1.310.964</u>
Depósitos a prazo				
Em moeda nacional	18.421.707	2.477.240	179.095	25.376
Em moeda estrangeira	1.445.213	2.323.709	14.050	23.804
Custos a pagar	73.822	19.809	718	204
	<u>19.940.742</u>	<u>4.820.758</u>	<u>193.863</u>	<u>49.384</u>
Outros depósitos				
Em moeda nacional	1.384.121	1.176.591	13.457	12.053
Em moeda estrangeira	470.324	765.662	4.572	7.843
	<u>1.854.445</u>	<u>1.942.253</u>	<u>18.029</u>	<u>19.896</u>
	<u>187.806.996</u>	<u>134.737.361</u>	<u>1.825.848</u>	<u>1.380.244</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros depósitos” refere-se a montantes depositados por clientes, que se encontram cativos para garantia de crédito concedido e cartas de crédito emitidas.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos a prazo em moeda nacional venciam juros a uma taxa média anual de 2,31% e 4,28% e os depósitos a prazo em moeda estrangeira venciam juros a uma taxa média anual de 0,23% e 0,40%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos apresentavam a seguinte distribuição por sector de actividade:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Prestação de serviços	111.214.695	50.504.296	1.081.222	517.364
Indústrias transformadoras	25.439.866	53.885.095	247.325	551.997
Comércio por grosso e retalho	12.600.208	6.339.973	122.499	64.946
Particulares	12.171.132	7.859.731	118.327	80.515
Construção	9.268.205	3.992.923	90.105	40.903
Indústrias extractivas	5.324.433	1.437.943	51.764	14.730
Actividades informáticas e conexas	2.374.874	2.725.015	23.088	27.915
Seguros, fundos de pensões	1.890.807	2.055.622	18.382	21.058
Aluguer de máquinas e de equipamentos	1.832.598	1.499.130	17.816	15.357
Intermediação financeira	1.807.715	511.502	17.575	5.240
Transportes	1.467.475	1.337.906	14.267	13.705
Organismos internacionais e outras instituições	1.185.255	630.657	11.523	6.460
Educação	993.541	1.490.165	9.659	15.265
Outros	236.192	467.403	2.296	4.789
	<u>187.806.996</u>	<u>134.737.361</u>	<u>1.825.848</u>	<u>1.380.244</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a totalidade dos depósitos a prazo de clientes, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	AKZ		AKZ		USD	
	2014	Montante	2013	Montante	2014	2013
	Taxa de juro média		Taxa de juro média		Montante	Montante
Kwanza	2,31%	18.495.402	4,28%	2.497.049	179.811	25.580
Dólar Americano	0,23%	1.445.340	0,40%	2.323.709	14.052	23.804
		<u>19.940.742</u>		<u>4.820.758</u>	<u>193.863</u>	<u>49.384</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos a prazo apresentavam a seguinte distribuição por prazo residual de maturidade:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Até três meses	8.925.607	3.857.866	86.774	39.520
Entre três e seis meses	10.829.090	321.645	105.280	3.295
Entre seis meses e um ano	157.780	630.260	1.534	6.456
Entre um e cinco anos	28.265	10.987	275	113
	<u>19.940.742</u>	<u>4.820.758</u>	<u>193.863</u>	<u>49.384</u>



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

### 14. OUTRAS CAPTAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Dívidas subordinadas				
Em moeda estrangeira	3.085.800	2.928.560	30.000	30.000
Custos a pagar	31.306	30.026	304	308
	<u>3.117.106</u>	<u>2.958.586</u>	<u>30.304</u>	<u>30.308</u>
Outras captações contratadas				
Em moeda nacional	34.649	-	337	-
Em moeda estrangeira	408.076	962.087	3.967	9.855
	<u>442.725</u>	<u>962.087</u>	<u>4.304</u>	<u>9.855</u>
	<u>3.559.831</u>	<u>3.920.673</u>	<u>34.608</u>	<u>40.163</u>

A dívida subordinada corresponde a USD 30 milhões de obrigações subordinadas emitidas em 23 de Abril de 2013 e adquiridas pelo accionista Standard Bank South Africa, S.A.. A dívida subordinada é remunerada à taxa de juro Libor e acrescida de um spread de 3,6% (4,6% a partir do quinto ano). A dívida subordinada tem um prazo de 10 anos com possibilidade de reembolso antecipado a partir do quinto aniversário.

Em 31 de Dezembro de 2014, as outras captações contratadas correspondem a descobertos em depósitos à ordem, não remunerados, domiciliados em instituições de crédito fora do país.

### 15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Obrigações fiscais				
Encargos fiscais próprios a pagar	187.446	11.260	1.822	115
Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiros	95.717	80.557	931	825
Impostos diferidos por diferenças temporárias (Nota 28)	-	46.839	-	480
Saldos com entidades relacionadas	1.046.879	1.163.732	10.178	11.921
Obrigações com pessoal	786.053	591.376	7.642	6.058
Custos administrativos e de comercialização a pagar	492.792	351.529	4.791	3.597
Fornecedores	76.846	174.333	747	1.790
Credores por recursos a liberar	60.050	-	584	-
Participações e contribuições sobre os resultados a pagar	44.766	68.921	435	706
Contribuição Segurança Social	21.143	21.233	206	218
Outros	25.452	24.678	247	253
	<u>2.837.144</u>	<u>2.534.458</u>	<u>27.583</u>	<u>25.963</u>





## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

## 17. FUNDOS PRÓPRIOS

### Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o capital social do Banco era composto por 1.000.000 acções com o valor nominal de USD 100 (equivalente a AKZ 9.530.007), integralmente subscritas e realizadas pelos accionistas.

	2014				2013	
	Número de acções	Valor nominal		%	Valor nominal	
		AKZ	USD		AKZ	USD
Standard Bank Group Limited	509.996	4.860.265	51.000	51%	4.860.265	51.000
AAA Activos, Lda.	490.000	4.669.703	49.000	49%	4.669.703	49.000
Outros accionistas	4	39	-	0%	39	-
	<u>1.000.000</u>	<u>9.530.007</u>	<u>100.000</u>	<u>100%</u>	<u>9.530.007</u>	<u>100.000</u>

### Reservas e Fundos

O Capital para constituição do Banco foi recebido pelo escritório de representação do Standard Bank em Angola, que fez a sua aplicação em títulos do Tesouro Nacional de Angola. A remuneração destes títulos foi reconhecida nesta rubrica no momento da constituição do Banco, uma vez que não se tratou de resultados da actividade do escritório de representação.

Durante o exercício de 2014, o Banco procedeu à reclassificação deste resultado para resultados transitados dado que resulta de resultados de exercícios anteriores.

### Resultados potenciais

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

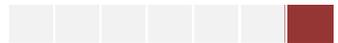
	AKZ			USD		
	Reservas de reavaliação dos títulos disponíveis para venda	Impostos diferidos (nota 28)	Total	Reservas de reavaliação dos títulos disponíveis para venda	Impostos diferidos (nota 28)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	97.146	(34.001)	63.145	1.014	(355)	659
Varição do valor de mercado (Nota 6)	36.682	(12.838)	23.844	376	(133)	243
Varição Cambial	-	-	-	(19)	8	(11)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	<u>133.828</u>	<u>(46.839)</u>	<u>86.989</u>	<u>1.371</u>	<u>(480)</u>	<u>891</u>
Varição do valor de mercado (Nota 6)	(804.494)	248.039	(556.455)	(7.821)	2.411	(5.410)
Varição Cambial	-	-	-	(70)	25	(45)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<u>(670.666)</u>	<u>201.200</u>	<u>(469.466)</u>	<u>(6.520)</u>	<u>1.956</u>	<u>(4.564)</u>

### Resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os resultados transitados correspondem à apropriação dos resultados dos exercícios anteriores.

### Resultados e dividendos por acção

Nos exercícios de 2014 e 2013, o resultado por acção em cada exercício, relativo ao lucro do ano anterior, foram os seguintes:



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Resultado do exercício (mAKZ)	2.242.054	(1.039.330)	22.793	(10.770)
Número de acções em circulação no exercício	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Resultados por acção (AKZ)	2.242	(1.039)	23	(11)

## 18. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Responsabilidades perante terceiros				
Garantias prestadas	899.672	1.995.346	8.747	21.206
Créditos documentários abertos	1.855.232	2.863.131	18.036	29.495
	<u>2.754.904</u>	<u>4.858.477</u>	<u>26.783</u>	<u>50.701</u>
Valor actual dos créditos				
Créditos mantidos no Activo (Nota 9)	44.276.129	34.677.371	430.450	355.234
Créditos transferidos para prejuízos	-	36.624	-	380
	<u>44.276.129</u>	<u>34.713.995</u>	<u>430.450</u>	<u>355.614</u>
Operações cambiais				
Compras de moedas estrangeiras a liquidar	3.427.697	3.008	33.324	31
Vendas de moedas estrangeiras a liquidar	(3.405.560)	(3.008)	(33.109)	(31)
	<u>22.137</u>	<u>-</u>	<u>215</u>	<u>-</u>

Em 2014 e 2013, as provisões para garantias prestadas ascendiam a AKZ 82.140 milhares e AKZ 80.810 milhares, respectivamente (Nota 16).

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco, estando relacionadas com garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contratos por parte de clientes do Banco. As garantias prestadas representam valores que podem ser exigíveis no futuro.

Os créditos documentários abertos são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

## 19. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica pode detalhar-se como segue:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Proveitos de Instrumentos Financeiros				
Proveitos de Aplicações de Liquidez				
De Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	632.514	224.928	6.430	2.331
De Operações de Compra de Títulos com Acordo de Revenda	37.033	235.585	376	2.441
	<u>669.547</u>	<u>460.513</u>	<u>6.806</u>	<u>4.772</u>
De Títulos e Valores Mobiliários				
Mantidos para Negociação	338.337	135.459	3.439	1.404
Disponíveis para Venda	2.669.751	830.111	27.140	8.602
	<u>3.008.088</u>	<u>965.570</u>	<u>30.579</u>	<u>10.006</u>
De Créditos	3.973.967	1.825.735	40.398	18.920
	<u>7.651.602</u>	<u>3.251.818</u>	<u>77.783</u>	<u>33.698</u>
Custos de Instrumentos Financeiros				
Custos de Depósitos	(510.926)	(309.039)	(5.194)	(3.202)
Custos de Captações para Liquidez	-	(34.693)	-	(360)
Custos de Outras Captações	(124.364)	(71.744)	(1.264)	(743)
	<u>(635.290)</u>	<u>(415.476)</u>	<u>(6.458)</u>	<u>(4.305)</u>
	<u>7.016.312</u>	<u>2.836.342</u>	<u>71.325</u>	<u>29.393</u>

## 20. RESULTADOS DE NEGOCIAÇÕES E AJUSTES AO JUSTO VALOR

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo desta rubrica incluía AKZ 62.491 milhares relativos ao aumento do justo valor dos títulos mantidos para negociação. A 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica incluía AOA 2.132 milhares relativos à diminuição do justo valor dos títulos mantidos para negociação.

## 21. RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica pode detalhar-se como segue:

	AKZ						USD	
	2014			2013			2014	2013
	Lucro	Prejuízo	Líquido	Lucro	Prejuízo	Líquido	Líquido	Líquido
Resultados de operações de compra e venda de moeda	9.791.934	(5.311.072)	4.480.862	4.219.358	(1.734.012)	2.485.346	45.551	25.755
Resultados da reavaliação de activos e passivos	1.793.026	(2.097.303)	(304.277)	463.527	-	463.527	(3.093)	4.803
	<u>11.584.960</u>	<u>(7.408.375)</u>	<u>4.176.585</u>	<u>4.682.885</u>	<u>(1.734.012)</u>	<u>2.948.873</u>	<u>42.458</u>	<u>30.558</u>

## 22. RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica pode detalhar-se como segue:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Proveitos de prestação de serviços				
Por transferências	491.198	349.539	4.993	3.622
Por operações de crédito	403.524	326.687	4.102	3.385
Por mediação	337.841	252.666	3.434	2.618
Por consultoria financeira	270.314	131.693	2.748	1.365
Por levantamentos	133.144	113.642	1.354	1.178
Por compensação electrónica	129.164	125.192	1.313	1.297
Por manutenção de conta	122.825	26.054	1.249	270
Por créditos documentários	92.126	143.668	937	1.489
Por operações cambiais	88.261	85.078	897	882
Por reembolso de despesas	78.824	91.132	801	944
Por emissão de cheques	36.273	16.163	369	167
Por garantias prestadas	7.771	45.521	79	472
Por compromissos com terceiros	-	19.199	-	199
Outras	24.720	20.067	251	208
	<u>2.215.985</u>	<u>1.746.301</u>	<u>22.527</u>	<u>18.096</u>
Custos de comissões, corretagens e custódias	(133.634)	(28.563)	(1.358)	(296)
	<u>2.082.351</u>	<u>1.717.738</u>	<u>21.169</u>	<u>17.800</u>



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

### 23. PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica pode detalhar-se como segue:

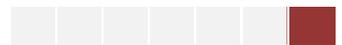
	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Custos indirectos	306.202	78.209	3.113	810
Salários e subsídios	4.025.469	3.383.325	40.922	35.060
Pensões e reformas	197.179	172.650	2.004	1.789
Bónus de performance	612.548	492.330	6.227	5.102
Outros	15.031	78	153	2
Custos directos	4.850.227	4.048.383	49.306	41.953
	<u>5.156.429</u>	<u>4.126.592</u>	<u>52.419</u>	<u>42.763</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Salários e subsídios” inclui diversos subsídios atribuídos aos colaboradores, nomeadamente subsídio de alojamento no montante de AKZ 308.773 milhares e AKZ 281.479 milhares, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o número de trabalhadores do Banco corresponde a 508 e 498, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os colaboradores dividiam-se nas seguintes categorias profissionais:

	2014	2013
Executivo de topo	-	1
Director	16	18
Coordenador	174	179
Técnico	300	293
Administrativo	18	7
Total	<u>508</u>	<u>498</u>



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

### 24. FORNECIMENTOS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica pode detalhar-se como segue:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Alugueres	830.165	665.399	8.439	6.895
Auditorias, Consultorias e Outros Serviços	576.497	396.813	5.860	4.112
Segurança, Conservação e Reparação	517.341	373.987	5.259	3.876
Comunicações	428.302	531.614	4.354	5.509
Comissão de Franchising	396.822	221.037	4.034	2.291
Transporte, Deslocações e Alojamentos	311.704	294.793	3.169	3.055
Seguros	165.908	138.428	1.687	1.434
Materiais diversos	148.922	200.172	1.514	2.074
Publicações, Publicidade e Propaganda	128.696	178.807	1.308	1.853
Água e Energia	42.495	23.854	432	247
Outros Fornecimentos de Terceiros	140.579	96.105	1.430	996
	<u>3.687.431</u>	<u>3.121.009</u>	<u>37.486</u>	<u>32.342</u>

### 25. IMPOSTOS E TAXAS NÃO INCIDENTES SOBRE O RESULTADO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
IAC	341.623	-	3.473	-
Imposto selo	30.241	-	307	-
Imposto Predial Urbano sobre imóveis próprios	7.055	-	72	-
	<u>378.919</u>	<u>-</u>	<u>3.852</u>	<u>-</u>

A 31 de Dezembro de 2013, estes impostos foram registados na rubrica Imposto sobre o rendimento.



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

### 26. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica pode detalhar-se como segue:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Outros proveitos	40.314	1.100	410	11
Outros custos				
Perdas operacionais	(64.699)	(43.364)	(658)	(449)
Custos de processamento	(13.980)	(3.093)	(142)	(32)
Custos diversos	(18.445)	-	(188)	-
	<u>(97.124)</u>	<u>(46.457)</u>	<u>(988)</u>	<u>(481)</u>
	<u>(56.810)</u>	<u>(45.357)</u>	<u>(578)</u>	<u>(470)</u>

### 27. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Em 31 de Dezembro de 2014, os resultados não operacionais referem-se a perdas relacionadas com abate de imobilizações.

No decorrer do exercício de 2013, o Banco procedeu à inventariação da totalidade dos bens que compõem o seu imobilizado. No decurso deste trabalho, o qual contou com o apoio de uma empresa de consultoria externa, foram identificados e regularizados bens que, pela sua natureza, correspondem a imobilizado corpóreo e cujas facturas foram reconhecidas anteriormente como custos do Banco. A referida regularização, no montante de AKZ 22.700 milhares foi efectuada na rubrica contabilística “Ganhos e perdas nas imobilizações”.

### 28. IMPOSTOS

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do número 1 do artigo 4.º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, sendo, actualmente, a taxa de imposto aplicável de 30%, de acordo com a referida Lei, a qual veio estabelecer um regime transitório na adopção do novo Código do Imposto Industrial.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
Impostos sobre o Resultado				
Corrente	-	47.374	-	491
Diferido	124.501	199.087	1.264	2.063
	<u>124.501</u>	<u>246.461</u>	<u>1.264</u>	<u>2.554</u>

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 podem ser analisados como segue:

	AKZ			
	Activo		Passivo	
	2014	2013	2014	2013
Títulos e valores mobiliários	201.200	-	-	46.839
Prejuízos fiscais reportáveis	1.283.936	1.466.869	-	-
Provisões	58.432	-	-	-
<b>Imposto diferido ativo/(passivo) (Nota 10)</b>	<b>1.543.568</b>	<b>1.466.869</b>	<b>-</b>	<b>46.839</b>

O Banco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros fiscais futuros tributáveis.

Em 2013, o Banco efectuou a reversão do imposto diferido activo relativo ao prejuízo fiscal de 2011 uma vez que não era expectável gerar em 2014 lucro tributável suficiente para absorver os referidos prejuízos fiscais.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	AKZ		USD	
	2014	2013	2014	2013
<b>Saldo inicial</b>	1.420.030	1.631.955	13.805	16.717
Reconhecido em resultados	(124.501)	(199.087)	(1.210)	(2.039)
Reconhecido em reservas de justo valor (Nota 17)	248.039	(12.838)	2.411	(132)
<b>Saldo final (Activo / (Passivo))</b>	<b>1.543.568</b>	<b>1.420.030</b>	<b>15.006</b>	<b>14.546</b>

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2014 e 2013 teve as seguintes origens:

	AKZ			
	2014		2013	
	Reconhecido em resultados (Nota 10)	Reconhecido em reservas (Nota 17)	Reconhecido em resultados (Nota 10)	Reconhecido em reservas (Nota 17)
Títulos e valores mobiliários	-	248.039	-	12.838
Prejuízos fiscais reportáveis	182.933	-	199.087	-
Provisões	(58.432)	-	-	-
<b>Imposto Diferido</b>	<b>124.501</b>	<b>248.039</b>	<b>199.087</b>	<b>12.838</b>
Imposto Corrente	-	-	-	-
<b>Total do imposto reconhecido (proveito) / custo</b>	<b>124.501</b>	<b>248.039</b>	<b>199.087</b>	<b>12.838</b>

	USD			
	2014		2013	
	Reconhecido em resultados (Nota 10)	Reconhecido em reservas (Nota 17)	Reconhecido em resultados (Nota 10)	Reconhecido em reservas (Nota 17)
Títulos e valores mobiliários	-	2.411	-	133
Prejuízos fiscais reportáveis	1.858	-	2.063	-
Provisões	(594)	-	-	-
<b>Imposto Diferido</b>	<b>1.264</b>	<b>2.411</b>	<b>2.063</b>	<b>133</b>
Imposto Corrente	-	-	-	-
<b>Total do imposto reconhecido (proveito) / custo</b>	<b>1.264</b>	<b>2.411</b>	<b>2.063</b>	<b>133</b>

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	2014		2013	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultados antes de impostos		2.366.555		(792.869)
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	30,0%	709.967	35,0%	(277.504)
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-37,3%	(883.753)	34,1%	(270.556)
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	0,1%	3.212	0,0%	7
Efeito da alteração da taxa nos impostos diferidos	8,9%	209.553	0,0%	-
Reversão de imposto diferido activo sobre prejuízos fiscais	0,0%	-	-94,2%	747.140
Impostos sobre aplicação de capitais	4,3%	102.488	-6,0%	47.374
Outros	-0,7%	(16.966)	0,0%	-
	5,3%	<u>124.501</u>	-31,1%	<u>246.461</u>

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar. Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Ano	Base	Imposto	Ano de caducidade
2012	2.618.334.890	785.500.467	2015
2013	1.418.988.807	425.696.642	2016
2014	242.465.096	72.739.529	2017

## 29. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas são os seguintes:

	AKZ		USD		
	31.12.2014		31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas			
<b>ACTIVO</b>					
Disponibilidades					
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	1.997.053	518.707	19.415	5.314
<i>Standard Bank Maurícias</i>	-	69	856	1	9
<i>Stanbic Ibtz Bank Plc</i>	-	279	287	3	3
<i>Standard Bank Namibia</i>	-	-	18	-	-
Aplicações de Liquidez					
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	-	18.553.632	-	190.063
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	-	558.720	-	5.724
Operações cambiais					
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	1.022	69	10	1
	-	1.998.423	19.632.289	19.429	201.114
<b>PASSIVO</b>					
Depósitos					
<i>AAA Activos, Lda</i>	55.632	-	40.995	541	430
<i>AAA Seguros, SA</i>	-	5.307	38.074	52	400
Outras captações					
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	3.117.106	2.958.586	-	31.051
<i>Standard Bank Namibia</i>	-	309	-	-	-
<i>Standard Bank London</i>	-	35.532	-	-	-
Operações cambiais					
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	6.112	4	59	-
Outras Rubricas do Passivo					
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	1.046.879	1.163.732	10.178	12.214
	55.632	4.211.245	4.201.391	10.830	44.094



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

	AKZ			USD	
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
<b>RESULTADOS</b>					
Proveitos de Aplicações de Liquidez					
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	-	56.114	-	581
<i>Standard Bank South Mauritius</i>	-	-	15.136	-	157
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	37.033	14.399	376	149
Custos de Captações para Liquidez					
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	-	(690)	-	(7)
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	-	(5)	-	-
Custos de Outras Captações					
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(124.364)	(71.744)	(1.264)	(743)
Proveitos de Prestação de Serviços					
AAA Activos, Lda	-	-	583	-	6
AAA Seguros, SA	-	-	62	-	1
Custos de comissões, corretagens e custódias					
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(12.182)			
Resultados de Operações Cambiais					
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(5.156)			
Fornecimentos de terceiros					
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(448.223)	(377.330)	(4.557)	(3.910)
AAA Activos, Lda	-	(62.558)	(85.080)	(636)	(882)
<i>Standard Bank - Moçambique</i>	-	(13.464)	(1.867)	(137)	(19)
<i>CFC Stanbic Bank</i>	-	-	(283)	-	(3)
	-	(628.914)	(450.705)	(6.218)	(4.670)



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

### 30. BALANCETE POR MOEDA

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

	2014				2013			
	AKZ	USD	Outros	Total	AKZ	USD	Outros	Total
<b>ACTIVO</b>								
Disponibilidades	22.426.435	28.709.310	1.141.234	52.276.979	13.986.867	14.876.375	2.250.291	31.113.533
Aplicações de liquidez								
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	25.001.188	-	-	25.001.188	14.117.120	19.524.426	709.453	34.350.999
Operações de compra de títulos com acordo de revenda	12.056.379	-	-	12.056.379	11.513.950	-	-	11.513.950
Títulos e valores mobiliários								
Mantidos para negociação	4.564.684	-	-	4.564.684	2.019.177	-	-	2.019.177
Disponíveis para venda	52.126.036	7.381.128	-	59.507.164	19.205.342	10.202.096	-	29.407.438
Créditos no sistema de pagamentos	54.956	1.542.945	-	1.597.901	182.713	-	-	182.713
Operações cambiais	13.784	12.007	2.819	28.610	5.979	-	-	-
Créditos	23.838.614	18.957.633	-	42.796.247	14.576.517	19.525.335	-	34.101.852
Outros valores	2.505.485	-	-	2.505.485	2.630.603	-	-	2.630.603
Imobilizações								
Imobilizações financeiras	44.290	-	-	44.290	44.290	-	-	44.290
Imobilizações corpóreas	1.995.895	-	-	1.995.895	2.018.304	-	-	2.018.304
Imobilizações incorpóreas	993.635	-	-	993.635	1.103.225	-	-	1.103.225
<b>Total de activo</b>	<b>145.621.381</b>	<b>56.603.023</b>	<b>1.144.053</b>	<b>203.368.457</b>	<b>81.404.087</b>	<b>64.128.232</b>	<b>2.959.744</b>	<b>148.486.084</b>
<b>PASSIVO</b>								
Depósitos								
À ordem	109.657.475	55.421.978	932.356	166.011.809	68.267.601	57.470.801	2.235.948	127.974.350
A prazo	18.495.402	1.445.340	-	19.940.742	2.495.063	2.325.695	-	4.820.758
Outros depósitos	1.384.121	470.324	-	1.854.445	1.176.591	765.662	-	1.942.253
Obrigações no sistema de pagamentos	765.324	1.059	-	766.383	691.349	-	-	691.349
Operações cambiais	4.604	1.361	508	6.473	2.971	-	-	2.971
Outras captações	34.649	3.117.989	407.193	3.559.831	-	3.920.115	558	3.920.673
Outras obrigações	1.962.605	79.176	795.363	2.837.144	2.534.458	-	-	2.534.458
Provisões para responsabilidades prováveis	281.905	-	-	281.905	181.125	-	-	181.125
<b>Total do passivo</b>	<b>132.586.085</b>	<b>60.537.227</b>	<b>2.135.420</b>	<b>195.258.732</b>	<b>75.349.158</b>	<b>64.482.273</b>	<b>2.236.506</b>	<b>142.067.937</b>
Activo/(Passivo) líquido	13.035.296	(3.934.204)	(991.367)	8.109.725	6.054.929	(354.041)	723.238	6.418.147

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2014 que justifiquem ajustamentos ou divulgação adicional nas Notas às demonstrações financeiras.



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

# Relatório de Auditoria

---





## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado



**KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.**  
Rua do Assalto ao Quartel de Moncada, nº15 - 2º  
Luanda - Angola

Telefone: +244 227 28 01 01  
Fax: +244 227 28 01 19

### Relatório do Auditor Independente

#### **Aos Accionistas do Standard Bank de Angola, S.A.**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Standard Bank de Angola, S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 203.368.457 milhares de AKZ e um total de fundos próprios de 8.109.725 milhares de AKZ, incluindo um resultado líquido de 2.242.054 milhares de AKZ), a demonstração de resultados, a demonstração de mutações nos fundos próprios e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

#### **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras**

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com as os princípios estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (“CONTIF”) e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola (“BNA”), e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

#### **Responsabilidade do Auditor**

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.



## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado



### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Standard Bank de Angola, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2014 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios estabelecidos no CONTIF e outras disposições emitidas pelo BNA.

### Outros Assuntos

Chamamos a atenção para o facto de que as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2013, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outro perito contabilista, que emitiu um Relatório do Auditor Independente datada de 24 de Março de 2014, sem reservas e sem ênfases.

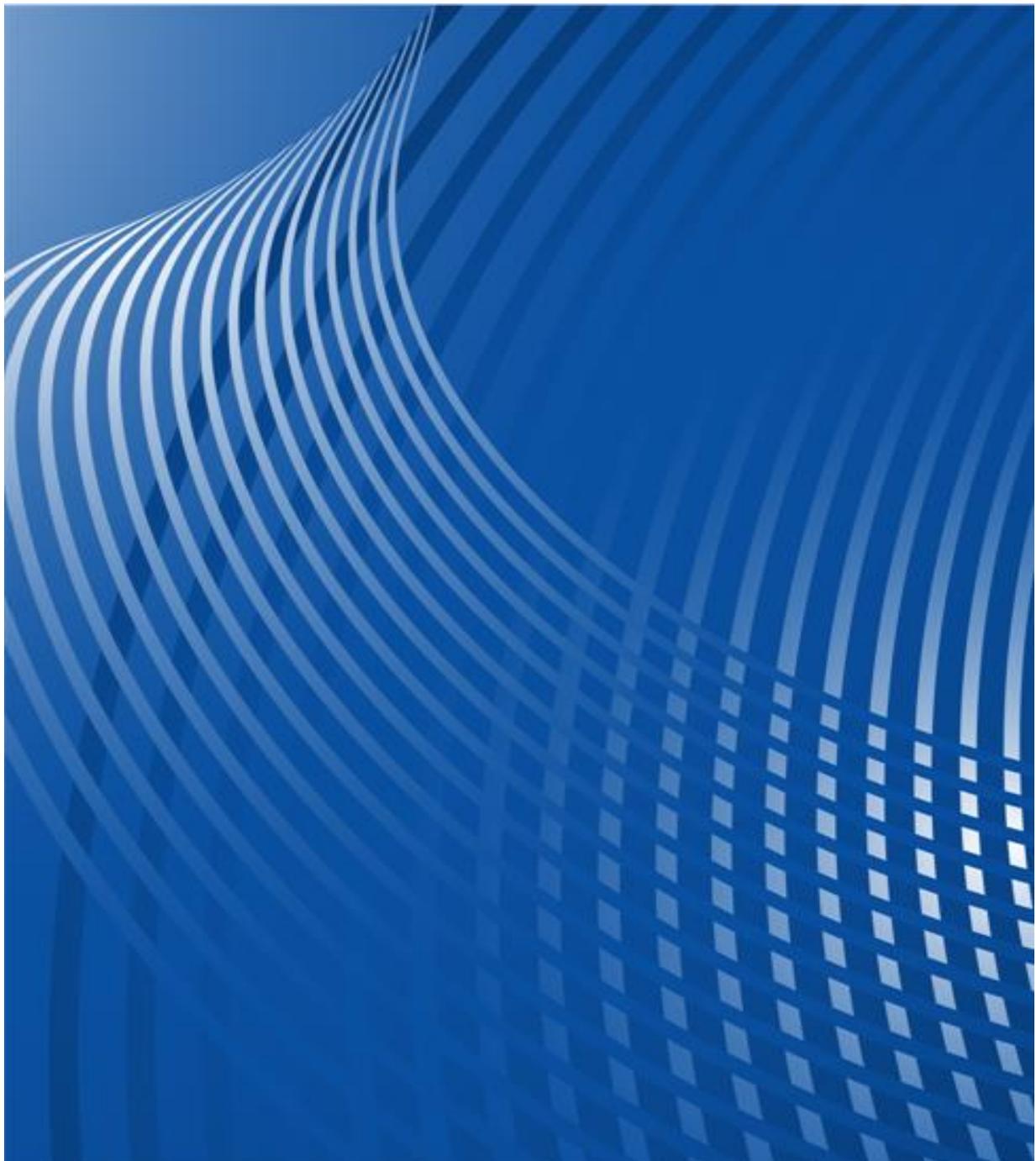
Luanda, 30 de Março de 2015

**KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.**



## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

---





## Demonstrações Financeiras

Montantes expressos em milhares de Kwanzas (AKZ) e milhares de Dólares Americanos (USD), para efeitos comparativos, excepto quando expressamente indicado

Standard Bank de Angola, S.A.

Conselho Fiscal



### Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Relativo ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e sobre as Demonstrações Financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados e respetivos anexos e notas) apresentados pelo Conselho de Administração do Standard Bank de Angola e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

#### RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

No cumprimento das suas funções, o Conselho Fiscal reuniu periodicamente com o Conselho de Administração, com a Comissão Executiva e com o Auditor Externo (a KPMG Angola), tendo acompanhado genericamente a actividade do banco, bem como obtido a informação e as explicações que, regularmente, foi solicitando sobre as actividades em curso.

O Conselho Fiscal reuniu ainda com frequência com vários Directores do Banco, responsáveis, quer por áreas de negócio, quer de suporte e de controlo interno, tendo dos mesmos obtido a informação que periodicamente solicitou.

Em particular, o Conselho Fiscal pôde analisar as Demonstrações Financeiras relativas a 2014, sendo seu entendimento que as contas apresentadas satisfazem o que por lei e pelos estatutos do Banco é exigido.

No âmbito da sua actividade, o Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento do Relatório de Auditoria Externa emitido pela KPMG Angola o qual exprime uma opinião favorável às Contas apresentadas.

#### PARECER

Considerando o exposto, o Conselho Fiscal do Standard Bank de Angola é da opinião que:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração de Mutações nos Fundos Próprios, Demonstração de Fluxos de Caixa e respectivos Anexos e Notas) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, sejam aprovados;
2. A proposta de aplicação de resultados apresentada (transferência do resultado líquido positivo de 2014 - no montante de AOA 2.242.053.974,28 - para resultados transitados) seja, de igual modo, aprovada.

O Conselho Fiscal exprime o seu reconhecimento e agradecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco pela colaboração que lhe foi dispensada.

Luanda, 30 de Março de 2015

Alberto Silva - Vogal do Conselho Fiscal

Miguel Alves - Vogal do Conselho Fiscal